Micropoderes, macroviolências

Suzana Varjão

MICROPODERES
MACROVIOLÊNCIAS

MÍDIA IMPRESSA | APARATO POLICIAL

Suzana Varjão

MICROPODERES
MACROVIOLÊNCIAS

MÍDIA IMPRESSA | APARATO POLICIAL

EDUFBA
Salvador - Bahia
2008

A

Lucas, amor e símbolo de amor eterno.

Olga, minha mãe, pelo amor incondicional.

Jorge Calmon, meu pai não-biológico,
o único que tive, pelo acolhimento nesta
dimensão da vida (*in memoriam*).

Maristela Bouzas, a partir de cuja morte
passei a enxergar o extermínio de jovens negros
nas periferias de Salvador (*in memoriam*).

Todos os que tombaram e continuam tombando,
vítimas das violências que estão provocando
a diminuição da população masculina
afro-descendente no País (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Não somos essências, mas trocas. Não cumpro, portanto, uma formalidade, aqui. Faço justiça aos co-autores deste trabalho. Assim, agradeço, de todo coração,

aos meus mestres, especialmente, Eneida Leal Cunha e Tânia Cordeiro, pela disponibilidade, generosidade e seriedade intelectual; Maurício Tavares e Leandro Colling, que contribuíram para o aprofundamento deste trabalho de pesquisa;

aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e amigos, sobretudo, Irma Vidal, pelo colo de toda uma vida; Heather France, pelo apoio em horas difíceis; Blande Viana, Ana Ramos, Kátia Borges e Ana Paula Bouzas, que me deram forças para transformar dor em ação;

a Patrícia Portela, Luiz Lasserre, Agostinho Muniz, Fátima Martins, José Ricardo Pinheiro, Manoel Joaquim Lima Filho, Cléber Paradela, Tatiana Mendonça, Carlos Ribeiro, Rejane Carneiro, Leana Mattei, Andréa Lemos, Deodato Alcântara, Tiago Lima e Erival Guimarães, por abraçarem, sem reservas, esta "necessidade social" chamada Movimento Estado de Paz;

aos demais parceiros do Movimento Estado de Paz, notadamente, aos dirigentes dos jornais *A Tarde*, Sílvio Simões e Renato Simões, *Correio da Bahia*, Demóstenes Teixeira, e *Tribuna da Bahia*, Paulo Roberto Sampaio, pela disposição de superar diferenças, em benefício de uma causa;

aos aliados do Fórum Comunitário de Combate à Violência, principalmente, Maria Eunice Kalil e Heloniza Costa, pelo exemplo, pelos ensinamentos, pela irrestrita solidariedade;

à delegada Geisa Cersósimo e ao tenente-coronel Francisco Leite, amigos e aliados, que não me deixaram negligenciar as perspectivas das corporações policiais;

ao Fundo das Nações Unidas para a Infância, na pessoa de Ruy Pavan, pela aposta no trabalho do Movimento Estado de Paz, de cujas preocupações emergiu esta pesquisa;

à Fundação Avina, pelo apoio a esta e outras atividades do Movimento Estado de Paz, de maneira especial a Neylar Lins, Telma Rocha, Valdemar Oliveira, Federico Bellone, Tânia Tavares, Lídia Rebouças, Milena Gramacho e Eduardo Rocha;

à Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, em particular ao professor Albino Rubim, por compreender a necessidade e apoiar a estruturação de um núcleo de estudos sobre comunicação e violências nesta unidade de ensino;

aos demais companheiros de luta, especialmente, Cláudio Vidal, que acreditou e abriu caminhos que viabilizaram a estruturação do Movimento Estado de Paz; Adenil Vieira, pela forma entusiástica com que abraçou esta proposta de pesquisa; Vilma Reis, pelos debates enriquecedores; e Edivaldo Boaventura, pelo lúcido apoio às demandas sociais;

a Santa Clara do Desterro, minha protetora;

a(os) Deus(es).

É preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais [...]
por uma representação complexa e múltipla,
fundada na expressão das mesmas realidades em
discursos diferentes, às vezes inconciliáveis;
e, à maneira de romancistas como Faulkner, Joyce ou Virgínia Woolf,
abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino,
no qual se situa geralmente o observador e também seu leitor [...],
em proveito da pluralidade de suas perspectivas
correspondendo à pluralidade dos pontos de vista coexistentes
e às vezes diretamente concorrentes.

Pierre Bourdieu

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Há um consenso sobre a relevância da comunicação de massa para a sociedade contemporânea. Esta concordância, entretanto, não tem sido acompanhada de atitudes e comportamentos relacionados com o fazer da comunicação, de um modo geral. Nos produtos comunicacionais, é possível observar marcas de distinção as quais, por sua vez, sugerem que a mídia tende a se pautar por esquemas de classificação previamente estabelecidos na sociedade. Desse modo, há assuntos que são abordados, sistematicamente, como relevantes, ao passo que outros ocupam o lugar oposto, correspondendo a uma diminuta importância.

A hierarquia dos assuntos na mídia não seria motivo de grande preocupação, caso não houvesse uma dupla circunstância: o lugar privilegiado ocupado pela mídia na hierarquia da sociedade e a natureza do papel desempenhado pelos meios de comunicação na atualidade. A apreciação positiva que se tem em relação à mídia em comparação com as instituições que compõem o Estado, especialmente no contexto da sociedade brasileira atual, torna mais adequada a necessidade de zelo e responsabilidade quando da confecção de todos os produtos midiáticos, com especial atenção para os materiais jornalísticos. E isto se deve ao crédito de que gozam os meios de comunicação em nosso tecido social. Acresce-se a isto o aspecto de que a comunicação de massa e o jornalismo em particular, pela sua própria natureza, ocupam lugar especial na construção de sentido da realidade. Trata-se de uma esfera capaz de acusar a existência de algo a um número incontável de indivíduos que, de outro modo, não teriam acesso àquela informação.

É possível observar que, na produção jornalística, é habitual que determinados eventos sejam mais ricamente apresentados em contraposição a outros para os quais são destinados procedimentos sumários. Com esta

prática, independentemente de vontade objetiva, a mídia sugere uma apreciação dos fatos a partir de uma classificação dos mesmos, classificação esta que é resultado do tratamento desigual por ela dispensado. Na distribuição dos eventos a serem noticiados, as ocorrências relacionadas com a violência tendem, sistematicamente, a ocupar os espaços menos "nobres" dos jornais, podendo-se gerar daí alguns sentidos preocupantes, entre os quais destaca-se: o problema da violência não é importante ou tem importância mínima diante dos outros.

A mesma mídia que tende a dar importância menor à violência, sem maiores contradições inclui, constantemente, em sua agenda, o registro de fatos relativos a vários tipos de manifestações violentas, oferecendo um repertório variado. O público tem, portanto, um acesso contínuo a um determinado padrão sumário de representação desses eventos. E este caráter contínuo e padronizado repercute sobre o modo através do qual o público aprecia a própria problemática da violência. Questões como a projeção de um caráter individual a explicar os atos violentos, a identificação de tipos sociais como autores e vítimas *naturais*, a caracterização de certos espaços como tipicamente violentos, a configuração ou alimentação de valores morais e éticos tais como as posições favoráveis às "limpezas étnicas" ou ao "fazer justiça com as próprias mãos" são modelos realimentados, em grande parte, através das ofertas midiáticas constantes.

Considerando-se a magnitude do problema da violência em nossos dias, aliado ao papel desempenhado pela mídia, as questões anteriormente assinaladas devem ser objeto de atenção da pesquisa acadêmica, de maneira ininterrupta. Entretanto, a relação entre o campo da Comunicação Social e o fenômeno da Violência não consiste em objeto prioritário dentro do universo acadêmico. Também neste espaço o tema não goza de exuberante prestígio, podendo-se dizer que, na hierarquia dos objetos de estudo, o assunto não ocupa posição relevante no âmbito acadêmico. Assim, a realização desta pesquisa foge aos padrões mais confortáveis de legitimidade, e isto já dá ao trabalho de Suzana Varjão uma certa peculiaridade, devido ao seu caráter relativamente desafiador.

O estudo compara o tratamento dispensado pelos jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia* no que se refere ao conteúdo relacionado com os fatos violentos. Trata-se de uma análise que se constrói sobre um farto material empírico e objetiva a compreensão de procedimentos que constituem o *habitus* jornalístico relativamente à construção midiática do acontecimento violento.

Os resultados confirmam a suspeita de que às vítimas pobres são dedicadas atenções mínimas, ao passo que aos indivíduos melhor situados social e economicamente é ampliada a cura jornalística, conferindo-se um esforço desproporcional na representação de eventos que retratam uma mesma e grave questão social. A aplicação dessa espécie de regra implícita nas rotinas de produção da notícia deve ser debitada à forma com que se dá a banalização da violência em sua dimensão ideológica. É banal, natural, esperada quando praticada por indivíduos considerados pela ordem estabelecida como supérfluos e quando os mesmos vitimam outros sujeitos igualmente desnecessários à referida ordem. Convém recordar que a violência que mata em nossa sociedade tem, prioritariamente, como autor e vítima indivíduos que têm o perfil anteriormente indicado.

Ao oferecer evidências de que os meios estudados espelham, em grande escala, a perspectiva ideológica anteriormente assinalada, a autora cobra, indiretamente, um papel da empresa jornalística e do profissional de jornalismo. Desse modo, retira seu trabalho do terreno da constatação para inseri-lo no das provas de que é necessária uma atuação midiática responsável e condizente com o papel desempenhado pelo campo da comunicação na atualidade. Neste sentido, pode-se conferir à pesquisa um cunho político, na condição de que a mesma venha a funcionar como pré-texto para o debate e a reflexão sobre as práticas empresariais e profissionais na área da comunicação de massa, especialmente aqueles setores que especulam sobre as ocorrências violentas no mercado midiático, ao lado dos profissionais encarregados da produção dos artefatos comunicacionais no interior desse domínio.

Tânia Cordeiro
Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

PREFÁCIO

Quero, em primeiro lugar, advertir que este não é um enunciado acadêmico puro. Ele está contaminado pelos lugares simbólicos que ocupei, de modo consciente ou não, ao longo de minha vida. Lugares aos quais nem sempre achei que pertencesse. Em criança, por exemplo, quando brigava com alguns de meus amigos e eles queriam me insultar, diziam que eu era negra. E eu me sentia insultada. Não me considerava negra. Não queria ser negra. Porque — hoje reflito — não desejava para mim os atributos negativos associados aos negros.

Era, pois, alguém que não sabia qual era o *seu lugar*. E talvez por isso tenha passado boa parte de minha vida sem perceber que pertenço a um mundo hierarquizado, em que as chances de sobrevivência aumentam, ou diminuem, de acordo com o gênero, a cor da pele, a posição socioeconômica, a idade, a orientação sexual. A partir do assassinato de Maristela Bouzas,[1] colunista de teatro do "Caderno 2" do jornal *A Tarde*,[2] que eu então editava, passei a observar os ditos "lugares difíceis"[3] e a me dar conta de que fazia parte de vários deles.

Quando Maristela foi morta, minha perspectiva era a de um mundo com oportunidades e senso de justiça relativamente independentes de posições socioeconômicas e culturais.[4] Compreendia as manifestações de violência, em sua dimensão física, como fatos isolados, mais próximos do psíquico que do socioeconômico e cultural. E, deste prisma, não enxergava as características da "guerra das raças"[5] que mata, principalmente, negros pobres nas cidades brasileiras.

Quis, então, como forma de clamar justiça por Maristela Bouzas, abrir o debate sobre pena de morte na mídia local. Depositava no endurecimento das leis a capacidade de barrar tendências violentas, ignorando o fato de que

[1] Maristela Bouzas foi seqüestrada no centro da cidade do Salvador, violentada sexualmente e assassinada em novembro do ano 2000.

[2] O jornal *A Tarde* é o diário impresso de maior circulação de Salvador, capital do estado da Bahia, seguido pelo *Correio da Bahia* e pela *Tribuna da Bahia* (ALAP, 2007).

[3] Os "lugares difíceis" (BOURDIEU, 2003, p.11) designam os espaços sociais e territoriais dos menos favorecidos em termos materiais e simbólicos.

[4] O sentido de *cultura* aqui empregado é o sociológico, designando "o conjunto de valores, estilos, técnicas e hábitos de uma sociedade e não apenas os elementos da ciência, arte e literatura", como descreve Elide Rugai Bastos (2004, p.371).

[5] Expressão cunhada por Michel Foucault (2005a, p.285-315), na reflexão que promove sobre racismo — temática que será abordada adiante, por estar relacionada com a problemática da pesquisa.

as "execuções"[6] já aconteciam nas periferias das grandes capitais. Mas eram mortes que, por atingirem os moradores das "cidades invisíveis",[7] não despertavam a pena e os protestos dos habitantes da sociedade visível — aquela que come regularmente, estuda, tem oportunidades de emprego e renda, expectativa de promoção socioeconômica e cultural.

Começo, assim, por indicar, entre os vários segmentos sociais estruturantes desta pesquisa, o Fórum Comunitário de Combate à Violência,[8] por meio de cujo trabalho compreendi que Maristela Bouzas era uma vítima ocasional de um fenômeno que matava, em média, quatro pessoas por dia em Salvador. E que as vítimas preferenciais desse tipo de violência eram pessoas jovens, do sexo masculino, subempregadas, negras, moradoras de bairros periféricos, solteiras e com baixa escolaridade (FCCV, 2002a, p.8-80).

A partir de tal tomada de consciência, passei a me interessar por compreender de que lugar e para que lugar minha fala de jornalista se dirigia. A minha e a de meus companheiros de profissão — ou campo de ação. Radialistas, jornalistas, colunistas, publicitários, fotógrafos, estudantes, professores, pesquisadores e empresários de comunicação que mergulharam comigo numa proposta de automonitoramento que culminou no Movimento Estado de Paz (MEP),[9] no Observatório da Mídia e, posteriormente, neste trabalho.

Falo, portanto, também, a partir do lugar que vasculho, em busca de pistas capazes de me conduzirem aos fios que tecem as violências físicas e simbólicas que nos prendem a tão baixos referenciais da condição humana. Fios invisíveis que só fui capaz de perceber a partir do trabalho sistematizado, minucioso, rigoroso da academia — de onde e para onde, também, me dirijo, com respaldo de meus mestres, que me forneceram as ferramentas para saltar da condição de militante para a de pesquisadora.

Um salto que, partido das ruas, a elas deve retornar, num movimento menos circular e mais em espiral. Movimento, aliás, que perpassará, estruturalmente, toda a narrativa deste trabalho, feita de ciclos descritivos e interpretativos que se renovam, se complementam, se superam e se retroalimentam. Uma estrutura dinâmica, que busca evidenciar os discursos

[6] O termo está entre aspas em virtude dos achados da pesquisa, descritos nos dois primeiros capítulos do livro.

[7] Expressão de Italo Calvino (2006), tomada de empréstimo para designar, aqui, os aglomerados de pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos e culturais.

[8] Criado em 1996, o Fórum Comunitário de Combate à Violência tem entre seus compromissos o automonitoramento da rede produtora de informação sobre violências físicas, por meio do Observatório da Violência. Endereço eletrônico: www.fccv.ufba.br.

[9] Criado em 13 e 14 de março de 2001, o Movimento Estado de Paz tem entre seus compromissos o automonitoramento da rede difusora de informação sobre violências, por meio do Observatório da Mídia. Endereço eletrônico: www.estadodepaz.com.br.

da análise, porque, como o filósofo francês Michel Foucault (2005b, p.179), não creio em ciência social neutra.

Este estudo foi construído, portanto, a partir de uma análise de conteúdo, mas, como qualquer enunciado, é carregado de ideologias — ou discursos —, ora menos, ora mais evidenciados, como o destas palavras introdutórias. Mais que discursos de classe, são discursos *entreclasses*. Posicionados, porém, porque buscam, dentre outros objetivos "mundanos",[10] contribuir para descondicionar o olhar sobre as violências perpetradas contra os menos favorecidos, que a todos, em maior ou menor escala, atingem.

É uma perspectiva que talvez não conseguisse vislumbrar, se não carregasse comigo as marcas do sujeito que sou e do lugar a que ainda pertenço, apesar de transitar (ou ter, até então, transitado) relativamente incólume por um mundo hegemonicamente masculino, branco, "bem-nascido", jovem e homofóbico: o lugar dos oprimidos. Lugar de mulher, de negro, de pobre, de velho, de homossexual. Lugares de representações estigmatizadas e estigmatizantes. Alguns de meus vários lugares.

Afianço, de modo complementar, que não há, aqui, intenção de purificar ou degradar essa ou aquela instituição, esse ou aquele campo profissional. Não creio que se possa avançar no debate sobre os direitos — de todos os — humanos (re)produzindo, de modo acrítico, o comportamento de uma sociedade de gavetas, com fronteiras disciplinares, institucionais, corporativas, profissionais, organizacionais, ocupacionais, socioeconômicas e culturais rígidas que se autoprotegem e atiram, a esmo, pedras.

É importante enfatizar, ainda, que o olhar apurado sobre a produção noticiosa relativa a violências levou, inevitavelmente, à rede de micropoderes representada por repórteres e policiais que, como se verá, constroem o noticiário cotidiano sobre o tema. Entretanto, a análise de conteúdo dos jornais não abarca estruturas e mecanismos operacionais desta última categoria profissional, limitando-se a observações decorrentes da intersecção entre os dois campos.

Tenho, por força do interesse no binômio comunicação-violências, perscrutado o funcionamento e os problemas do aparelho repressivo de Estado. E penso que é um campo de ação que requer reflexões, especifica-

[10] Expressão cunhada por Stuart Hall (2003a, p.212), para designar, como aqui, o interesse acadêmico por temáticas sociais.

mente, sob a perspectiva da produção midiática, pela importância do papel que desempenha no processo de estruturação de dados sobre violências. Contudo, não é o propósito da análise contida nesta narrativa, cuja apreciação mais densa pende para o campo jornalístico, sob o prisma da construção social das notícias.

No mergulho que aqui promovo em minhas próprias práticas profissionais, há o desejo sincero de descobrir caminhos que possam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sem senso hierarquizado de justiça. E o delineamento de tais horizontes passa, necessariamente, pelo estabelecimento de alianças, em níveis e entre setores e atores sociais diversos, que incluem as corporações policiais. Em patamares, porém, diferentes do evidenciado pela análise das amostras de textos dos jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*.

Existe um discurso político específico escorrendo do noticiário majoritariamente factual e informativo das publicações analisadas. E ele é gerado a partir dessas microrrelações. De modo estrutural, automatizado, mas que (re)produz as violências simbólicas de uma classe (mais favorecida) contra outra (menos favorecida); violências que talham estampas no imaginário social (CUNHA, 2006), retroalimentando os atentados contra a vida dos (mesmos) menos favorecidos, mas que, ocasionalmente, atingem Maristelas e Joãos Hélios.[11]

Há diferentes níveis, patamares e dimensões de violências, de enfrentamento de violências e de debate público sobre violências e formas de enfrentamento de violências. Enquanto construtores públicos de discursos, temos, pelo menos, duas escolhas a fazer: discutir maneiras mais cruéis de fazer frente aos atos cruéis ou formas mais humanas de preservar a vida; estabelecer parâmetros simbólicos instituidores de realidades mais próximos da barbárie ou da humanidade. É neste último patamar que se situa este trabalho — e o debate que me interessa.

Por tais motivos, creio que toda manifestação de agressão contra a pessoa deva ser problematizada. Tanto a praticada pelos que violentam em nome da própria miserável condição humana, quanto a perpetrada pelos que vio-

[11] O garoto João Hélio Fernandes, de 6 anos, morreu em fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro, em conseqüência de uma ação violenta. Ao tentar sair do carro de sua mãe, tomado de assalto, ficou dependurado no veículo, preso pelo cinto de segurança, sendo arrastado por sete quilômetros pelas ruas da cidade.

lentam os que violentam, em nome de todos nós. Para além das vidas que se destroem, se as primeiras causam comoções, as últimas envenenam a sociedade, gerando tolerância aos atentados contra a pessoa — além de irradiarem os ruídos imobilizantes das catarses. Ruídos extraordinariamente amplificados pelas vozes tomadas emprestadas aos repórteres, como será evidenciado no segundo capítulo deste livro.

Essas não são, portanto, construções românticas.[12] São argumentos técnicos, que visam, especialmente, a um tipo específico de vítima: a silenciada — ou assassinada — e criminalizada. E a vigília sobre essa modalidade de violência, de dimensões física e simbólica evidentes, passa pelo estabelecimento de uma narrativa midiática que não naturalize as "execuções"; e cobre do Estado um sistema de segurança que, mesmo em seu papel repressivo, atue como interruptor, não como promotor de violências. Que use, sim, a força. Mas a força — que não deixa de ser uma violência[13] — da lei.

Necessito ainda admitir que falo também de um lugar mais favorecido, que hoje ocupo: o da classe média brasileira, situada entre os 10% mais ricos da população, que concentram os 45,8% da renda nacional, e os 10% mais pobres, que detêm apenas 0,8% desta renda (PNUD, 2006). Falo, portanto, de um ponto intermediário entre a extrema miséria e a extrema riqueza, que não sofre, como será visto, "execuções", mas que tampouco está fora do alcance das violências físicas e simbólicas.

Este enunciado parte, também, da posição de uma jornalista que passou mais de uma década editando o "Caderno 2" do jornal *A Tarde*, que trata dos assuntos da cultura baiana mais próximos à esfera artística. Posição da qual pude observar, de modo privilegiado, as representações sobre os negros nos chamados espaços culturais, bem diferentes daquelas estruturadas nos espaços reservados aos assuntos chamados policiais — que este trabalho descreve em detalhes e analisa.

Concluindo este discurso preliminar, quero dizer que ele reflete os ensinamentos de uma linha de pesquisa que pressupõe o rompimento de barreiras disciplinares e teórico-metodológicas para a compreensão de fenômenos socioculturais. Desse modo, produz um esforço de demonstração da

[12] *Romântico*, aqui, na acepção popular da palavra, relacionando-se com sonho, fantasia, devaneio.

[13] Para Freud (1968, p.82-97), a lei é uma violência comunitária, em contraponto à violência do indivíduo, enquanto para Foucault, é, assim como a política, a continuação da guerra, por outros meios (2005a, p.59).

viabilidade de uma proposta político-científica alinhada com práticas sociais diluentes de fronteiras institucionais e setoriais, sejam elas acadêmicas ou profissionais.

Por tais razões, a narrativa trafega, de modo deliberadamente transparente,[14] entre o dado e o protesto; o argumento e o fato; a descrição e a explicação; o discurso e a análise; o objetivo e o subjetivo; o sujeito e o objeto;[15] os traços da academia e os rastros das ruas. Subproduto de uma arena de luta contra os extremos da produção disciplinar, deriva do esforço de filiação a uma insurreição acadêmica que visa a preservar a soberania dos objetos de pesquisa frente aos limites teórico-metodológicos.

É fruto de uma aliança efetiva entre ativistas e acadêmicos. Mais especificamente, de uma aliança política que requer a contaminação entre estas duas instâncias de intervenção na realidade social, para articular ação e conhecimento. Por isso agrega também as perspectivas e demandas de militantes de organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), a Fundação Avina e o Movimento Estado de Paz (MEP).[16]

Por fim, acredito ter produzido um trabalho com rigor científico, mas sem perder de vista os objetivos da ativista e o contexto social em que se insere o objeto de análise, esquadrinhado a partir das várias — determinadas e determinantes — posições que estruturaram e estruturam minhas identidades. Entre elas, a escolástica. Uma escolástica, porém, que busca superar a alternativa comum entre "jogar e ser sério para jogar seriamente" (BOURDIEU, 2001, p.24) o *game* performativo da mídia.

[14] Dentre as recomendações para uma boa análise dentro da tradição qualitativa que tangencie a interdisciplinaridade está o esforço por tornar o mais transparente possível as chamadas "fronteiras obscuras" (LEACH, 2004, p.298).

[15] Reafirmo que esse tipo de construção não visa a debater teorias, mas a apontar outro dos "entrelugares" do presente trabalho — nesse caso, afastado tanto do primado cartesiano do "eu" quanto do reinado da "coisa-em-si".

[16] O Unicef, a ANDI (por meio da Cipó Comunicação Interativa) e o FCCV são três das instituições que criaram o MEP, como forma de chamar a atenção para a necessidade de se repensar o campo da comunicação em relação às violências. A Fundação Avina é uma rede internacional de lideranças sociais que vem apoiando as iniciativas do MEP, incluindo o embrião do Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre Comunicação e Violências, instalado na Faculdade de Comunicação da UFBA, e o trabalho de pesquisa que resultou neste livro.

O que há de mais terrível
na comunicação é o inconsciente
da comunicação.

Pierre Bourdieu

INTRODUÇÃO

> Onde reina a barbárie, de nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições que servirão, tão somente, para alimentar a impunidade. Há que se ressuscitar as letras mortas. E isso se faz, somente, com o grito estridente das ruas.
>
> *Pedro Simon*

Evidências, problemas, desafios

Este trabalho de pesquisa surgiu de uma vivência. Durante as investigações que culminaram com a identificação e a prisão do principal acusado do assassinato de Maristela Bouzas, pude observar o modo como o noticiário sobre o crime era construído, no dia-a-dia, a partir das operações policiais e da relação entre os agentes de segurança e os repórteres encarregados de cobrir o caso.

No decorrer desse processo, que encetou a criação do Movimento Estado de Paz, dois problemas tornaram-se evidentes no noticiário especializado em violências. Um, relacionado com as fontes[1] de informação dos repórteres — policiais, em sua maioria; outro, vinculado aos textos — muitas vezes com abordagens destoantes das construídas por organizações, especialistas e militantes que gravitavam em torno da causa da não-violência no Brasil.

[1] Sempre que o termo *fonte* for usado neste trabalho, estará associado a fonte de informação de jornalistas.

Tais preocupações mantiveram-se durante as idas e vindas do processo de estruturação do trabalho de pesquisa, até serem finalmente resumidas em duas questões básicas: *O que nos diz o noticiário sobre violências dos três diários impressos de maior circulação de Salvador* e *Quem diz o que o noticiário registra*.[2] A primeira é desenvolvida no capítulo "Jornalismo máximo *versus* jornalismo mínimo"; a segunda, em "Vozes ocultas".

Na busca de respostas para estas questões, foram surgindo outras, que tentei não ignorar, não só por estarem relacionadas com a problemática delimitada, mas pela compreensão de que, realçando-as, estaria esboçando uma possibilidade de retomada em estudos posteriores. Assim, dois dos desafios surgidos na apresentação de resultados foram o de registrar os problemas que se impuseram durante a reflexão, sem perder o foco da pesquisa; e equilibrar a exposição de dados empíricos com as — necessárias — digressões e análises teóricas.

Foram desafios, aliás, que se delinearam a partir da base epistemológica do programa ao qual a pesquisa está vinculada, e que pressupõe o trânsito por diferentes campos disciplinares e teórico-metodológicos. Para enfrentá-los, procurei, em todas as instâncias do trabalho, circular por conceitos, teorias e métodos complementares sem perder de vista os nucleares. E dentro desta macroestrutura, promovi um jogo de aproximações e afastamentos em relação aos mesmos conceitos, teorias e métodos.

Com tal procedimento, busquei flexibilizar o processo de investigação, absorvendo aqueles que se mostraram úteis à compreensão das questões levantadas durante a análise e evitando o emaranhamento em seus extremos. O procedimento é recomendado por estudiosos como Pierre Bourdieu (1996b) e Stuart Hall (2000a, 2003b), empenhados em construir caminhos de ação em meio aos determinismos teórico-metodológicos paralisantes.

Devo dizer que a dificuldade inicial em relação à estratégia de análise propiciou a estruturação de um modelo operacional favorável à problematização das questões, tanto as nucleares quanto as delas derivadas. Entre estas últimas, por exemplo, estão os vestígios, flagrados nos textos dos jornais, que apontam para as insuficiências dos modelos (sistemas, técnicas,

[2] É preciso esclarecer, de antemão, que o *quem* da segunda questão não se refere a pessoas, mas a posições de pessoas, o que será esclarecido no decorrer da análise. De modo análogo, o *que* da primeira pergunta não se restringe à reprodução do conteúdo dos textos. A partir do que é dito — ou do que não é dito —, busca-se evidenciar as mensagens construídas e emitidas, ainda que de modo não deliberado.

teorias) de comunicação como táticas garantidoras de qualidade e credibilidade de informação sobre violências, que hoje preocupam pesquisadores e militantes da área dos direitos humanos.

Quadro de análise

O quadro de análise deste trabalho é composto por edições especializadas em noticiar violências dos três diários impressos de maior circulação da capital do estado da Bahia, ou seja, as páginas de "Polícia" dos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, e as de "Segurança" do *Correio da Bahia* do segundo semestre de 2005. Foram usadas três amostras de textos, correspondentes, respectivamente, a três níveis de análise: amostra primária, composta por 78 edições; intermediária, 44; e final, 24 edições.[3]

Estratégias e ferramentas

De modo geral, procurei compreender e esboçar os significados do noticiário sobre violências a partir da leitura minuciosa e sistemática das amostras selecionadas. Isso porque a articulação entre os quadros de análise e de referência apontou para a viabilidade de identificação, a partir dos textos dos jornais, de elementos constitutivos das teias invisíveis que cercam a redação desse tipo de narrativa, e que abarcam desde estruturas formais da comunicação impressa até as rotinas produtivas[4] do campo jornalístico.

Optei, por esse motivo, pela análise de conteúdo clássica[5] como ferramenta nuclear de investigação. Entretanto, alinhada ao princípio do pluralismo teórico-metodológico, lancei mão de diferentes estratégias e ferramentas, transitando entre as tradições qualitativa e quantitativa e por procedimentos comparativos, identificados na exposição de resultados.

Quadro de referência

Este trabalho situa-se no "entrelugar" da filosofia, da sociologia, da literatura comparada e da comunicação, campos disciplinares dos quais tomei emprestados, sem a pretensão de discuti-los, ou de testar seus limites,[6] conceitos,

[3] As citadas edições correspondem, respectivamente, a 80, 45 e 25 páginas, como se verá no primeiro capítulo, que registra o processo de redução das amostras, com os correspondentes níveis de análise.

[4] *Rotina produtiva* deve ser compreendida, de modo resumido, como o processo de produção de notícias, desde a coleta de dados até a redação e edição de textos.

[5] A análise de conteúdo clássica é uma das metodologias recomendadas para pesquisas em jornais (BAUER, 2004, p.190-195).

[6] É importante reforçar, aqui, a idéia de que o diálogo estabelecido entre autores é feito mais de aproximações entre eles do que de clivagens, com vistas a melhor articular seus saberes com as perspectivas do objeto de pesquisa, e que os conceitos, noções e estratégias nucleares foram aplicados ao estudo de modo mais operacional que discursivo.

noções e estratégias analíticas que me auxiliaram a construir o estudo. O paradigma, portanto, é o da multidisciplinaridade. O quadro teórico nuclear, composto por Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Clóvis de Barros Filho e Luís Mauro Sá Martino, com perspectivas complementares de Nelson Traquina e Stuart Hall.

Apropriei-me, principalmente, dos conceitos de poder de Foucault (2005b) e de campo, *habitus* e homologia de Bourdieu (1996b, 2001, 2003, 2005), promovendo um diálogo entre a "microfísica do poder" do filósofo e a "microfísica do cotidiano" do sociólogo, à luz da "teoria da ação" deste e sob mediação da "sociologia da ação comunicativa", proposta por Barros Filho e Sá Martino (2003). A partir da articulação entre este quadro teórico e o quadro de análise, busquei compreender aspectos do noticiário sobre violências em Salvador.

A "sociologia da ação comunicativa" é um alinhamento da "teoria da ação" — ou "sociologia da ação" — de Bourdieu (1996b, 2003, 2005) à área da comunicação, devendo ser considerada como uma atualização da "teoria da ação comunicativa" de Jürgen Habermas, herdeiro da escola de Frankfurt e pioneiro na estruturação de uma teoria social a partir de uma teoria da comunicação. E pode ser compreendida como a construção de caminhos entre extremos teóricos, na busca de "convergências ao estudo das relações entre meio de comunicação e cotidiano", nas palavras de Barros Filho e Sá Martino (2003, p.213).

Assim, esta reflexão deve ser avaliada sob a perspectiva contemporânea dos Estudos Culturais, que buscam superar barreiras entre dimensões, esferas, planos e campos vários da vida social, para traçar caminhos que viabilizem a leitura e a compreensão de fenômenos socioculturais na pós-modernidade, visando à ação. Apesar das apropriações, por diversos campos de conhecimento, os Estudos Culturais não se prestam a clausuras, podendo ser compreendidos como a expressão de alianças entre grupos sociais, como observa Fredric Jameson (1994).

Extrapolam, pois, interesses acadêmicos, constituindo-se em projeto político-científico que procura *desengavetar* o pensamento, as instituições, as

relações sociais, na acepção de Hall (2003a), um de seus mais consistentes artífices. Devem, portanto, ser encarados como uma estratégia que possibilita "invasões" de fronteiras entre, por exemplo, historiadores, sociólogos e antropólogos, demonstrando, dentre outras, a viabilidade de integração entre disciplinas e métodos de investigação.

A sistematização das teorias do jornalismo, promovida por Nelson Traquina (2001, 2005a, 2005b), possibilitou a compreensão (e, portanto, explicação) de aspectos relevantes do noticiário, bem como dos caminhos teórico-metodológicos do estudo. Devo esclarecer, portanto, que, sob o prisma de tais teorias, o paradigma da pesquisa é o da produção social das notícias, o que significa dizer que está alinhada com as teorias construcionistas micro e macrossociológicas. Sem adesão aos seus extremos, porém.

Partilha da perspectiva estruturalista, porque situa o noticiário como resultante de processos complexos de interação social entre agentes; incorpora o ponto de vista microssociológico das teorias organizacionais, que creditam a face das notícias a aspectos organizativos do trabalho e a saberes do campo; e, por fim, reconhece que tais narrativas (re)produzem ideologias dominantes, mas sem negligenciar a margem de autonomia dos jornalistas em relação aos macrocontroles diretos (HALL et al., 1993, p.231).

A partir deste ponto, o estudo afasta-se da teoria estruturalista e alinha-se à interacionista, porque, como esta última, reconhece o papel nuclear das fontes de informação na construção das notícias — mas sem determinismos paralisantes. Em outros termos, reconhece que o campo do jogo midiático pende para os dominantes, mas valoriza os espaços de luta dos dominados, e, neste caso específico, o potencial de ação de fontes de informação e de jornalistas. Exatamente o espaço de manobra que aqui interessa.

Ainda em termos teórico-metodológicos, acompanho Foucault (2005b, p.182-187), que recomenda não analisar as formas de poder em seu centro, e sim em suas extremidades; não analisar poderes no plano da intenção mas da realização; não tomar poderes como fenômenos de dominação maciços e homogêneos de indivíduos sobre os outros; e captar os aparelhos de saber que não são construções ideológicas discursivas. É, portanto, uma análise

ascendente, que parte do micro para o macro; do capilar para o nuclear; da descrição para a explicação.

A pertinência dos procedimentos configurou-se desde a escolha do objeto-sujeito de análise, uma vez que não ignoro a força dos poderes centralizados, localizados, institucionalizados, personalizados, codificados, verticalizados, cristalizados — estejam eles fora ou dentro dos aparelhos de Estado. Todavia, como em Foucault (2005b, 2005c), o interesse maior é esquadrinhar a teia de poderes sem endereço fixo, território delimitado, voz determinada, face definida ou identidade declarada que permeia, envolve, constitui, caracteriza as relações sociais.

Foi uma escolha que partiu de uma vivência, mas que se firmou pela convicção de que poder não se exerce somente por meio de enunciados linearmente emitidos. Tampouco se reduz a ligações passivas entre (poucos) emissores e (muitos) receptores. Forma, antes, uma rede multidimensional, multiforme e pluridirecional de relações. Uma malha tão dinâmica, que não permite a configuração de poder enquanto domínio. Em outras palavras, o que efetivamente existe são relações de poder. Ou exercício de poderes. E isso se dá em níveis macro, médio e micro — este último, objeto principal da presente reflexão.

De um modo ou de outro, todo indivíduo encontra-se em posição de exercer e suportar poderes sobre/de outros. Mas poder não tem dono. Nem lugar. Ganha-se e perde-se. Aparece e desaparece. E sua excessiva associação com a negatividade denota uma noção pobre sobre sua prática. O exercício eficaz de poder(es), como pontua Foucault (2005c, p.24-25), não se restringe a atos de exclusão, repressão, censura, recalcamento, impedimentos vários, enfim, vez que lhe é indispensável a produção de efeitos positivos em níveis diversos, que incluem o do saber.

Com esta pequena digressão, desejo ressaltar que, dentre as apropriações teóricas que permitiram a realização deste trabalho, está a idéia de que poder e saber estão intrínseca e inexoravelmente relacionados. Um produz o outro: "[...] não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de conhecimento, nem qualquer conhecimento que não pressuponha e

constitua, ao mesmo tempo, relações de poder", diz Foucault (2005c, p.27). Ambos produzem e são produzidos por realidades, "rituais de verdade", discursos, como reflete o filósofo (2005b, p.179).

Esta análise foi desenvolvida, portanto, sob a convicção de que conhecer os mecanismos de poder que circulam nas malhas finas do tecido social é base para uma transformação cultural — o que inclui as relações midiáticas. E de que, para tanto, é preciso identificar os inúmeros pequenos focos de poder, ou micropoder, que, para Foucault (2005b, p.75-76), "podem ser um pequeno chefe, um guarda de H. L. M., um diretor de prisão, um juiz, um responsável sindical, um redator-chefe de um jornal". É o que se faz aqui. Sem lhes dar nomes, porém.

Optei por não citar os autores das reportagens sobre as quais a análise incide. Não por razões corporativas, mas por método, porque os problemas rastreados na amostra pesquisada dizem respeito menos a agentes e mais a posições de agentes; menos a indivíduos e mais a relações de produção; menos a sujeitos e mais a mecanismos; menos a intenções e mais a operações rotinizadas que geram sistemas automatizados de estruturação de notícias.

Problemas dos quais, aliás, não me eximo, como integrante da rede de agentes localizada na base das rotinas produtivas das redações dos jornais. O que quero dizer é que não ignoro a participação dos sujeitos-agentes nas relações de poder. O que ocorre é que tais relações têm grau de autonomia relevante com referência a esse ou àquele agente, que muda de face, de voz, de identidade, enfim, mas deixa marcada a sua posição nas teias de poderes.

É importante ressaltar que o que pretendo com a análise é menos a vigilância e mais a compreensão de um fenômeno; menos apontar problemas e mais identificar as engrenagens que os produzem; menos delatar o que está sendo dito "aqui e agora" e mais perscrutar os duradouros mecanismos que estruturam os discursos midiáticos. Assim, é possível que essa ou aquela distorção noticiosa evidenciada pela análise tenha desaparecido desse ou daquele veículo. A maioria de seus mecanismos produtores, certamente, não.

Entre as engrenagens de saberes-poderes identificadas na amostra estão certos hábitos da comunicação midiática no setor, como o uso automatizado,

acrítico, não-transparente dos boletins de ocorrência das corporações policiais. Contudo, não tenciono, aqui, adiantar os resultados da pesquisa, mais densamente registrados no terceiro capítulo, mas que, seguindo o movimento em espiral da narrativa, estarão sendo esboçados ao longo dos dois primeiros capítulos.

Em termos ferramentais, cito, entre os autores nucleares, Martin Bauer e George Gaskell, que promovem uma reflexão sobre métodos e técnicas de pesquisa dentro da tradição qualitativa, na qual se insere a maioria dos trabalhos de investigação em Ciências Sociais. Principalmente a partir deste referencial, foi definido o universo empírico, construídos os *corpora* teóricos e empíricos e delineados os processos de coleta, sistematização e análise de dados da pesquisa.

É, enfim, um quadro teórico-metodológico que reflete a necessidade de se pensarem os "lugares difíceis" de que fala Pierre Bourdieu (2003, p.11) de modo multidisciplinar, interinstitucional, intersetorial, multiaxífero, multiangular, pluridimensional, enfim. E desviar o debate sobre representações que devem, necessariamente, ser "múltiplas e complexas" do raciocínio unidimensional, feito de imagens "simplistas e unilaterais" que "a imprensa sobretudo veicula", como propõe o sociólogo francês (2003, p.11-12).

Noções, conceitos, formulações

Violência física **-** O conceito aqui empregado é o formulado pela Organização Mundial da Saúde (2002, p.5), referido, de modo genérico, como "violência". Violência física deve, portanto, ser compreendida, aqui, como a decorrente do "uso da força física, ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação".

Dentro desta definição, também de acordo com a Organização Mundial da Saúde (1985, 1996), inserem-se as "mortes por causas externas", ou seja, por homicídios, decorrentes ou não de latrocínios; suicídios e acidentes de

trânsito (estes, com ou sem mortes); e violências sexuais em geral, que incluem exploração, abuso, sevícias, estupro e pedofilia. Entretanto, o que aqui chamo violência física tem, inevitavelmente, componentes simbólicos, como será explicitado.

Violência simbólica - A noção usada na pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (2005, p.11). De modo resumido, o sociólogo compreende violência simbólica como todo e qualquer instrumento — estruturado e estruturante — de comunicação e de conhecimento que contribua para operacionalizar ou legitimar a dominação de uma classe sobre outra, o que significa, por extensão, de grupos ou indivíduos sobre outros.

Uma das estratégias teórico-analíticas que servem de referencial para a compreensão da dimensão simbólica da problemática estudada nesta pesquisa é a homologia que Bourdieu (2005) traça entre o campo de produção simbólica (território das narrativas, das estampas, das representações, das sanções, das normas, das leis...) e o campo da luta de classes (espaço do enfrentamento político-ideológico, da segregação e dos extermínios sociais, econômicos, étnico-culturais).

A violência simbólica pode ser exercida, portanto, por meio de construções narrativo-discursivas (produzidas a partir de relações de poder e saber e expressas por meio de sistemas lingüísticos ou representações gráficas) que imponham univocidades ou universalidades; obscureçam a diversidade dos pontos de vista; e/ou induzam grupos ou indivíduos a avaliarem e/ou viverem em espaços socioeconômicos e culturais segundo um sistema de valores materiais e imateriais nos quais eles não se reconhecem, ou aos quais eles não têm, de fato, acesso.

A partir, ainda, do conceito do sociólogo francês, foi possível estender as manifestações de violência simbólica à usurpação, supressão ou não reconhecimento dos direitos individuais e sociais básicos de determinados segmentos da população, sejam estes grupamentos caracterizados por condições socioeconômicas (representadas, por exemplo, pelas classes sociais); estados sociobiológicos (simbolizados pela idade ou pelo gênero); ou socioculturais (assinaladas por posições étnicas ou sexuais).

[7] Nesta perspectiva, enquadramento deve ser compreendido como o modo de relatar e tratar editorialmente as ocorrências violentas, incluindo a forma de dispor as reportagens sobre o assunto em questão nas páginas dos jornais.

Violências - Buscando acentuar a coexistência das duas dimensões das agressões contra a pessoa no noticiário das páginas de "Polícia" e "Segurança" dos três jornais pesquisados, denominei tais tipos de ocorrências como "violências". Porém, no decorrer da apresentação dos resultados da análise, os planos físico e simbólico serão dissociados, como estratégia para evidenciar sua inter-relação e problematizar o enquadramento[7] do noticiário especializado em relação a um e a outro plano.

Racismo - Entrelaçadas com o problema das violências e suas narrativas instituintes, estão as questões étnico-culturais, aqui abordadas, deliberadamente, como questões "raciais". Isso porque, seguindo Stuart Hall (2000a, 2003b, 2003c), acredito que tanto quanto o conceito de identidade, a palavra "raça" e seus subsistemas lingüísticos e socioeconômicos acumularam, ao longo da história, uma carga de problemas que poderia ser negligenciada, caso a narrativa ficasse circunscrita ao conceito de etnia.

O que quero dizer é que tenho consciência de que "raça" não existe, em termos biológicos. É uma construção político-social — ou cultural. E, exatamente por este motivo, o termo remete diretamente a questões sobre as quais desejo refletir, ao tangenciar a problemática relacionada com as questões étnicas. É o que Hall (2003c, p.60) chama de usar um conceito "sob rasura", diante de uma necessidade, como a deste trabalho, de se pensar "no intervalo entre a inversão do conceito e a emergência da ação".

Do quadro de referência que auxiliou a análise, a compreensão e a descrição da conjuntura sociocultural de Salvador a partir da perspectiva racial constam, dentre outros, o sociólogo Gey Espinheira (2004) e o antropólogo Jeferson Bacelar (2001). Espinheira, com uma reflexão sobre violências e criminalidades no cotidiano dos espaços "periféricos" da capital baiana nos dias atuais. Bacelar, com uma análise sobre as posições do negro na sociedade local desde o período pós-abolição até a contemporaneidade.

É importante, ainda, explicitar os critérios terminológicos empregados na identificação do perfil étnico-cultural das vítimas das violências, em virtude da complexidade deste prisma, que faz com que, no Brasil, as pessoas

autodeclarem a etnia. Por isso, utilizei diferentes nomenclaturas, dando prioridade às denominações de maior inserção no imaginário social, mas empregando, quando conveniente, termos associados a outras categorias cultural ou politicamente instituídas ou institucionalmente normatizadas.

Assim, para operacionalizar o levantamento quantitativo, foram usadas as classificações "afro-descendentes" e "outras etnias". A primeira, pela convergência de três perspectivas: por remeter à dimensão étnico-cultural, sem perder a racial; por inserir-se no conceito de "ancestralidade geográfica",[8] que se vem firmando, nos debates da atualidade, como alternativa às atuais categorias institucionalmente normatizadas; e, finalmente, por já ter sido socialmente apropriada, a partir de estratégias de auto-identificação.

Desse modo, a rubrica "afro-descendentes" dos quadros numéricos da pesquisa registra as características das vítimas cujos traços físicos, como cor da pele ou textura do cabelo, apontam para a ancestralidade africana, sendo identificadas, nas amostras, principalmente, por meio de fotografias. São, portanto, as pessoas ora classificadas como negras e mestiças, ora como negras e mulatas ou ainda pretas e pardas, denominações empregadas de modo mais ou menos arbitrário na exposição dos resultados da análise.

A rubrica "outras etnias" pretendeu abrigar, para efeito quantitativo, as características físicas das vítimas de violências consideradas brancas e amarelas, ou, na perspectiva da "ancestralidade geográfica", as euro-descendentes, asiático-descendentes e nativo-descendentes (índios). Todavia, além das violências contra afro-descendentes, só foram registradas, nas amostras pesquisadas, ocorrências contra pessoas com traços indicativos de pertencimento à primeira categoria étnico-cultural, ou seja, a branca.

Discurso - A noção de discurso aqui empregada é foucaultiana (2005b, 1980), estando, portanto, associada a sistemas lingüísticos ou imagéticos trançados com práticas, conhecimentos e poderes que se constituem mutuamente, sem relação de causa e efeito unidimensional. Significa dizer que a produção e a organização de significados dão-se a partir de estruturas e processos sociais, mas que estes processos e estruturas são, também, construídos a partir de tais significados.

[8] Em "Os múltiplos significados da palavra raça", Sérgio Danilo Pena (2002) promove uma reflexão esclarecedora sobre este e outros conceitos associados à questão racial.

Pode-se dizer, em resumo, que os discursos configuram-se a partir de sistemas de poder-saber operados a partir de variadas posições de agente ou sujeito, e podem ser expressos por meio de normas técnicas, enunciados científicos, notícias, romances, filmes, obras pictóricas, gráficos, fotografias, leis, enfim, narrativas várias, ficcionais ou não, de modo lingüístico ou não. Delineiam, portanto, práticas sociais e são por elas delineados. Ou melhor, são, eles próprios, práticas sociais.

Ideologia - A noção aqui empregada aproxima-se das considerações oriundas da revisão de Carlos Gouveia Flul (2007, p.5), situando-se entre a perspectiva "descritiva" e a dimensão crítica. Deve ser associada, portanto, a sistemas de pensamento, valores e crenças que denotam determinados pontos de vista sobre o mundo. Sistemas emaranhados com relações assimétricas de poder, no sentido foucaultiano — apesar de o filósofo rejeitar a desgastada terminologia da palavra, por ele referida como "formação discursiva".

São assimetrias, contudo, distanciadas da idéia de "falsa consciência" e das linearidades e verticalidades que o postulado marxista delineia. Como instrumento de ação social, construído e construtor, o conceito de ideologia aqui considerado está trançado com processos, estruturas e posições de dominação, mas de contestação de dominação também, como pontua Gouveia Flul. E isso de modo multidimensional, operacionalizado, dentre outros mecanismos, por meio da linguagem, das narrativas, das representações, dos discursos, enfim.

Objetivos e resultados esperados e alcançados

De modo resumido, busquei alcançar dois objetivos básicos, vinculados às evidências que geraram os problemas de pesquisa: em primeiro lugar, identificar e realçar os tipos de discursos emitidos pela mídia impressa local em relação às violências em Salvador e sua Região Metropolitana; em segundo, mapear e colocar em relevo os tipos de fontes de informação que estruturam o noticiário sobre tais eventos.

Entretanto, durante o processo de alinhamento do quadro de referência (teorias, noções, conceitos) ao quadro de análise (textos de jornais), percebi que, à revelia das pretensões empíricas primárias, estavam sendo alinhavadas possibilidades teórico-metodológicas. Um primeiro efeito não-calculado, gerado pela associação entre a "microfísica do poder" de Michel Foucault e a "teoria da ação" de Pierre Bourdieu, foi o esboço de um caminho de validação da "sociologia da ação comunicativa" proposta por Barros Filho e Sá Martino.

Um segundo possível ganho, resultante da revisão aplicada desta última doutrina, ou seja, da articulação entre seus pressupostos e os dados extraídos dos jornais, foi o delineamento de uma ferramenta teórico-metodológica replicável. Assim, sem que houvesse pretensão, foi alinhavado um indicador, com potencial para monitorar o noticiário sobre violências dos meios impressos de comunicação em relação aos aspectos estudados e outros, aqui tangenciados ou não.

Em relação aos objetivos traçados, creio terem sido alcançados. A partir da identificação e do realce dos tipos de discursos e fontes, foi possível avançar em direção às questões principais, que foram sendo configuradas à medida que a articulação entre o quadro de referência e o quadro de análise prosseguia: identificar a natureza dos discursos midiáticos em relação às violências e evidenciar alguns mecanismos de estruturação dos mesmos — entre eles, o *modus operandi* entre fontes e difusores deste tipo de informação.

Nada mudará na sociedade
se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo,
ao lado dos aparelhos de Estado
a um nível muito mais elementar, quotidiano,
não forem modificados.

Michel Foucault

JORNALISMO MÁXIMO &
JORNALISMO MÍNIMO

Descrição detalhada do quadro de análise

Quadrilha assalta supermercado.
A Tarde

Bando armado com metralhadoras assalta Hiper Bompreço.
Correio da Bahia

Hipermercado saqueado por 15 bandidos.
Tribuna da Bahia

As frases-epígrafes acima transcritas correspondem aos títulos das reportagens que abrem o noticiário especializado em violências da edição de 03 de outubro de 2005 dos três diários impressos de maior circulação de Salvador: jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*. Na nomenclatura jornalística, são as manchetes do dia das páginas de "Polícia" (*A Tarde* e *Tribuna da Bahia*[1]) e de "Segurança" (*Correio da Bahia*) dos citados veículos de comunicação.

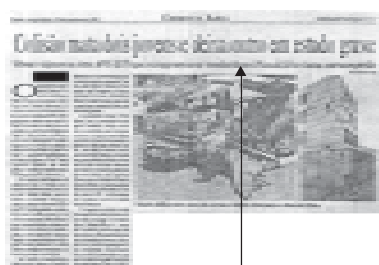
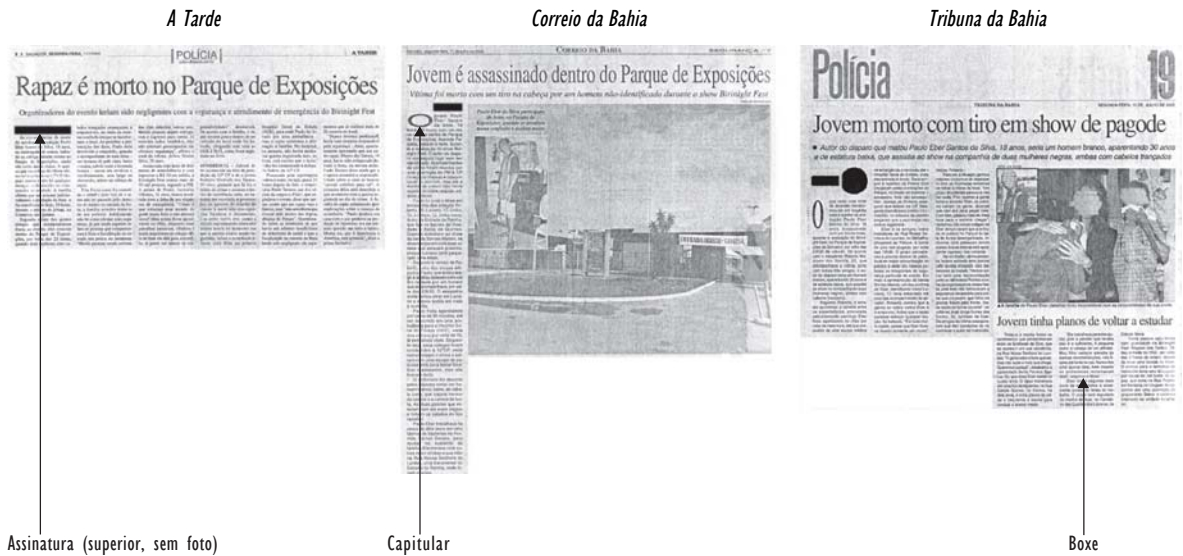
Tais títulos vêm no alto da página, secundados por subtítulos, e os textos correspondentes são, em geral, mais extensos que os demais. Na maioria das vezes, as reportagens são assinadas, dispondo, simultaneamente, de recursos visuais (fotos, capitulares...) e informativos (intertítulos, legendas, boxes...[2]), além de diferenciais menos visíveis ou objetivados, como linguagem mais sofisticada, vocabulário bem cuidado, abordagem criteriosa dos fatos e uso diversificado de fontes de informação.

[1] A página especializada em violências da *Tribuna da Bahia* é intitulada "Polícia". Entretanto, eventualmente, recebe outra denominação, como numa das edições da amostra (07/11/2005), em que é registrada como "Segurança".

[2] O boxe é um quadro informativo complementar, usado para enriquecer a reportagem, com dados adicionais ao assunto que está sento tratado.

Exemplos ilustrados de manchetes, com recursos de edição e reportagem

Dia 03/10/2005

Dia 19/12/2005

Dia 11/07/2005

São recursos vinculados, grosso modo, a duas esferas de produção noticiosa. A de reportagem, responsável pela coleta de dados e redação de textos; e a de edição,[3] que tem a atribuição de tratar e dispor o material produzido nas páginas. A primeira está, portanto, mais estreitamente ligada aos recursos menos objetivados, como linguagem, fontes de informação e vocabulário empregados; a segunda, aos recursos visuais e de informação (título, subtítulo, intertítulo, legenda, capitular, assinatura, foto, boxe).

São, porém, esferas interdependentes. A redação dos textos, por exemplo, está mais acoplada à equipe de reportagem. Mas a equipe de edição pode interferir diretamente nesse plano primário de produção, promovendo a fusão de textos de diferentes profissionais, ou encomendando quadros (boxes) complementares a outro(s) repórter(es) que não o(s) incumbido(s) da narrativa principal, para enriquecê-la — situações representadas na manchete de *A Tarde* da edição de 19/12/2005, ao lado ilustrada.

[3] O termo *edição* refere-se, na rotina de produção noticiosa, simultaneamente, ao produto final, ou seja, à(s) página(s) do dia, e ao processo de produção desta(s) página(s).

Notícias principais & "jornalismo máximo"

Enfim, as manchetes dos jornais são elaboradas de modo a chamar a atenção do leitor, e, para efeito desta análise de conteúdo, serão denominadas notícias principais das páginas. Nelas, emprega-se, em geral, a maior parte dos recursos de edição disponíveis ao veículo. Um esforço de produção de notícia a que chamaremos, aqui, para melhor compreensão da problemática evidenciada pela pesquisa, "jornalismo máximo".[4]

"Jornalismo máximo" deve, pois, ser compreendido como o esforço detectável de valorização das reportagens. Um esforço que não significa garantia de qualidade da informação, mas que evidencia o grau de importância que os produtores da notícia atribuem — ou querem atribuir — a essa ou àquela manifestação de violência. Não é uma categoria construída a partir de um referencial *idealizado* mas de um padrão noticioso *dado*. Não se refere, portanto, a um máximo *possível*, mas um máximo *praticado*, dentro do universo pesquisado.

Significa, portanto, o melhor desempenho registrado nas amostras de textos sobre violências dos três citados jornais — o que não quer dizer que seja um bom desempenho. Em outros termos, "jornalismo máximo" é um parâmetro simbólico construído a partir do pressuposto de que todo conjunto tem suas representações máxima e mínima. E, para operacionalizar a contagem desse empenho conjunto de produção noticiosa, foram estabelecidos alguns parâmetros, como se verá a seguir.

É importante frisar que tais padrões foram fixados como forma de contornar a subjetividade do processo de avaliação, mas que todos os textos foram lidos e qualitativamente avaliados, não sendo identificadas clivagens entre o procedimento operacional do levantamento quantitativo e a avaliação qualitativa dos textos. A operação metodológica visou, sobretudo, a tornar transparentes — e acessíveis à consulta — os critérios de análise do noticiário.

A codificação ocorreu mediante a conjugação de recursos vinculados às duas citadas esferas de produção noticiosa: os que, de modo simplificado, chamarei de recursos de edição e os que nomearei recursos de reportagem.

[4] A categoria foi construída a partir de expressão cunhada pela pesquisadora Tânia Cordeiro, em "Leitura de fatos violentos publicados na mídia". Disponível em <http://www.fccv.ufba.br>. Acesso em: 14 abr. 2007.

Entre os recursos de reportagem, foi considerado como parâmetro o tamanho do texto, por possibilitar uma abordagem menos superficial dos fatos relatados — o que foi confirmado pela leitura das amostras.

O uso diversificado de fontes de informação pressupõe uma coleta diversificada de dados. Seria, portanto, um indicador importante no esforço de inserção do critério qualidade de texto nos parâmetros que permitiram a estruturação da categoria "jornalismo máximo". Entretanto, a análise qualitativa das amostras identificou problemas que relativizaram significativamente tal pressuposto. Problemas que se transformaram em elementos de análise específica, relatada no segundo capítulo do livro.

Os recursos de edição foram integralmente considerados, por contribuírem, todos, com o critério básico da categoria construída, ou seja, o esforço de valorização da notícia. Alguns dos informativos apontam, inclusive, para o fator qualidade: a assinatura, porque, apesar de figurar na página por decisão do editor, indica a disposição do repórter de assumir o trabalho, o que pressupõe a satisfação com a qualidade do mesmo; e o boxe, por reunir novos dados, enriquecendo o texto básico.

Contudo, nem sempre todos os recursos de edição são empregados em um texto. Por isso, foi estabelecido um critério mínimo de quatro desses recursos, para que, em associação com o de reportagem, o texto fosse considerado como "jornalismo máximo". Assim, de modo resumido, os textos em que se pratica esse tipo de jornalismo devem ter, no mínimo, 60 linhas[5] (recurso de reportagem) e quatro diferentes recursos de edição, sejam eles visuais ou informativos.

Exemplos textuais de manchetes — ou notícias principais:

Quadrilha assalta supermercado

Fortemente armados, 15 bandidos provocaram pânico e desespero entre clientes e funcionários do Bompreço, da Garibaldi

O Hiper Bompreço, da Garibaldi, foi assaltado, ontem, por volta das 13 horas, por uma quadrilha de pelo menos 15 homens fortemente arma-

[5] A unidade de medida do tamanho de cada linha é a coluna simples de jornal (o que equivale à unidade de tamanho a partir do número de toques de teclado). Desse modo, colunas dobradas equivalem, também, a número dobrado de linhas. Convém destacar ainda que o termo *coluna* é usado, na rotina jornalística, tanto para identificar a unidade física da mancha gráfica dos veículos impressos, quanto para designar o conteúdo de determinados textos, publicados com regularidade, sob um mesmo título, composto, em geral, por uma ou duas palavras. Exemplos: colunas "Curtas" (*A Tarde*), "Blitz" (*Correio da Bahia*) e "Ronda" (*Tribuna da Bahia*).

[6] Como explicado na Introdução, este trabalho não visa sujeitos, mas mecanismos de produção noticiosa. Assim, também por método, evitou-se a identificação de fontes de informação, testemunhas de crimes, vítimas e agressores registrados nas amostras, uma vez que não importa, para a análise, quem informou, presenciou, sofreu ou promoveu agressões, mas como estas foram relatadas nos jornais. Os nomes e/ou sobrenomes que constam das reportagens examinadas foram, por este motivo, trocados. Nos casos em que houve necessidade de problematizar a diferença de grafia de nomes/sobrenomes em dois ou mais jornais, a lógica das incorreções foi mantida. Exemplo hipotético: André (*A Tarde*) e Andréa (*Tribuna da Bahia*) seriam substituídos por Alé (*A Tarde*) e Aléa (*Tribuna da Bahia*). Somente os nomes/sobrenomes de vítimas exteriores às amostras, como Maristela Bouzas e João Hélio Fernandes, foram mantidos, pela necessidade de referenciar os casos.

dos. Os assaltantes — alguns trajando bermudas e camisetas — além do dinheiro dos caixas, levaram cinco carros dos clientes (um já recuperado), celulares do supermercado e armas dos seguranças.

O grupo rendeu os vigilantes e se espalhou pela loja, saqueando caixas em cerca de 30 minutos. A ação lembra o assalto realizado no último dia 9, ao supermercado atacadista Makro, na BR-324, quando a quadrilha conseguiu levar R$ 140 mil. Desta vez, os bandidos agiram com truculência, empurrando alguns funcionários e, dando, ainda, uma coronhada em um segurança.

Funcionários e policiais que estavam no local disseram que os assaltantes, assim que chegaram ao Hiper Bompreço renderam o chefe da segurança, identificado como Jazan Pereira.[6] Ele foi conduzido à sala onde funciona o circuito de filmagem. As fitas de gravação foram retiradas por três homens, enquanto os outros assaltantes rapidamente levaram dinheiro dos caixas do supermercado e da farmácia, que funciona no local.

PÂNICO - Clientes viveram momentos de pânico (alguns se esconderam em um refeitório no fundo do hiper). Os que chegavam ao supermercado eram rendidos no estacionamento. A ordem era sair do carro e deixar a chave. O professor Jorge Gás Santos Alvez, 52, que chegou ao hiper acompanhado da mulher, a psicóloga Dalva Só, 32, dois filhos menores de 12 e 10 anos, teve o carro — um Palium, quatro portas, placa JPO 4558 — tomado pelos bandidos. Enquanto a psicóloga subia a rampa com as crianças para entrar no hipermercado, um dos bandidos colocou a arma na cabeça de Jorge Gás, que estava estacionando o carro, obrigando-o a entregar as chaves do automóvel.

Revoltado, Jorge Gás reclamou contra a falta de segurança do supermercado, acentuando que, ainda assim, teve melhor tratamento por parte dos bandidos do que pela gerente, que não quis se identificar e prestar informações à imprensa, sendo até descortez. O produtor rural Franco Faros, 53, residente em Ondina, também teve o revólver de um dos bandidos encostado na cabeça. Ele chegou ao Hiper acompanhado da filha Rita Faros, 25 e da mãe, Maga do Carmo Ferreira, 77.

Ele contou que um dos bandidos ordenou: “Deixe o carro ligado e desça”. Foi o que fez deixando o Gol, placa JQS 2596. Ele chegou a pegar um táxi e ir para casa. Depois, voltando ao supermercado, para sua surpresa, encontrou o carro: “Eles não gostaram do meu Gol”, brincou.

DESESPERO - A digitadora, Telma Renza, quando estava estacionando o carro foi surpreendida por um dos assaltantes que mandou que ela saísse do local e deixasse as chaves. A digitadora, acompanhada da mãe, Mara da Cor, 63 e da irmã, Lolita, 35, acabou se trancando em um refeitório que fica no fundo da loja, com mais dez pessoas.

Algumas funcionárias — inclusive grávidas — choravam. Outras chegaram a ser empurradas como a caixa Renata Ceres, 23. Ela disse que um dos assaltantes chegou gritando, exigindo que ela desse logo o dinheiro. O caixa, Elias Ponto, 27, confirmou que eles estavam nervosos. A gerência do supermercado não informou o montante roubado, mas funcionários disseram que os bandidos levaram vários celulares. No final da tarde, policiais acharam na Rua Daniel Lisboa, um dos carros roubados, um GOL JPE 0884.

(*A Tarde*, 3 out. 2005, p.8.)

Bando armado com metralhadoras assalta Hiper Bompreço

Bandidos surpreenderam dezenas de clientes do supermercado, causando pânico e correria em plena tarde de domingo.

Cerca de 15 homens armados com metralhadoras e revólveres assaltaram a loja do Hiper Bompreço da Garibaldi, ontem à tarde, causando pânico e correria. Eles roubaram dinheiro dos caixas, produtos eletrônicos e fugiram usando, inclusive, dois carros de clientes, levando também as fitas de vídeo do sistema de segurança. O chefe de segurança Jazan Pereira sofreu ferimentos, ao receber uma coronhada na cabeça. O crime foi registrado na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR).

Os bandidos dominaram os seguranças do supermercado por volta das 13h e se dividiram em grupos para realizar o assalto. Parte deles ficou controlando a garagem, outros, a entrada principal, e os demais invadiram o interior do supermercado. Os clientes que chegavam de carro eram rendidos e mantidos na garagem, mas alguns tiveram a liberdade de buscar abrigo em algumas dependências, como o restaurante de funcionários.

O chefe de segurança, Jazan Pereira, foi obrigado a abrir o cofre, mas não havia dinheiro guardado, tendo a maioria dos ladrões se concentrado nos caixas que estavam em funcionamento. Enquanto isso, outros recolhiam celulares no mostruário de vendas. A caixa Renata Cereis, 23, contou que os assaltantes demonstravam estar nervosos. Ela teve armas apontadas em sua direção e foi empurrada para pegar o dinheiro. O também caixa Elias Ponto disse que os criminosos eram jovens e usavam bermudas e camisetas.

No decorrer do assalto, o produtor rural Franco Faros, 53, chegou ao Hiper e estacionava o Gol JQC-2596, acompanhado da filha, quando foi surpreendido. Com armas apontadas para sua cabeça, foi obrigado a sair do carro e deixá-lo ligado. Sem ter noção da dimensão da ação dos

bandidos, subiu a rampa de acesso à portaria principal do supermercado e procurou um segurança para denunciar o que estava ocorrendo na garagem. Para seu espanto, o vigilante estava rendido por um dos ladrões.

Já a digitadora Telma Renza se escondeu num depósito junto com pelo menos dez pessoas, depois de ser obrigada a sair do seu Corsa, e só deixou o local quando foi avisada que a quadrilha já tinha fugido. Durante o corre-corre, algumas pessoas passaram mal, sendo necessário buscar atendimento médico.

A quadrilha levou na fuga o Palio de placa JPO-4585 pertencente à psicóloga Conceição Serena, 32, e a seu marido, o professor Jorge Gás dos Santos Renza. O Gol JPS-0884 também foi tomado e usado pelos bandidos, sendo encontrado no início da noite na Rua Daniel Lisboa, no bairro de Brotas.

Depois que os assaltantes foram embora, a polícia foi acionada e guarnições da 41ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM/Federação) chegaram ao local. Equipes da Rondas Especiais e do Grupo de Repressão a Roubos de Coletivos (Gerrc) também estiveram no supermercado, mas não encontraram pistas dos bandidos.

Na sexta-feira, uma quadrilha que também usava metralhadoras e pistolas saqueou o posto do Bradesco que funciona na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), localizada no bairro de Narandiba. Os bandidos fugiram em dois veículos GM Astra e em Fiat Uno da empresa. A exemplo do assalto ao Extra, o valor roubado não foi revelado. Tudo leva a crer que se trate da mesmo grupo de assaltantes.

(*Correio da Bahia*, 3 out. 2005, p.7.)

Hipermercado saqueado por 15 bandidos

Clientes e funcionários do Hipermercado Bompreço
da Garibaldi viveram momentos de pânico ontem à tarde.
Uma quadrilha fez um grande arrastão no local

O hipermercado Bompreço da Garibaldi, que fica na Avenida Reitor Miguel Calmon, foi alvo de uma quadrilha integrada por 15 homens fortemente armados, no início da tarde de ontem. Além de saquear todos os caixas da loja e promover pânico entre clientes e funcionários, os bandidos levaram todo o estoque de aparelhos de telefonia celular exposto nas vitrines e dois carros de clientes. Apesar da violência empregada pelos criminosos, apenas o chefe de segurança do estabelecimento, identificado como Jazan Pereira, saiu ferido — levou uma coronhada na testa.

A ação durou cerca de dez minutos. Os assaltantes, munidos de revólveres e metralhadoras, renderam de imediato os vigilantes que atuam no estacionamento e na entrada e se dividiram em três grupos — um ordenava que Jazan mostrasse o local do cofre, outro ficava à frente da retirada de dinheiro dos caixas e o terceiro se manteve na garagem para render clientes e tomar-lhes os veículos. O cofre vazio frustrou parcialmente a investida, mas a quadrilha ainda encontrou tempo para subtrair pertences, como jóias, relógios e celulares, e dinheiro de clientes.

Antes de deixar o mercado, o bando forçou Jazan a entregar as fitas com as imagens gravadas pelo circuito interno de câmeras de vigilância. O casal Jorge Gás dos Santos Renza, professor, e Dalve Só, psicóloga, tiveram seu Fiat Palio azul, placa JPO-4585, levado pelos assaltantes, que tomaram também um VW Gol. Eles utilizaram outros carros, não identificados, na fuga. Segundo a digitadora Telma Renza, os bandidos ordenavam a todos que chegavam à loja que saíssem de seus automóveis, deixando as chaves na ignição.

Acompanhada da mãe e de uma irmã, ela se refugiou com outras dez pessoas no refeitório dos funcionários, que fica nos fundos do estacionamento, após entregar seu GM Corsa. Policiais militares da 41ª Companhia Independente (Federação) chegaram ao mercado minutos após o assalto, empreenderam diligências, mas ninguém foi preso. Eles conduziram Jazan para atendimento médico no Hospital Geral do Estado. O funcionamento do mercado precisou ser interrompido por cerca de uma hora.

A exemplo de outras ocasiões, os membros da gerência se negaram a fornecer informações sobre o ocorrido e determinaram que os demais funcionários agissem da mesma forma. Até a noite de ontem, nenhum deles compareceu à Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (Baixa do Fiscal) ou 14ª Delegacia (Barra), cuja jurisdição inclui o local em que está o Bompreço, para prestar queixa. "É possível que estejam contabilizando as perdas para depois registrarem a ocorrência", deduziu um agente de plantão na 14ªDP. Ele contou que somente um casal, em compras na hora do assalto, esteve no distrito para denunciar o roubo de dinheiro e celulares efetuado pela quadrilha.[7]

(*Tribuna da Bahia*, 3 out. 2005, p.15.)

[7] É importante ressaltar que, à exceção dos nomes, a transcrição destes e dos demais textos das amostras analisadas foi literal, evitando-se interferências (de revisão ou edição) prejudiciais à compreensão das problemáticas aqui expostas.

Instalado em área considerada nobre da capital baiana (Avenida Garibaldi), o estabelecimento assaltado é freqüentado por pessoas de diferentes níveis e padrões socioeconômicos e culturais. Na ocorrência noticiada, os danos colocados em primeiro plano são de ordem material. Não há vítimas fatais.

A única agressão física contra a pessoa relatada nas reportagens atinge um segurança do estabelecimento, que recebe um golpe de revólver na testa, sem conseqüências referidas nos jornais.

Nos textos, há o registro de falas de funcionários e clientes do supermercado, além de declarações de policiais civis e militares. No total, foram colhidos 12 depoimentos, correspondentes a oito diferentes tipos de fontes de informação, numa média de quatro depoimentos e mais de dois tipos de fontes por veículo, quantidade e diversidade acima da média geral dos textos sobre a temática.

Como se pode verificar, as três notícias principais da edição de 03/10/2005 têm mais de 60 linhas, título, subtítulo, legendas e fotos do local onde ocorreu o assalto. As imagens da *Tribuna da Bahia* mostram os caixas vazios, após a ação criminosa; as do *Correio da Bahia* registram a movimentação de policiais, e as de *A Tarde* chegam a flagrar vítimas no supermercado, após a ocorrência violenta. E, além dos cinco recursos (de edição e reportagem), o texto de *A Tarde* tem intertítulo e assinatura.

As matérias do *Correio da Bahia* e da *Tribuna da Bahia* não têm intertítulo, mas têm capitulares. Também não estão assinadas — circunstância rara entre as notícias principais. Todavia, não há diferenças relevantes na estrutura dos textos dos repórteres, que registram depoimentos de funcionários e clientes do supermercado, além de declarações de policiais civis e militares, limitando-se a descrever os fatos e a ouvir as pessoas envolvidas na ocorrência — basicamente, as mesmas, nos três periódicos.

Há, porém, uma tênue contextualização, em *A Tarde* e no *Correio da Bahia,* que estabelecem uma correlação entre a ação criminosa noticiada e outras de natureza semelhante, ocorridas dias antes, contra um estabelecimento comercial congênere e uma agência bancária de Salvador. No cômputo geral, observa-se um investimento editorial ligeiramente superior em *A Tarde*, que traz fotos com mais elementos para a compreensão do ocorrido, além de maior número de recursos de edição: seis, contra cinco dos demais jornais.

Enfim, as três notícias principais do dia 03/10/2005 tratam do mesmo assunto. Ou seja, os jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia* esco-

lheram, concomitantemente, o assalto a um supermercado da cidade do Salvador para abrir suas respectivas páginas sobre violências. Compõem o que, aqui, será identificado como notícias principais coincidentes. E nesses três exemplares típicos de notícias principais, o tipo de jornalismo praticado foi — como nas demais notícias principais analisadas — o "máximo".

Notícias secundárias & "jornalismo mínimo"

Contra um evento violento narrado na notícia principal do dia de cada página de cada jornal, existe uma média aproximada de seis relatos sobre ocorrências fatais.[8] E tais textos são, em geral, mais curtos que os das notícias principais, com poucas (às vezes, nenhuma) fontes de informação anotadas, escassos recursos visuais e apócrifos — ou seja, sem assinatura. São as notícias secundárias da edição, situadas abaixo dos títulos e subtítulos das principais.[9]

Na maioria desses textos, pratica-se o que aqui, para efeito desta análise, é considerado como "jornalismo mínimo".[10] Neste tipo de produção, é perceptível a exigüidade de esforços de valorização das notícias oferecidas ao leitor, evidenciando uma atribuição de importância menor em relação àquelas que figuram no alto das páginas. Emprega-se, em tais narrativas, escassos recursos de reportagem e de edição: na maioria das vezes, um ou dois desses recursos.

> O PEDREIRO Armando Jonas do Alto Silva, 25, foi baleado por um homem desconhecido, na madrugada de ontem, dentro de sua casa, no Alto do Sossego, Bairro da Paz. A vítima foi perseguida pelo assassino e tentou se esconder, mas acabou sendo encurralado e morto.
>
> (*Correio da Bahia*, 03 out. 2005, p.15.)

Retirada da mesma edição que noticiou o assalto ao supermercado, a notícia sobre o assassinato do pedreiro é registrada numa nota de 11 linhas, sem título ou assinatura. No texto, publicado na coluna "Blitz", não há sequer referência às fontes de informação sobre o crime, cometido, segundo o *Correio da Bahia*, dentro da casa da vítima. É um exemplar típico do padrão qua-

[8] Foram 50 óbitos registrados em oito dias. Entretanto, nem sempre determinado óbito é registrado por todos os jornais. Daí a média de textos ser aproximada, mas muito perto do índice real.

[9] Em alguns casos, algumas notícias secundárias são colocadas no canto direito da página, ao lado do texto da notícia principal, mas sempre abaixo do título e do subtítulo desta.

[10] Do mesmo modo que a de "jornalismo máximo", a categoria "jornalismo mínimo" foi construída a partir de expressão cunhada pela pesquisadora Tânia Cordeiro, em "Leitura de fatos violentos publicados na mídia". Disponível em <http://www.fccv.ufba.br>. Acesso em: 14 abr. 2007. E não representa, aqui, o mínimo jornalismo *possível*, mas o mínimo *identificado* no universo em questão.

litativo classificado como "jornalismo mínimo" — nem sempre, entretanto, registrado de modo tão identificável.

Vejamos a mesma notícia, registrada em *A Tarde*:

> Armando Jonas do Alto Silva, 25, que morava na Rua da Bandeira do Brasil, Bairro da Paz, foi assassinado com vários tiros por um homem de identidade ainda desconhecida da polícia. O crime aconteceu na madrugada de ontem, em uma esquina perto da casa da vítima.
>
> (*A Tarde*, 03 out. 2005, p.8.)

Assim como no *Correio da Bahia*, a morte do pedreiro — ocorrida nas proximidades da casa da vítima, segundo *A Tarde* — é noticiada de modo sucinto, em poucas linhas (nove), sem menção clara à fonte de informação. Não se localiza, contudo, no espaço destinado às notas sobre violências, no referido jornal: a coluna "Curtas". Está registrada como um parágrafo de uma matéria relativamente extensa (64 linhas), em que são noticiadas mais três ocorrências fatais, sob o título "Tiroteio resulta em uma morte".

O título, todavia, não se refere ao pedreiro, mas a outra vítima fatal de outra ocorrência, noticiada em dois parágrafos de 15 linhas cada, com uma única fonte de informação revelada. As ocorrências sobre as duas outras vítimas são registradas em nove e 15 linhas, respectivamente, sem fontes de informação claramente informadas. Em resumo, todas as quatro mortes são noticiadas com um esforço mínimo de edição e de reportagem — situação semelhante à apresentada na *Tribuna da Bahia*:

> O pedreiro Armando Jonas Alto Silva, 25, foi executado dentro de sua própria residência, na Travessa do Sossego, Bairro da Paz, por volta das 4h30 de ontem. Os autores dos disparos continuam ignorados. Há informações de que Armando se deparou com seus algozes ainda em via pública e tentou escapar entrando em sua casa, mas foi alcançado e alvejado em várias partes. O caso está sendo investigado pela 12ª DP (Itapuã).
>
> (*Tribuna da Bahia*, 03 out. 2005, p.15.)

A notícia sobre a ocorrência é registrada em 15 linhas, sem fonte de informação claramente indicada. Além de um vago "há informações", é re-

velada a unidade policial onde o crime está sendo investigado, a 12ª DP, o que leva à presunção, sem segurança, de que os dados tenham sido nela colhidos. Como em *A Tarde*, o registro do assassinato não se dá no espaço que usualmente reúne as notas sobre violências na *Tribuna da Bahia* — coluna "Ronda".

Constitui-se, igualmente, em um parágrafo de uma matéria de 64 linhas, que informa outros três homicídios, sob o título "Ex-detento emboscado a mando de antiga vítima". E, assim como em *A Tarde*, o título não se refere ao pedreiro, mas à primeira ocorrência, noticiada em 26 linhas, sem fonte claramente revelada de informação. Os demais crimes são registrados em parágrafos de 12 e 14 linhas. São, portanto, também, quatro assassinatos, registrados com esforço mínimo de edição e reportagem.

Resumindo, apesar da aparência de extensas, as matérias de *A Tarde* e da *Tribuna da Bahia* nas quais está relatado o assassinato do pedreiro são, em verdade, uma compilação de notas sobre violências fatais. Para contornar riscos de desvios de interpretação provocados por este tipo de apresentação da notícia é que o ponto de referência dos critérios estabelecidos para a construção das categorias da pesquisa foi deslocado dos textos em si para as ocorrências.

Assim, para operacionalizar a contagem de "jornalismo mínimo", foram considerados os textos com menos de 60 linhas e menos de quatro tipos de recursos de edição (títulos, fotos, legendas etc.). Entretanto, o ponto de referência é a ocorrência, ou seja, quantas linhas e recursos foram usados para noticiar determinada manifestação de violência. Deve-se ressaltar, ainda, que a divisão de textos com esforço máximo e mínimo de edição e de reportagem não é mecânica.

Há uma espécie de *zona cinza* entre as manifestações mais evidentes de "jornalismo máximo" e "mínimo". O "máximo", tendo como expressões maiores os textos das notícias principais. O "mínimo", as notas das notícias secundárias, estejam elas dentro de colunas, de modo individualizado, ou integrando registros coletivos. Em sua maioria, os textos deste padrão intermediário de jornalismo registrado no noticiário sobre violências têm entre 40 e 50 linhas

[11] O termo é um jargão incorporado pelo campo da comunicação midiática para designar o recurso de edição aqui ilustrado.

e um ou dois recursos de edição: título e sobretítulo, ou "janela",[11] ou assinatura — registrada, quase sempre, com as iniciais do nome que assume a notícia principal.

Contudo, à exceção das notícias sobre acontecimentos fora de Salvador e sua Região Metropolitana, que não foram abordadas nesta análise, todos os textos sobre violências foram inseridos em uma ou outra categoria, no levantamento quantitativo, a partir da prevalência dos parâmetros estabelecidos na estruturação das mesmas: mais de 60 linhas e mais de quatro recursos de edição, no caso do "jornalismo máximo"; e menos de 60 linhas e menos de quatro recursos de edição, no caso do "jornalismo mínimo".

Um exemplo de reportagem situada na *zona cinza* pode ser observado na mesma edição de outubro de 2005, sob o título "Usuário de drogas executado no bairro de Marechal Rondon" (*Correio da Bahia*, 03 out. 2005, p.7). Possui quatro recursos de edição, porém menos de 60 linhas, tendo sido, portanto, classificada como "jornalismo mínimo". Na mesma condição está a reportagem intitulada "Ex-assaltante de banco é morto em Águas Claras", de uma das edições de dezembro de 2005: quatro recursos, menos de 60 linhas (*Tribuna da Bahia*, 12 dez. 2005, p.17).

Em *A Tarde*, os limites entre os tipos de jornalismo são mais definidos, não sendo observada essa *zona cinza*. O esforço de edição e reportagem é claramente máximo ou mínimo, sendo computados muitos textos longos entre as notícias secundárias, mas decorrentes, como evidenciado, da fusão de várias ocorrências. É preciso registrar que a existência das citadas *zonas* não altera o quadro geral levantado sobre o jornalismo praticado pelos periódicos em relação às vítimas, tratadas pelas esferas de produção noticiosa, na maioria das vezes, de modo semelhante, como veremos.

Observe-se que, enquanto nas notícias principais o jornalismo praticado foi o do tipo "máximo", não sendo registrado qualquer exemplar do "mínimo", entre as notícias secundárias, na maioria dos textos (87, de 91 da amostra final), o jornalismo exercitado foi o aqui classificado como "mínimo". Todavia, foram identificadas seis narrativas com "jornalismo máximo" nas notícias secundárias das edições de 11 de julho, 25 de julho, 3 de

outubro e 28 de novembro de 2005. Três delas em *A Tarde* e três na *Tribuna da Bahia*,[12] a saber:

> Boca do Rio - Moradores do bairro realizam mais uma caminhada pela paz
>
> (*A Tarde*, 11 jul. 2005, p.8.)
>
> Eletricista espancado até a morte ao deixar festa em Itapuã
>
> (*Tribuna da Bahia*, 25 jul. 2005, p.35.)
>
> Fim de semana - Ambulante é perseguido e morto na Feira do Rolo
>
> (*A Tarde*, 3 out. 2005, p.8.)
>
> Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana
>
> (*Tribuna da Bahia*, 3 out. 2005, p.15.)
>
> Assalto a ônibus seguido de estupro
>
> (*A Tarde*, 28 nov. 2005, p.12.)
>
> Carro capota na Avenida Bonocô e mata estudante
>
> (*Tribuna da Bahia*, 28 nov. 2005, p.19.)

"Fim de semana - Ambulante é perseguido e morto na Feira do Rolo", publicada em *A Tarde*, por exemplo, tem 99 linhas, foto, legenda, título, intertítulo e assinatura. "Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana", registrada na *Tribuna da Bahia*, tem 93 linhas, foto, fio, título, legenda, sobretítulo e assinatura. Ambas possuem, portanto, os requisitos que as habilitam à categoria de "jornalismo máximo".

É necessário frisar, ainda, que a própria eleição da reportagem à condição de manchete (aqui, notícia principal) já denota a disposição de valorização da notícia. Entretanto, este critério não foi incluído entre os que permitiram a operacionalização da contagem de "jornalismo máximo", para evitar riscos de engessamento da análise, mascarando, por exemplo, este esforço de produção noticiosa identificado entre as notícias secundárias. É, porém, elemento importante da análise qualitativa.

[12] É importante ressaltar que os textos com ocorrências sem óbito que não fazem referência a vítimas (como notícias sobre greve de policiais, por exemplo) não foram avaliados nessa perspectiva da análise.

Exemplos ilustrados de notícias secundárias, com recursos de edição e reportagem.

Dia 03/10/2005

Ambulante é perseguido e morto na Feira do Rolo

Esfaqueado perto da delegacia

Tiroteio resulta em uma morte

Jovem assassinado por policial no Calafate

Usuário de drogas executado no bairro de Marechal Rondon

BLITZ

Sepultamentos

Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana

Polícia prende dois criminosos

Adolescente acusado de assaltos foi assassinado

Ex-detento emboscado a mando de antiga vítima

Policial acusado de matar carregador de compras

Já chega 13 o números de mortos das balças no AM

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

Dia 19/12/2005

Duas outras mortes no trânsito

Três homicídios em distritos de Camaçari

Curtas

Vendedor morto enquanto jogava dominó

Assassinado chefe da segurança do presídio

Pintor morre atropelado na BR-324

Chefe de segurança de presídio executado vinha sendo ameaçado

Barraqueiro assassinado no bairro do Pero Vaz

Vendedor ambulante executado em Itinga

'Menino-aranha' é encontrado morto

Sepultamentos

Acidentes na BR-324 deixaram 53 pessoas mortas e 456 feridas

Violência deixa 4 mortos na Região Metropolitana

Traficantes "alugaram" carro da PM

Violência na estrada

Acidente mata 12 em estrada no Maranhão

Vinte e dois detidos por uso de drogas

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

Dia 11/07/2005

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia* [13]

É relevante enfatizar que a notícia principal de cada jornal trata, em geral, de uma ocorrência e ocupa dimensões equivalentes às das notícias secundárias, as quais, como visto, registraram, nas amostras pesquisadas, uma média aproximada de seis eventos fatais por dia. Eventos que disputam espaço com as ocorrências sem óbito da capital baiana e os acontecimentos violentos fora de Salvador e de sua Região Metropolitana. Uma desproporção que pode ser percebida pela reprodução gráfica completa da edição que serviu de parâmetro para a explicação dos elementos-chave da análise.

[13] Os textos da *Tribuna da Bahia* usados para ilustrar o fio e a "janela" não são sobre violências em Salvador e sua Região Metropolitana. Estão aqui apontados apenas para demonstração destes recursos de edição.

Dia 03/10/2005

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

“Vítimas preferenciais”

Armando Jonas, de 25 anos, cujo assassinato foi registrado em notas, pelos três jornais, na edição acima ilustrada, era pedreiro e morava em um bairro considerado periférico da cidade do Salvador. Tratava-se, portanto, de uma pessoa menos favorecida em termos socioeconômicos do que, por exemplo, a vítima de 53 anos, que estava no supermercado assaltado, fato noticiado na mesma edição: produtor rural, residente no bairro de Ondina, considerado região nobre da capital baiana.

O pedreiro tem as características das vítimas mais freqüentes de homicídio, identificadas por pesquisas nacionais (WAISELFISZ, 2002, 2004) e locais (FCCV, 2002b) que apontam o fator socioeconômico como um dos mais importantes na composição do perfil deste tipo de vítima: além de pessoas do sexo masculino, negras e jovens (abaixo de 30 anos), são solteiras, pobres, subempregadas, moradoras dos chamados bairros periféricos e têm baixa escolaridade.

A operação de quantificação das vítimas de violências menos favorecidas em termos socioeconômicos levou em consideração as quatro últimas características acima listadas. E a identificação ocorreu mediante, principalmente, a associação de dois desses atributos, quando registrados nos jornais sob análise, ou seja, moradia em bairros periféricos e/ou desemprego e/ou subemprego e/ou exercício de profissões de baixa remuneração e/ou grau de instrução.

Alguns dos locais de moradia das vítimas de violências menos favorecidas identificados nos textos foram os bairros e regiões de Cajazeiras, Nova Brasília, Mata Escura, Marechal Rondon, Uruguai, São Caetano, Subúrbio Ferroviário, Sussuarana, Nordeste de Amaralina, Águas Claras, Bairro da Paz, Pau Miúdo, Tancredo Neves, Fazenda Coutos e Estrada Velha do Aeroporto, conhecidos pelas carências de infra-estrutura e serviços.

As profissões, atividades e ocupações fixas ou temporárias registradas no *corpus* analisado foram as de eletricista, auxiliar de eletricista, técnico em refrigeração, diarista, carregador, segurança, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, ajudante de pedreiro, ambulante, policial, mecânico, pintor, gari, biscateiro, vendedor de marisco e cambista.

Outros dados, em associação com uma ou duas das características acima listadas, também ajudaram a identificar, na amostra em questão, o perfil socioeconômico das vítimas das violências: o enterro em cemitério destinado, em geral, a pessoas de baixo poder aquisitivo (Quinta dos Lázaros) e as fotografias de vítimas e locais de moradia, como as abaixo reproduzidas, em que são inequívocos os traços associados aos pouco aquinhoados em termos sociais e econômicos, nomeados, aqui, "vítimas preferenciais".[14]

[14] Categoria construída a partir de termo cunhado pelo Observatório da Violência do Fórum Comunitário de Combate à Violência. Endereço eletrônico: http://www.fccv.ufba.br.

Antônio, carregador de compras (edição de 03/10/05, página 7, *Correio da Bahia*)

Adailson (ou Adailton, ou ainda Adilson), ambulante (edição de 19/12/05, página 7, *Correio da Bahia)*

Local de moradia de Adailson/Adailton/Adilson, morto dentro de casa (idem)

"Vítimas ocasionais"

De modo inverso, como registram as citadas pesquisas, as vítimas com características socioeconômicas mais favorecidas têm participação menor no quadro de homicídios, nos âmbitos nacional e local — dado que encontra correspondência nos textos analisados, dos quais não consta registro de um único assassinato de indivíduos com este perfil. São pessoas com características similares às do produtor rural de 53 anos, uma das vítimas do assalto ao citado supermercado, divulgado entre as notícias principais dos três jornais.

A operação de identificação, classificação e quantificação das vítimas mais favorecidas levou em conta os mesmos parâmetros usados para identificar as menos favorecidas, incluindo cemitérios, uma vez que, no único óbito violen-

[15] Cf. edição de 28/11/2005 dos jornais *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*.

[16] Categoria igualmente construída a partir de termo cunhado pelo Observatório da Violência do Fórum Comunitário de Combate à Violência. Endereço eletrônico: http://www.fccv.ufba.br.

to — por acidente de carro — registrado entre aquelas que tiveram as condições socioeconômicas identificadas, foi informado o local do sepultamento[15] (Campo Santo). Em relação aos bairros, o único registrado foi o de Ondina. As profissões ou atividades reveladas foram as de produtor rural, psicóloga, estudante, professor e médico.

Do mesmo modo que ocorreu com as vítimas menos favorecidas, as fotografias ajudaram a identificar as mais favorecidas. São imagens como as abaixo reproduzidas, da edição de 03/11/2005, em que são, também, evidentes os traços associados aos mais bem aquinhoados em termos sociais e econômicos, nomeados, aqui, "vítimas ocasionais"[16] de atentados violentos que resultam em danos físicos contra a pessoa — de que a inexistência de registros de assassinatos, na amostra analisada, é testemunho.

Franco, produtor rural (edição de 03/10/05, página 8, *A Tarde)*

Jorge, professor (idem)

Dalva, psicóloga (idem)

É o que se pode chamar de evidência por ausência. Há outras, assinaladas durante a apresentação de resultados. Entre elas, a inexistência de dados que permitam a identificação do perfil de várias das vítimas de homicídio, registradas em notas vagas, entre as notícias secundárias. São lacunas que apontam, *per se*, para a possibilidade de tratar-se de vítimas menos favorecidas, cujo entorno social tem, em geral, parco poder de mobilização, para, por exemplo, disponibilizar ou retificar informações.

As vítimas de perfil não-identificado não foram computadas numericamente, mas as evidências por ausências influenciaram o processo de pesquisa. Em função delas, todas as notícias principais foram computadas, independentemente da gravidade da agressão, do local, da cidade ou do estado onde ocorreu o fato. Entre as notícias secundárias, contudo, só foram considerados os textos sobre violências que resultaram em óbito, em Salvador e sua Região Metropolitana.

Uma das razões para a adoção do procedimento é o contraste observado entre os tipos de ocorrência registrados entre as notícias principais e as notícias secundárias: enquanto as principais assinalam violências sem conseqüências físicas graves contra a pessoa, tais como atentados contra o patrimônio, socos, tapas, pontapés ou agressões verbais, entre as secundárias, nos três diários sob análise, inexistem narrativas sobre eventos violentos deste tipo.

Entre as notícias secundárias, mesmo as agressões que não levaram as vítimas a óbito resultaram em lesões físicas decorrentes de tiros, facadas, acidentes de carro e estupros. As demais notícias registradas como secundárias são relativas a ações de membros do sistema de segurança pública[17] não vinculadas diretamente a agressões contra a pessoa, tais como greves, anúncios de tecnologias de combate a crimes e desdobramento de investigações, além de uma ação de vândalos que atingiu o carro de um membro da corporação jornalística.

A não-consideração das violências sem óbito das notícias principais obrigaria a supressão das edições com este tipo de ocorrência do processo comparativo, uma vez que só há uma notícia principal por página de jornal, e a grande maioria das edições tem apenas uma página. Isso resultaria em perda significativa para a análise, porque as notícias secundárias das edições suprimidas registram um número considerável de eventos com grau de dramaticidade e gravidade maior que os escolhidos para abrir o noticiário do dia — contraste que se diluiria.

Por outro lado, a compilação das notícias secundárias sem óbitos não teria utilidade para o objetivo nuclear deste capítulo, ou seja, problematizar a coincidência das notícias principais nos três jornais, contrastando-as com as notícias secundárias. Portanto, a partir da constatação de que em todas as notícias secundárias houve um número considerável de violências com óbitos, tornou-se irrelevante computar as ocorrências sem óbito.

[17] Sistema de segurança pública deve ser compreendido, aqui, como a expressão política do conjunto de poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público) e instituições que possuem atribuições de prevenir e reprimir crimes. Assim, agrega as perspectivas do Sistema de Justiça Criminal *stricto sensu* (grosso modo, composto pelo Poder Judiciário e, no âmbito do Poder Executivo, pelas Polícias) e do Sistema de Justiça Criminal *lato sensu* (composto pelos poderes, instituições e órgãos responsáveis por medidas estatais preventivas de criminalidades, tais como distribuição de renda, educação, saúde, saneamento básico etc.). Uma visão crítica do assunto está disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/o-sistema-de-justica-criminal-brasileiro>. Acesso em: 24 abr. 2007.

Além disso, o recurso simplificou a operacionalização do levantamento quantitativo, sem qualquer prejuízo da análise qualitativa. Pelo contrário. Além de a supressão das poucas notícias secundárias sobre ocorrências sem óbitos não interferir nos resultados numéricos da pesquisa, a consideração desse tipo de evento entre as notícias principais facilitou a visualização do contraste entre os assuntos escolhidos para compor as notícias principais e aqueles que não receberam tratamento diferenciado.

Edições-referência

Antes de passar à articulação entre o quadro de análise e o quadro de referência, é necessário explicar diferenças e relações entre edição, edição-referência, página e notícia principal. Por *edição* compreende-se o produto final do dia de cada jornal. Portanto, numericamente, um dia equivale a três edições, já que estamos falando de três jornais. A diferenciação entre as edições se faz pela citação do nome do jornal correspondente. Assim, o produto noticioso do dia 03/10/2005, por exemplo, é a edição de 03/10/2005 de *A Tarde*, ou da *Tribuna da Bahia*, ou do *Correio da Bahia*.

Edição-referência é o produto final do dia dos três jornais. Portanto, um dia equivale a uma edição-referência. E o padrão das amostras selecionadas é de uma *página* sobre violências por edição de cada jornal, como ocorre no dia 03/10/2005, que reúne, portanto, três páginas, uma de cada jornal. Todavia, eventualmente, *A Tarde* publicou mais de uma página por dia sobre violências, como aconteceu em 07/11/2005. Significa dizer que uma edição-referência corresponde a um conjunto de três ou mais páginas dos três jornais.

Como evidenciado pelos exemplos ilustrados de manchetes, só existe uma *notícia principal* por página de jornal. Em termos numéricos, portanto, uma página de jornal equivale a uma notícia principal. Por conseguinte, uma edição-referência equivale a um conjunto de três ou mais notícias principais.

É importante fixar que os números de edições, edições-referência e páginas ou notícias principais não são coincidentes. O raciocínio pode ser visualizado mais facilmente por meio do seguinte esquema:

um dia = três edições, uma de cada jornal

um dia = uma edição-referência

uma edição = uma ou mais páginas por jornal

uma edição-referência = um conjunto de três ou mais páginas dos três jornais

uma página = uma notícia principal

uma edição-referência = um conjunto de três ou mais notícias principais.

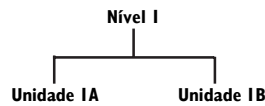
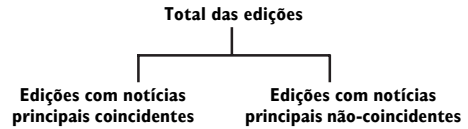
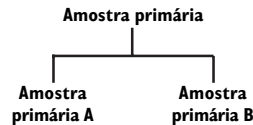
Redução de amostras & níveis de análise

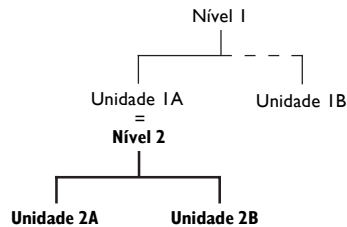
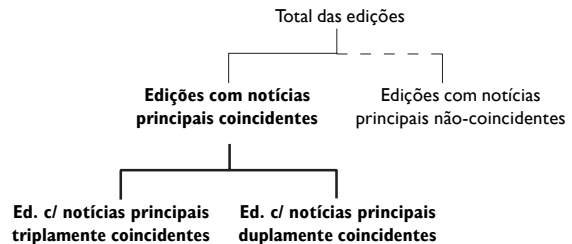
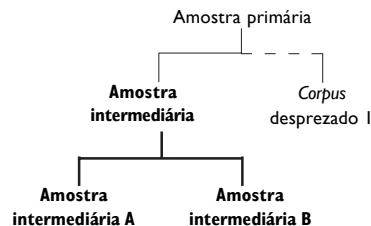
Durante a leitura preliminar do *corpus* geral da pesquisa,[18] que abarca as edições de segunda-feira de julho a dezembro de 2005, foram identificadas regularidades no modo como as notícias são estruturadas. Regularidades categorizadas, codificadas e quantificadas, com vistas a problematizar aspectos relevantes do noticiário. Tal repetição de padrões nos textos selecionados permitiu, ainda, a diminuição da amostra geral, a realização da pesquisa por fases e a simplificação da apresentação dos resultados.

A redução foi efetuada de modo gradual, em três distintas fases, de acordo com a estratégia de análise por classes (KRONBERGER; WAGNER, 2004, p.431), que possibilita a realização do trabalho de investigação científica por etapas. São partes com níveis diferenciados de averiguação, relativa autonomia e, ao mesmo tempo, inter-relacionadas, o que facilita a operacionalização da amostra total selecionada e a compreensão do universo pesquisado.

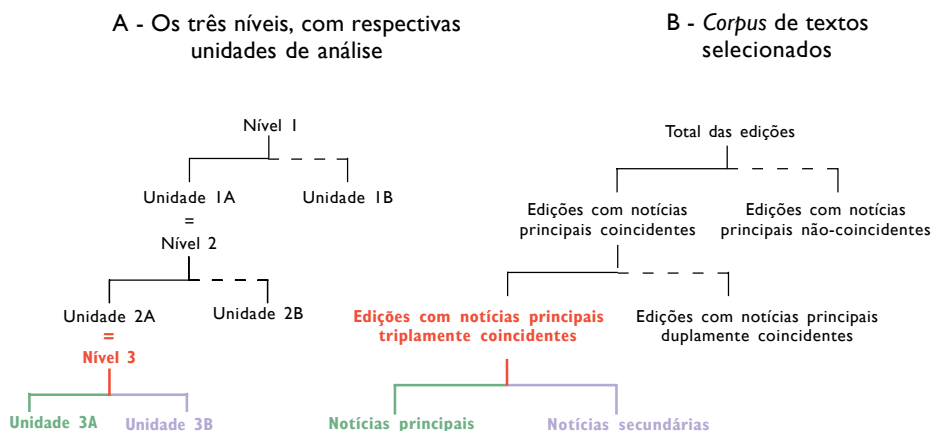
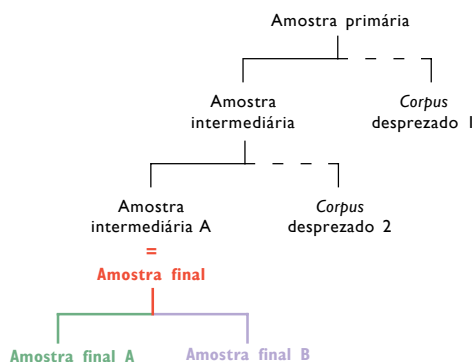
O primeiro nível de análise, sintetizado pelos gráficos abaixo traçados, foi realizado sobre o *corpus* geral de textos, aqui denominado amostra primária e composto por 78 edições ou 80 páginas sobre violências dos três referidos jornais — o que corresponde a 80 notícias principais. Durante este primeiro passo, foi constatada uma proporção relevante de edições com notícias principais coincidentes, as quais serviram de base para o segundo nível de investigação, como se verá a seguir.

[18] O *corpus* geral da pesquisa foi selecionado com base na estratégia da semana artificial, que é o equivalente funcional, para a pesquisa qualitativa, da amostra aleatória da pesquisa quantitativa (BAUER, 2004, p.196-197).

[19] Para facilitar a compreensão dos gráficos, os esquemas representativos do nível de análise correspondente foram traçados em negrito. Já as linhas tracejadas representam o *corpus* de textos — ou amostras — do nível de análise anterior desprezado no nível subseqüente.

C - Amostra usada

Análise nível 1

Nesta primeira etapa, a amostra primária foi submetida a um exame quali-quantitativo que gerou um *corpus* de 44 edições (ou 45 páginas) com notícias principais coincidentes. Ou seja, a análise nível 2 foi realizada sobre um *corpus* de textos produzido a partir da análise nível 1, o que significa dizer que uma unidade de análise do primeiro patamar de investigação transformou-se em amostra do segundo, denominada amostra intermediária e composta por edições com notícias principais dupla e triplamente coincidentes.

C - Amostra usada

Análise nível 2 [19]

No segundo nível de análise, observou-se que, das 44 edições (45 páginas) com notícias principais coincidentes, 24 edições (25 páginas) eram triplamente coincidentes, ou seja, a mesma ocorrência abria as páginas dos três jornais. Esse último *corpus*, que baseou a análise nível 3, foi denominado amostra final e corresponde às 8 edições-referência usadas para ilustrar os achados da pesquisa.[20] Nesta etapa, as notícias principais foram separadas das notícias secundárias das edições com notícias principais triplamente coincidentes, para procedimento comparativo entre os dois grupos de textos.

[20] É necessário registrar que o trabalho de categorização e quantificação que estruturou a maior parte dos dados numéricos da presente análise de conteúdo foi realizado sobre a amostra final.

C - Amostra usada

Análise nível 3

[21] O princípio de negligenciabilidade e o critério de saturação são estratégias de investigação científica que permitem desprezar (ou negligenciar) partes das amostras pesquisadas em função da repetição (ou saturação) de elementos necessários à análise ou à descrição da análise, como encontrado em Bauer e Aarts, 2002, p.39-60.

A redução sucessiva da amostra primária foi viabilizada pela identificação de regularidades nos blocos de textos analisados, possibilitando desprezar, primeiro, o conjunto de edições com notícias principais não-coincidentes e, posteriormente, o de edições com notícias principais duplamente coincidentes. São procedimentos baseados no princípio de negligenciabilidade e no critério de saturação,[21] que permitem simplificar a exposição de resultados sem prejuízo de conteúdo.

Resumindo, a análise de conteúdo foi realizada em três diferentes níveis, estruturados a partir de uma amostra geral de textos que foi sendo gradualmente reduzida, num processo inter-relacionado que gerou três amostras com diferentes números de edições e páginas, como se pode verificar pelo quadro demonstrativo dos valores resultantes de tais operações:

Níveis de análise	Total das edições dos jornais	Total de páginas / notícias principais	Total de dias / edições-referência
1	78	80	26
2	44	45	18
3	24	25	8

No primeiro nível, foi realizada uma leitura comparativa dos textos das notícias principais, que apontou para um percentual relevante de manchetes (ou notícias principais) coincidentes. E, em torno desta problemática, passaram a gravitar outras, realçadas por procedimentos quantitativos, qualitativos e comparativos. Em outras palavras, a partir de um fio condutor, foram surgindo outros que, entrelaçados, compuseram o quadro da cobertura midiática no setor.

No segundo nível de investigação, buscou-se rastrear o tema predominante no noticiário sobre violências dos três jornais, como primeiro passo para tentar compreender o porquê da padronização verificada no primeiro

nível, com o mínimo possível de pressupostos teóricos ou práticos. Com este objetivo, foram criadas três categorias secundárias: atentados contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e outras ocorrências. Na primeira, inclu-em-se as reportagens sobre agressões físicas graves contra a pessoa, decorrentes ou não de crimes contra o patrimônio e que tenham resultado ou não em óbito. Crimes contra o patrimônio referem-se a reportagens que descrevem ações contra bens móveis ou imóveis que não tenham resultado em danos físicos graves contra a pessoa. Como outras ocorrências, foram consideradas as notícias sobre ações que não se ajustam diretamente às duas citadas categorias, tais como fuga de presos, operações policiais, divulgação de tecnologias de combate a crimes e manifestações contra o sistema de segurança pública.

Ainda no segundo nível de análise, foi constatado que, das 45 notícias principais coincidentes da amostra intermediária, 37 (82,22%) eram relativas a atentados contra a pessoa, três (6,66%) diziam respeito a crimes contra o patrimônio, e cinco (11,11%) eram sobre outras ocorrências. Tais resultados atestariam a prioridade dada às notícias sobre agressões contra a pessoa, em detrimento de outras ocorrências não relacionadas, diretamente, com estes tipos de atentados.

Contudo, a comparação, edição por edição, entre as notícias principais e as notícias secundárias da análise nível 3 desfez a linearidade da lógica divisada a partir da comparação das notícias principais coincidentes entre si. E apontou para uma teia de poderes, saberes e fazeres como elemento orientador da escolha das ocorrências a serem editorialmente destacadas, com a conseqüente coincidência de notícias principais nos três veículos de comunicação sob análise.

Antes, porém, de passar à descrição, passo a passo, da análise nível 3, é necessário pontuar que todas as edições da amostra final foram avaliadas, mas que a ordem de apresentação não é cronológica. O encadeamento das questões levantadas em cada edição é que determinou a edição-referência a ser apresentada, começando pela já parcialmente descrita edição do dia 03/10/2005.

Edição-referência 4

Quadrilha assalta supermercado

Polícia 15

Hipermercado saqueado por 15 bandidos

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

Primeiras evidências

Como visto, as notícias principais do dia 03/10/2005 destacam o assalto a um supermercado, freqüentado por clientes de variados níveis e padrões socioeconômicos e culturais. Os danos relevados são de ordem material. Uma pessoa de perfil socioeconômico identificado como menos favorecido recebe um golpe de revólver na testa, sem conseqüências registradas nos jornais. As reportagens destacam como vítimas, em sua maioria, pessoas brancas, de perfil socioeconômico classificado como mais favorecido.

A mesma edição registra, entre as notícias secundárias dos três periódicos, nove assassinatos em Salvador e sua Região Metropolitana. Todas as vítimas são do sexo masculino. A maioria, morta a tiros, é composta por jovens (18 a 29 anos) de condições socioeconômicas menos favorecidas, moradores de bairros periféricos e sem suspeições ou acusações de crimes ou atitudes socialmente condenáveis registradas nos jornais. Todos aqueles cujas características físicas são identificadas são afro-descendentes.

O grau de dramaticidade dos atentados é alto. A maior parte dos homicídios ocorre nos locais de moradia das pessoas assassinadas. Em um dos casos, a vítima é perseguida e morta dentro de casa. Noutro, um jovem de 18 anos é atingido à queima-roupa por um policial, inconformado por não conseguir atingir o alvo desejado — um rapaz que estava em companhia da vítima —, de acordo com os relatos.

Entre os mortos, o único com mais de 30 anos tem ligação relevante com um membro do sistema de segurança pública: é irmão do então presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado da Bahia. Mas nenhum dos casos é destacado como notícia principal. E apenas o jornal *A Tarde* registra esse último assassinato em pequena matéria de dois parágrafos. Os demais veículos ignoram o assunto. Os três optam por dar prioridade editorial ao crime contra o patrimônio.

É necessário observar que a edição registra tanto um crime cometido por um membro do sistema de segurança pública quanto um cometido contra alguém que, se não é de dentro, tem proximidade relevante com o sistema. E que as duas ocorrências foram desprezadas como notícia principal. Em relação à primeira circunstância, a prioridade editorial condiz com o que foi observado na análise geral da amostra final. Em relação à segunda circunstância, não.

Em outros termos, quaisquer que tenham sido os fatores determinantes da escolha da notícia principal, nos três jornais analisados, eles não levaram à seleção dos crimes cometidos por agentes do sistema de segurança pública. Em relação às agressões cometidas contra membros do sistema, deu-se o inverso: sempre que um policial foi assassinado, o assunto virou notícia principal; quando cometeu o assassinato, não.

É relevante registrar que houve relativa quebra de padrão na escolha da notícia principal, na edição-referência 4. Contrariando a tendência verificada, nas amostras, em relação às agressões contra agentes ou parentes de agentes do sistema de segurança pública, o crime contra o irmão do então presidente do Sindicato dos Policiais Civis foi descartado como assunto de relevo da edição. Pode-se dizer, com boa margem de segurança, que um dos fatores determinantes da escolha foi o perfil socioeconômico das vítimas do dia.

Outro dado que merece ser destacado na edição-referência 4 é a existência, entre as notícias secundárias, de textos codificados como "jornalismo máximo": "Fim de semana - Ambulante é perseguido e morto na Feira do Rolo" e "Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana", respectivamente, como já referenciado, de *A Tarde* e da *Tribuna da Bahia*.

Ambos passíveis, tecnicamente, de serem elevados à condição de notícias principais — o que aponta para uma decisão vinculada à esfera da edição.

Ao contrário das notícias principais do dia, redigidas por repórteres eventuais, os citados textos são assinados por repórteres fixos, nos dois jornais. Significa dizer que tais notícias secundárias, nas quais é identificado o esforço de produção denominado "jornalismo máximo", foram construídas por repórteres habitualmente incumbidos de estruturar o noticiário especializado, e que tal produção foi preterida como notícias principais, sendo escolhidas reportagens redigidas por profissionais alheios ao setor.

A eleição da notícia sobre o assalto ao supermercado, portanto, relativiza o determinismo alinhavado pelas rotinas produtivas dos repórteres fixos — identificados pela freqüência com que assinaram as reportagens nas amostras primária, intermediária e final (sucessivamente, mais de 15, 10 e cinco vezes). Não por acaso, como se verá, tendo como pano de fundo fatores socioeconômicos e culturais.

Segue-se a edição-referência 3.

Edição-referência 3

PM assassinado no bairro do Uruguai

Polícia 33

PM reformado é vítima de latrocínio

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

Fragmentos de corporativismo

As três notícias principais do dia 29/08/2005 destacam o assassinato de um policial (afro-descendente, 44 anos, de condição socioeconômica menos

favorecida) a tiros. No mesmo dia, entre as notícias secundárias, são registrados outros cinco óbitos violentos, quatro dos quais homicídios, igualmente cometidos com arma de fogo, contra pessoas de 22 a 30 anos, sobre as quais não pesam, nos jornais, suspeições ou acusações de atos criminosos, ilícitos ou socialmente condenáveis.

O único dado diferencial relevante entre a vítima da notícia principal e as demais é o fato de aquela ser um policial. Apesar de não estar de serviço, ser representante do sistema de segurança pública confere certa importância à sua morte — o que a escolha da notícia principal parece comprovar. Um dos outros quatro assassinatos, concretizado, igualmente, com arma de fogo, é cometido por policiais militares.

A edição-referência 3 traz outro registro significativo: dois encapuzados invadem a casa de um homem, que é assassinado a tiros enquanto dorme, na frente da mãe e da irmã. A alta carga de dramaticidade do evento instiga a reflexão sobre os motivos que levaram os três veículos de comunicação a não destacarem a história, escolhendo a morte do policial para abrir a página do noticiário sobre violências.

É importante ressaltar que, na edição em análise, todas as pessoas assassinadas que tiveram o perfil socioeconômico identificado são menos favorecidas. Significa dizer que, em relação a tal aspecto, não houve, neste caso específico, confronto entre tipos de vítimas: entre todas as vítimas de mesmo perfil, a hierarquia noticiosa elegeu o crime contra um agente da segurança pública.

O aspecto flagrado na edição ilustra os dados numéricos resultantes da análise geral da amostra final. Dados que evidenciam, também a partir desta perspectiva, ou seja, dos vestígios de falhas na ponta do sistema de segurança pública (as corporações policiais), a influência do fator socioeconômico na escolha do assunto a ser destacado nas edições dos três jornais impressos de maior circulação da capital baiana.

Desprezada em relação a crimes fatais contra pessoas de condições menos favorecidas, a distorção do sistema de segurança pública ganha importância quando o perfil das vítimas muda — fato identificado na edição-

referência 5, quando policiais militares invadem um hospital e agridem dois médicos com socos, palavrões e pontapés. O caso vira notícia principal nos três jornais.

Seguem-se as demais ocorrências sobre violências do citado dia.

Edição-referência 5

Segurança 13

A Tarde — *Correio da Bahia* — *A Tarde* — *Tribuna da Bahia*

Sinais de discriminação

As notícias secundárias da edição do dia 07/11/2005, que privilegiou as agressões contra os médicos, registram quatro homicídios, três dos quais contra pessoas do sexo masculino e um contra uma mulher (o único, do total de 46 assassinatos registrados na amostra final). Todas as vítimas fatais do dia, mortas a tiros, são jovens e têm condições socioeconômicas menos favorecidas. Aquelas com características físicas registradas são afro-descendentes.

Na ocorrência em que pesa acusação de ação criminosa contra a vítima do homicídio, o grau de dramaticidade é considerável: há tiroteio em via pública, durante o qual uma criança de sete anos é baleada. Todavia, nada disso merece o espaço privilegiado da notícia principal de qualquer dos três veículos. Todos os jornais preferem abrir o noticiário especializado com a agressão — sem conseqüências físicas relevantes — aos médicos do Hospital Roberto Santos.

Ou seja, mais uma vez, os três periódicos sob análise escolheram como mais importante do dia uma ocorrência violenta sem óbito contra pessoas mais favorecidas em termos socioeconômicos, dentro de um universo de quatro assassinatos, todos contra vítimas menos favorecidas — procedimento recorrente em toda a amostra final da pesquisa: sempre que houve uma agressão contra uma vítima mais favorecida, esta virou notícia principal.

Para melhor compreensão da problemática aqui abordada, é importante esclarecer que as agressões cometidas contra pessoas de condições socioeconômicas mais favorecidas registradas na amostra final não se referem a homicídios, mas a um acidente de carro (com óbito), um crime contra o patrimônio (caso do assalto ao supermercado) e agressões comparativamente leves (caso dos médicos do hospital, insultados com palavrões e atingidos por socos e pontapés).

Ainda em relação à edição-referência 5, deve-se destacar que ela traz um discurso articulado — o único da amostra final — em relação ao sistema de segurança pública. E com uma coincidência digna de registro. No dia, em vez de uma, *A Tarde* publica duas páginas de "Polícia". Enquanto a notícia principal de uma coincide com a da página do *Correio da Bahia* (agressão aos médicos), a outra, sobre o sistema, coincide com a da *Tribuna da Bahia*. A temática da segurança pública será retomada. Por ora, examine-se a edição do dia 11/07/2005.

Edição-referência 1

Rapaz é morto no Parque de Exposições

Polícia

Jovem morto com tiro em show de pagode

A Tarde | *Correio da Bahia* | *Tribuna da Bahia*

Vestígios de extermínios

As notícias principais dos três periódicos registram o assassinato de um jovem de 18 (*A Tarde* e *Tribuna da Bahia*) ou 19 (*Correio da Bahia*) anos. No mesmo dia, nas notícias secundárias, são registrados outros três homicídios. Dois deles de jovens de 21 (*Tribuna da Bahia*) ou 22 (*Correio da Bahia* e *A Tarde*) anos, de modo semelhante ao da vítima da notícia principal: a tiros. O último, com características mais dramáticas que os demais: esquartejamento.

Todas as quatro pessoas assassinadas têm perfil socioeconômico menos favorecido. Como único diferencial relevante, o fato de que, sobre as três vítimas com ocorrências registradas nos textos das notícias secundárias, pesa algum tipo de acusação ou suspeita de implicação em crimes ou atividades socialmente condenáveis: um, de uso de drogas; outro, de "envolvimento" com drogas; o último, de uso de drogas, roubo e assassinato.

Na citada edição, portanto, o que aparentemente determinou a escolha da vítima — ou do crime contra a mesma — para abrir as três páginas especializadas em violências do dia foi a não-suspeição. E, para averiguar o alcance desta possível razão, foi realizado o levantamento do número de pessoas assassinadas com tal tipo de registro (ou seja, algum tipo de acusação ou suspeição) em todas as edições da amostra final. Os resultados foram significativos.

De um total de 46 vítimas de homicídio, 17 foram associadas a algum tipo de delito ou comportamento socialmente recriminável.[22] Com uma exceção, todos os assassinatos contra vítimas com suspeição foram registrados entre as notícias secundárias. O caso que fugiu à regra foi o de um policial assassinado por populares, após, supostamente, segundo os depoimentos registrados, ter feito uso inadequado da força, atirando em algumas pessoas (edição-referência 6).

É significativo observar, entretanto, que este tipo de vítima (com suspeição) figura em duas das seis notícias secundárias com esforço de "jornalismo máximo" registradas na amostra final. Uma, acusada de assaltos; outra, de assaltos e uso de drogas.[23] Este dado representa um desvio de

[22] Os resultados numéricos do terceiro nível de análise estão sintetizados no final do livro.

[23] As duas reportagens em questão são as registradas na edição-referência 4, de 03/10/2005. A primeira, sobre Lázaro Alves Brado da Silva, em *A Tarde* ("Fim de Semana – Ambulante é perseguido e morto na Feira do Rolo"). A segunda, sobre Sérgio da Silva Selo, na *Tribuna da Bahia* ("Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana").

responsabilidade dos repórteres, também, sobre o quadro acima descrito, ou seja, de atribuição menor de importância a vítimas com algum nível de suspeição, uma vez que, como já visto, a eleição de textos à condição de notícia principal é atribuição da equipe de edição.

Continuando a análise da edição-referência 1:

> Usuário de drogas executado com 4 tiros
>
> (*Correio da Bahia*, 11 jul. 2005, p.7.)

O título desta notícia secundária revela duas outras regularidades discursivas do *corpus* de textos sob análise: o uso recorrente do termo "executado" e a associação entre este vocábulo e as vítimas de homicídio com algum tipo de acusação — ou suspeição — registrada nos jornais. Parte do jargão policial, a palavra foi empregada em 31 dos textos da amostra final, sem qualquer posicionamento crítico em relação aos significados que transporta. O dicionário *Novo Aurélio século XXI* (1999, p.858) registra:

> **Executar [...] 7**. *Jur.* Promover a execução de (uma sentença judicial ou de documento de dívida que legitime a ação executiva). **8.** Supliciar em nome da lei; justiçar. **9.** Supliciar (2): *Pombal fez executar os Távoras.*
>
> **Execução** [...] (...) **2.** Cumprimento de pena de morte [...].

No esforço de mensurar a associação verificada entre o termo, ou a ação que ele exprime, e as vítimas que, supostamente, tinham alguma dívida com a Justiça ou a sociedade, realizou-se uma intersecção entre a palavra e as vítimas de homicídio com e sem suspeições registradas nos jornais. E, sintomaticamente, deu-se um quase empate: a expressão foi registrada 15 vezes nas notícias sobre crimes contra vítimas com suspeição e 16 vezes contra vítimas sem suspeição.

O resultado desloca a intencionalidade deste tipo de associação, ou seja, de uso proposital do termo, pelos jornalistas, nos casos de vítimas fatais com algum nível de comprometimento com atividades criminosas ou socialmente condenáveis. E aponta para o uso rotinizado, automatizado,

naturalizado de um vocábulo que carrega significações com grau relevante de complexidade.

Pelo sentido jurídico acima transcrito, era de se esperar uma vinculação maior entre o termo "execução" e vítimas com suspeição. Mas o "cumprimento de pena de morte", legalmente inexistente no Brasil, é atribuído, nos três veículos, tanto para as vítimas que, supostamente, tinham contas a ajustar com a Justiça ou a sociedade, quanto para aquelas que nada deviam às mesmas. Característica comum: eram afro-descendentes e pobres.

Não obstante o flagrante automatismo com que a palavra é empregada, é perceptível o baixo nível de importância atribuído aos crimes contra vítimas com suspeição, o que pôde ser evidenciado nessa mesma edição: ao noticiar a "execução" de um jovem de 22 anos, acusado de crimes, o repórter do *Correio da Bahia* pondera que "a polícia ainda não tem pistas sobre o assassinato, *mas*[24] a vítima já possuía antecedentes criminais" (*Correio da Bahia*, 11 jul. 2005, p.7).

Não houve como promover a associação entre o uso da palavra "execução" e as vítimas mais e menos favorecidas, para verificar o papel do fator socioeconômico no tratamento dispensado às mesmas, também em relação ao jargão. Isso porque não houve homicídio de pessoas mais favorecidas na amostra analisada. Assim, todas as vezes em que o termo aparece refere-se às vítimas menos favorecidas. O dado, porém, neste caso, não é conclusivo.[25]

A exemplo da edição-referência 4, a edição-referência 1 abriga uma das seis narrativas com "jornalismo máximo" registradas entre as notícias secundárias da amostra final:

> Boca do Rio - Moradores do bairro realizam mais uma caminhada pela paz
> (*A Tarde*, 11 jul. 2005, p.8.)

Apesar de esta manifestação não ter relevância na análise sobre os fatores determinantes de escolha das ocorrências para abrir o noticiário especializado em violências do dia, é importante observar o esforço de produção da reportagem.

[24] Neste e nos exemplos subseqüentes, o grifo é sempre nosso.

[25] É possível que o rigor metodológico tenha limitado o rastreamento de tal evidência — o que aponta para o risco, inerente à adesão absoluta a sistemas rígidos de análise, de apagamento do juízo crítico do pesquisador.

Ao contrário da grande maioria das notícias secundárias, o texto não é predominantemente factual — ou seja, não informa a ocorrência em si de óbitos violentos. A partir da reação da comunidade, resgata um contexto violento. Com 81 linhas, seis recursos de edição (sobretítulo, título, intertítulo, foto, legenda e assinatura) e fontes diversificadas de informação (quatro), poderia, tecnicamente, ser elevado à condição de notícia principal. Mas concorreria com quatro assassinatos registrados no dia.

Edição-referência 6

Mais um PM assassinado em Salvador

Sargento PM é assassinado por ex-presidiário

Polícia 19

Trigésimo segundo PM assassinado

A Tarde — *Correio da Bahia* — *Tribuna da Bahia*

Os discursos das lacunas

As notícias principais do dia 28/11/2005 nos três diários registram o assassinato de um policial militar, perseguido por várias pessoas e assassinado a pedradas e a tiros, num bairro periférico de Salvador. Em um dos jornais (*Tribuna da Bahia*), o texto deixa transparecer que tinha havido abuso de poder, com uso desproporcional da força contra alguns dos agressores, por parte do membro do sistema de segurança pública, com conseguinte perseguição e agressão fatal ao mesmo.

As notícias secundárias do dia notificam outras dez mortes violentas. As vítimas fatais com características socioeconômicas identificadas são menos favorecidas, e apenas uma delas tinha débitos com a sociedade — e

com a Justiça: era detento. Seis dos óbitos são homicídios, três deles com características tão dramáticas quanto as do assassinato registrado pelas notícias principais da referida edição: linchamento.

A maioria das vítimas é jovem e do sexo masculino — o que corresponde aos já citados parâmetros das pesquisas que tratam de óbitos violentos no Brasil e na Bahia. Mas chama a atenção, na edição, um padrão que se repete em toda a amostra final: a escassez de dados sobre as vítimas. Para se ter uma idéia do nível de omissão, nenhum dos dez mortos mencionados nas notícias secundárias do dia teve as características físicas registradas.

Os vácuos de informações em relação às características físicas das vítimas flagrados na edição-referência 6 estendem-se a toda a amostra final: dos 56 óbitos violentos (homicídios e outras mortes por causas externas) ocorridos no período, por exemplo, 40 não tiveram as características físicas das vítimas registradas. Entretanto, todas as que foram registradas, tanto nas notícias principais quanto nas notícias secundárias, referem-se a afro-descendentes — incluindo os policiais.

São dados que se ajustam aos parâmetros técnicos da atualidade, chamando a atenção para o entrelaçamento entre violência física e fator racial e apontando, mais uma vez, para o perfil socioeconômico e cultural das vítimas como um dos fatores determinantes do tratamento editorial dos relatos sobre as violências por elas sofridas: não houve homicídios entre brancos, na amostra final, mas sempre que um branco foi agredido virou notícia principal. E todos eram mais favorecidos.

Assim, apesar da escassez de dados em relação às características físicas e às condições socioeconômicas de vítimas e agressores — dentre outras insuficiências que ainda serão expostas —, é possível delinear, tanto na edição-referência 6 como em toda a amostra final, o perfil das "vítimas preferenciais" das violências em Salvador e sua Região Metropolitana. E, a partir do delineamento, compará-lo com o tratamento editorial dispensado às notícias sobre os crimes contra este tipo de vítima.

Na presente edição, chama a atenção, mais uma vez, a desproporção, em termos de prioridade de notícia, entre eventos violentos protagonizados por e contra membros do sistema de segurança pública: uma das vítimas

(sexo masculino, de condição socioeconômica menos favorecida, sem suspeições ou acusações levantadas), segundo os relatos dos repórteres, fora assassinada por policiais militares. O caso sequer é registrado por todos os jornais do *corpus* sob análise.[26]

O aspecto qualitativo exposto na edição, nesse nível de análise (3), encontra correspondência no levantamento quantitativo realizado na análise nível 2: mais de 24% dos registros sobre atentados contra a pessoa são relativos a policiais. Em contrapartida, no mesmo *corpus* de textos (amostra intermediária), apenas um assassinato supostamente cometido por um policial vira notícia principal nos três jornais.

Ainda na edição-referência 6, mais dois exemplares de "jornalismo máximo" entre as notícias secundárias:

> Assalto a ônibus seguido de estupro
>
> (*A Tarde*, 28 nov. 2005, p.12.)
>
> Carro capota na Avenida Bonocô e mata estudante
>
> (*Tribuna da* Bahia, 28 nov. 2005, p.19.)

O primeiro tem 101 linhas, seis recursos de edição e dois tipos de fontes. O segundo, 66 linhas, quatro recursos e dois tipos de fontes. Ambos, portanto, tecnicamente passíveis de ocupar o lugar privilegiado das notícias principais.

Examine-se a edição seguinte:

Edição-referência 7

Fugitivos da 1ª delegacia são caçados

Polícia 17

Cidade temerosa com a fuga de 29 presos

A Tarde *Correio da Bahia* *Tribuna da Bahia*

[26] *A Tarde* não registra.

“Segundo Mundo” e terceiras margens

As notícias principais do dia 12/12/2005 tratam da fuga de 29 “detentos” do complexo de delegacias dos Barris. Não há vítimas fatais, nem danos materiais ou físicos (contra a pessoa) relevantes. Contudo, o assunto é nitidamente prioritário. Não é apenas a falha do sistema de segurança pública que está em jogo, mas o perigo que a fuga de “presos”, em tese, representa para a população — o que justificaria a coincidência de notícias principais nos três jornais.

Na mesma edição, as notícias secundárias registram cinco homicídios. Todos contra pessoas do sexo masculino. A maioria, de jovens entre 17 e 27 anos, afro-descendentes, de condições socioeconômicas menos favorecidas, sem o peso de suspeição ou acusação de crimes ou atitudes anti-sociais registradas pelos jornais. Um dos assassinatos — o único em que não é usada arma de fogo — ocorre dentro da casa da vítima.

A prioridade dada à fuga de custodiados parece irrefutável, sob a ótica da responsabilidade social. Todavia, *A Tarde* expõe a recorrência deste tipo de evento, relativizando o que parece ter sido o fator determinante de coincidência e chamando a atenção para um aspecto importante da problemática aqui abordada: uma cronologia mostra a ocorrência de pelo menos uma fuga de detidos (ou presos) por mês de dependências (delegacias ou presídios) do sistema de segurança pública do Estado em 2005.

Registrados em apenas um jornal, os dados evidenciam o caráter não-circunstancial das falhas do sistema de segurança pública. Falhas, aliás, que perpassam todas as edições da amostra final, sem nível correspondente de reflexão sobre as mesmas. Como veremos adiante, há uma espécie de naturalização do problema no noticiário especializado, sendo flagradas, às vezes, inversões de perspectivas, com insuficiências, ou deficiências, transformadas em dados positivos.

Na edição-referência 7, em particular, a falha do Estado em relação à segurança pública fica evidente, mas, ainda assim, não motiva um debate consistente sobre o assunto. Somente *A Tarde* esboça uma reflexão, contextualizando quantitativamente o fenômeno, ouvindo o secretário de

Segurança Pública, questionando responsabilidades e a distorção do sistema relacionada, especificamente, com o episódio — ou seja, a guarda de custodiados em delegacias.

É importante registrar que os fugitivos do complexo têm características semelhantes às das vítimas de homicídio — em sua maioria, pessoas do sexo masculino, afro-descendentes e pobres. A partir deste extrato, é possível estender o perfil socioeconômico e cultural das "vítimas preferenciais" de violências ao dos agressores, apesar da lacuna considerável de informações sobre o assunto, evidenciada por parâmetros técnicos nacionais[27] e, como se verá, pelo reduzido número de agressores em geral e de homicidas identificados, em nível local, de acordo com os registros das amostras de jornais sob análise.

Mesmo na edição-referência 7, que trata de pessoas colocadas sob a guarda do sistema de segurança pública, os dados sobre os agressores são escassos. O perfil acima descrito é exposto pelas fotografias dos fugitivos, publicadas apenas pela *Tribuna da Bahia*: em todos, a mesma face escura, os mesmos cabelos crespos, os mesmos sinais que identificam os desprovidos em termos socioeconômicos. E a lacuna de informações, evidente no sistema, é refletida nos jornais.

Fotografias de fugitivos publicadas no dia 12/12/05 na *Tribuna da Bahia*

[27] Menos de 3% dos crimes são esclarecidos e seus autores processados, no Brasil, segundo Ariel de Castro Alves (2007), advogado, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, presidente do Projeto Meninos e Meninas de Rua e membro da Comissão da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB.

Dos 29 fugitivos, quatro são recapturados pela Polícia. E são os únicos que têm a idade registrada nos jornais, fazendo crer que a informação está vinculada a depoimentos e não à consulta de arquivos do sistema. A maioria (20) tem apenas as fotografias e os nomes divulgados. Os cinco restantes, conforme informações dos jornais, a Polícia Civil não consegue identificar, apesar de estarem sob sua custódia. Na *Tribuna da Bahia*, a deficiência transforma-se em dado positivo: "A polícia *já* identificou 20, daqueles que continuam foragidos [...]" (*Tribuna da Bahia*, 12 dez. 2005, p.17).

A análise geral da amostra corresponde ao problema demonstrado na edição-referência 7: são várias as evidências sobre a falência da segurança pública identificadas nos periódicos. A maioria, porém, de modo não articulado e não contextualizado. São fragmentos estampados aqui e ali, em uma ou outra reportagem, uma ou outra edição. O conjunto gerado a partir da leitura dirigida, como o grupo de títulos abaixo reproduzidos, é que dá a noção do colapso, na Bahia, do chamado "Segundo Mundo" (CASTELLS, 1999), ou seja, do Estado:

> Armas de fogo matam 7 jovens em Salvador no fim de semana
> (*Tribuna da Bahia*, 3 out. 2005, p.15.)
>
> Vinte e nove presos fogem do xadrez da 1ª Delegacia
> (*Correio da Bahia*, 12/12/05, p.7.)
>
> Fugitivos da 6ª DP ainda não foram capturados
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)
>
> Jovem assassinado por policial no Calafate
> (*Correio da Bahia*, 3 out. 2005, p.7.)
>
> Policial é encontrado bêbado e armado em ponto de ônibus
> (*Correio da Bahia*, 7 nov. 2005, p.7.)
>
> Extermínio - Encapuzados invadem casa e matam homem a tiros
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)
>
> Policiais negam acusação de extorsão e tráfico
> (*A Tarde*, 25 jul. 2005, p.8.)
>
> Moradores do bairro realizam mais uma caminhada pela paz
> (*A Tarde*, 11 jul.2005, p.8.)
>
> Delegados ameaçam entrar em greve
> (*A Tarde*, 29 ago. 2005, p.8.)
>
> Mais um PM assassinado em Salvador
> (*A Tarde*, 28 nov. 2005, p.12.)

Em várias edições, *senhas*[28] para a percepção das falhas, insuficiências e distorções do sistema, em níveis e graus diversos. O próprio número de óbitos por violências, apontado no primeiro título da série, é um indicativo de que a política de segurança não está dando conta de uma de suas principais atribuições — a prevenção. E os dados da análise quantitativa geral da amostra final correspondem à problemática exposta.

[28] O sentido de *senha* aqui empregado é o de palavra-chave, designando "um modo quase iniciático de penetrar no interior das coisas", como descrito por Jean Baudrillard (2001, p.7).

Em apenas oito dias, ocorreram 46 homicídios em Salvador e sua Região Metropolitana, numa média de quase seis assassinatos por dia. A maioria (36), cometida com arma de fogo. E não se trata apenas de falha da função preventiva vinculada a operações das corporações policiais. É isso também, e uma evidência é o registro de apenas uma ocorrência relacionada com o sucesso de uma ação dessa natureza que resultou na suspensão de um ato violento:

> Ação da polícia evita triplo homicídio em Feira
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)

Entretanto, os números apontam, principalmente, para falhas nas políticas públicas sociais de base, expostas pelo perfil socioeconômico e cultural das "vítimas preferenciais" das violências, o que se confirma, na amostra final, pelo levantamento quantitativo: contra as 33 vítimas de homicídio menos favorecidas, nenhuma mais favorecida foi registrada no período; o único óbito violento de pessoas com este perfil decorreu de acidente de carro.

Mas na série de títulos há, também, indícios de esgotamento do sistema de segurança no âmbito repressivo-punitivo. Alguns evidenciando falhas administrativas (título 2: "Vinte e nove presos fogem...") e operacionais (título 3: "Fugitivos [...] não foram capturados"); outros, crimes e desvios, em níveis individuais (títulos 4 e 5: "Jovem assassinado por policial..."; "Policial é encontrado bêbado...") e coletivos (títulos 6 e 7: "Extermínio - Encapuzados invadem..."; "Policiais negam acusação...").

Os dados gerais da análise nível 3 correspondem aos conteúdos revelados pelos títulos-senhas em relação ao aparato punitivo-repressivo do sistema de segurança pública do estado da Bahia. Um exemplo pode ser obtido

pelo confronto entre o número total de agressores (99) da amostra final e a quantidade total de crimes — fatais ou não — que tiveram a autoria identificada (28). Evidências que, como visto, encontram correspondência em parâmetros técnicos da atualidade.

Na seqüência de títulos há, também, pistas sobre o estado de ânimo da população (título 8: "Moradores do bairro realizam mais uma caminhada pela paz") e dos membros das corporações policiais (título 9: "Delegados ameaçam entrar em greve") em relação às insuficiências e distorções do sistema de segurança pública, cujas conseqüências não poupam ninguém (título 10: "Mais um PM assassinado em Salvador"). A crise do "Segundo Mundo" anuncia-se, ainda, por ausências — ou insuficiências — noticiosas.

Em toda a amostra final, por exemplo, há apenas duas narrativas dando conta de resultados de investigações sobre crimes:

> Caso resolvido - Preso biscateiro que matou namorada com um tiro
>
> (*A Tarde*, 25 jul. 2005, p.8.)
>
> Crime esclarecido - O assassinato do biscateiro Edson Osea Castro [...] foi elucidado [...]
>
> (*A Tarde*, 25 jul. 2005, p.8.)

Associando-se os dados ao número de homicidas (67) e à quantidade de assassinos não-identificados (44) do *corpus* final sob análise, evidencia-se um quadro de ineficiência relevante do sistema de segurança pública.

Há dois outros relatos dando conta de desdobramentos de casos: um sobre o prosseguimento das investigações relativas ao assalto a um condomínio de luxo; outro sobre a continuidade das buscas — sem sucesso — de fugitivos de uma delegacia de Polícia. E só. São insuficiências, seguramente, não circunscritas, apenas, à esfera midiática, o que se pode depreender da prioridade que os assuntos relativos às corporações policiais têm nesse tipo de noticiário, como evidenciado nas edições sob análise.

Existem outras insuficiências — ou ausências — significativas nos textos sobre violências dos três jornais: em toda a amostra final, não há uma única linha sobre o andamento de processos e outros desdobramentos que cercam o trabalho de investigação e elucidação de crimes; de julgamento e punição de agressores. Em outras palavras, apenas as operações, responsabilidades e desvios do Poder Executivo são registrados no noticiário especializado em violências dos três jornais.

As atribuições, ações, responsabilidades e deficiências dos demais poderes que compõem o sistema de segurança pública do Estado (Legislativo, Judiciário e Ministério Público) são praticamente ignoradas nas edições que compõem o *corpus* de textos da amostra final da pesquisa — problemática que será avaliada com mais detalhes no próximo capítulo, que trata das vozes do noticiário sobre violências.

Mas, na amostra em questão, há também notícias positivas sobre o sistema, de modo igualmente fracionado e pontual: uma investigação e uma operação de sucesso, uma estatística sobre o desempenho global das corporações — relativa à proteção de patrimônio — e uma solução tecnológica promissora para combate ao crime. Todas publicadas pelo *Correio da Bahia*, jornal vinculado à corrente política que então controlava os aparelhos de Estado, sob os títulos abaixo listados:

> Dois traficantes foram presos
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)
>
> Polícia reduz crimes contra o patrimônio
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)
>
> Ação da polícia evita triplo homicídio em Feira
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)
>
> Geoprocessamento vai ajudar a polícia no combate ao crime
>
> (*Correio da Bahia*, 11 jul. 2005, p.7.)

Uma única notícia extrapola os aspectos tecnológico e factual das ações, operações, atribuições e responsabilidades das organizações vinculadas ao Poder Executivo no setor da segurança pública. Centrada no aspecto humano, é publicada pela *Tribuna da Bahia*, veículo que, no período correspondente à amostra analisada, mantinha relativa independência em relação ao Poder Executivo na Bahia:

> Agentes estão reciclando os conhecimentos
>
> (*Tribuna da Bahia*, 11 jul. 2005, p.19.)

Como já visto, apenas a edição-referência 5 traz um discurso articulado em relação à crise da segurança pública. Em *A Tarde*, o tom preponderante é de denúncia. Jornal, então, essencialmente de oposição ao grupo hegemonicamente instalado no aparato estatal, centra o debate nas distorções do sistema: desvios de função e de conduta, privatização do serviço público, sucateamento de equipamentos. Não debate soluções.

Na *Tribuna da Bahia*, a maior parte da reportagem sobre a falência do sistema, de cunho comportamental, é dedicada à ausculta da população da cidade do Rio de Janeiro. Somente quando trata de soluções para suprir o caos da segurança pública, o texto refere-se à capital da Bahia. E o debate restringe-se à sensação de insegurança da classe média e aos problemas relativos ao uso de cercas elétricas, a respeito do qual o Legislativo é chamado a opinar — a única vez, em toda a amostra final.

Na fotografia que ilustra a reportagem, uma imagem de muros guardados por arames farpados, semelhantes aos existentes em campos de concentração — ou prisões. A representação gráfica da tecnologia do medo. Evidência simbólica de uma mentalidade calcada na crença da proteção pela segregação, que alimenta a indústria das grades, dos alarmes, dos cães de guarda, da segurança privada, da blindagem, enfim, das redomas — ou *bolhas* — pretensamente impermeáveis, imunes a invasões.

Edição-referência 8

"Pega" na Manoel Dias mata dois

Polícia

"Pega" mata dois jovens na Pituba

A Tarde *Correio da Bahia* *Tribuna da Bahia*

Dois pesos, duas medidas midiáticas

Na edição de 19/12/2005, mais um crime associado a um integrante do sistema de segurança: uma das sete ocorrências fatais registradas nas notícias secundárias é atribuída, dentre outros, a um policial civil, também vinculado a um assalto. As evidências, relatadas em duas pequenas matérias, são relevantes. Mas o assunto sequer é tratado por todos os jornais.[29] As notícias principais são sobre um acidente de carro em bairro considerado nobre da cidade do Salvador (Pituba), com duas vítimas fatais — uma mais favorecida e outra menos.

Dos sete óbitos violentos registrados nas notícias secundárias, cinco são homicídios (três cometidos com armas de fogo), um é atropelamento, e o último, um acidente de carro. Todas as vítimas de condições socioeconômicas e características físicas registradas são menos favorecidas e afro-descendentes. Contra apenas duas das pessoas assassinadas são levantadas acusações: uma, de atentado contra o patrimônio (*A Tarde*); outra, de uso de drogas (*Tribuna da Bahia*) e de relação com traficante de drogas (*Correio da Bahia*).

Contra esta última vítima fatal, a ocorrência mais dramática: assassinada dentro de casa — circunstância que se repete, de modo significativo, na amostra final. Para se ter uma idéia, de um total de 45 locais de ocorrência

[29] O *Correio da Bahia* não noticia.

de homicídios, 27 referem-se ao bairro ou à casa da vítima ou do homicida. Considerando que não houve assassinatos entre vítimas mais favorecidas, tampouco de outras etnias, os dados evidenciam um quadro de violências contra pessoas pobres e negras naturalizado pelos jornais.

Em oposição ao debate sobre a impermeabilização das *bolhas* (ou seja, dos locais de moradia das classes mais abastadas), há, na amostra sob análise, um absoluto silêncio em relação à vulnerabilidade das casas das "vítimas preferenciais" das violências em Salvador e sua Região Metropolitana — espécies de *vãos*, espaços vazados, invadidos à noite ou à luz do dia, de onde saem, em gavetas do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues (IMLNR), corpos de homens negros, jovens e pobres.

Edição-referência 2

A Tarde *Correio da Bahia* *Tribuna da Bahia*

O primado da exceção

As notícias principais do dia 25/07/2005 destacam a morte, por espancamento, de um garoto de 10 anos, afro-descendente e de condições socioeconômicas menos favorecidas. O principal suspeito é um adolescente[30] de 13 (A Tarde e Tribuna da Bahia) ou 14 (Correio da Bahia) anos. No mesmo dia, são noticiados sete outros óbitos violentos. A maioria, homicídios, cometidos a tiros, contra afro-descendentes sem suspeições ou acusações levantadas e menos favorecidos social e economicamente.

[30] O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece a faixa etária de 12 a 18 anos para o adolescente e de até 12 anos incompletos para a criança. Íntegra da lei está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 24 abr. 2007.

Um dos assassinatos é cometido contra um adolescente de 17 anos, de modo coincidente ao perpetrado contra a vítima das notícias principais: por espancamento. O principal acusado é um jovem de 19 anos. O que parece ser o diferencial para a escolha do assunto priorizado editorialmente pelos três jornais é a idade da vítima e do agressor, o que se aproxima de valores como "extraordinário", "espantoso", "curioso", "insólito", "raro", "surpresa" — ou exceção, que serão analisados ainda neste capítulo.

Apesar de, como visto, a Polícia não conhecer a identidade da maioria dos autores de crimes, fragmentos registrados na amostra final depõem em favor do restrito número de adolescentes infratores: dos 28 agressores em geral identificados e anotados nos jornais pesquisados, 14 são policiais[31] (ou seja, têm mais de 18 anos), cinco têm de 19 anos em diante e apenas o da notícia principal da edição tem menos de 15 anos. Os demais não têm a idade registrada, mas, muito provavelmente, não são exatamente os menores de idade.

Dados e interpretações do noticiário encontram correspondência em parâmetros técnicos: pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 2003, mostrou que apenas 3% dos homicídios dolosos e 10% das infrações em geral registrados no estado foram cometidos por menores de 18 anos. Em contrapartida, a média de crianças e adolescentes — ou seja, com idade entre 0 e 18 anos — assassinados no Brasil, em 2002, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi de 16 por dia (CONIC, 2007).

Logo, pesquisas sobre as faces das violências no Brasil e dados noticiosos sobre as violências em Salvador e sua Região Metropolitana dialogam, em relação a este aspecto, sobre uma base comum — a pequena contribuição de adolescentes no quadro de agressores, em geral, maiores de idade: de acordo com o levantamento de Ariel Castro Alves (2007), por exemplo, jovens na faixa etária de 18 a 28 anos representam praticamente 70% da população prisional brasileira.

Seguindo a tendência verificada em nível nacional, dados do Observatório da Violência do Fórum Comunitário de Combate à Violência (2005),[32] registrados em artigo no portal do Movimento Estado de Paz, revelam que,

[31] Importante ressaltar que esse dado não é indicativo da participação de policiais no quadro geral de agressões, uma vez que 10 deles referem-se a uma única ocorrência, registrada na edição-referência 5 (7/11/2005), sobre a investida de agentes contra médicos do Hospital Roberto Santos.

[32] O Observatório da Violência "é a atividade que envolve os órgãos produtores de dados e núcleos da universidade na compatibilização, consolidação, análise articulada e difusão de informações sobre a situação de violência, visando contribuir para melhor entendimento do fenômeno e subsidiar ações tanto do Estado como da sociedade", como registrado no site da organização (http://www.fccv.ufba.br/observatorio.htm).

[33] Preventivas, especificamente, para potenciais agressores; protecionistas para potenciais vítimas.

[34] O diagnóstico pode ser encontrado no site da organização (www.observatoriodefavelas.org.br).

entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004, houve, em média, sete óbitos violentos por dia em Salvador. E 13,1% dos mortos tinham menos de 18 anos. Significa que, mais que vitimar, os adolescentes têm sido vitimados.

Os dados da edição-referência 2 apontam, assim, inevitavelmente, para um aspecto importante do debate sobre segurança pública: a questão da redução da maioridade penal. Ausente da amostra, mas sempre ressuscitada, quando da ocorrência de determinados crimes envolvendo adolescentes, a solução segue na contramão dos dados técnicos e noticiosos: mais que políticas punitivas, o que escorre de ambos é a necessidade de políticas preventivas e protecionistas para esse segmento da população.[33]

Não se pode ignorar, em relação a este aspecto do debate, a expansão das fronteiras etárias dentro do submundo do crime. Como diagnosticado pelo Observatório de Favelas,[34] um número crescente de crianças e adolescentes vem sendo cooptado para o negócio das drogas, porta de entrada para outros tipos de atividades criminosas. Na engenharia do crime, menores de idade são usados como escudos contra o arcabouço legal do Estado, o que desloca o problema e parte da busca de suas soluções do universo das crianças e dos adolescentes para o mundo dos adultos.

É uma perspectiva importante no debate público sobre violência física vinculada a este segmento da população, pois sugere a reflexão para além de determinados dilemas, como as dúvidas sobre se um adolescente infrator tem ou não consciência do que faz; se deve ou não responder criminalmente por seus atos. Aceitar a lógica imposta pela economia do crime ou deslocá-la; recuar ante os avanços da criminalidade sobre o território infanto-juvenil ou avançar sobre o dos adultos, para fazê-la recuar, são algumas das questões que se impõem diante de soluções como a da redução da maioridade penal.

Voltando-se à edição-referência 2, flagra-se, na *Tribuna da Bahia*, mais um exemplar de "jornalismo máximo" entre as notícias secundárias: a reportagem sobre o assassinato de um jovem com as mesmas condições socioeconômicas e características físicas e culturais da vítima da notícia principal. Com quatro recursos de edição, 70 linhas e dois tipos de fontes de informação, poderia, tecnicamente, figurar como a notícia principal do dia:

Eletricista é espancado até a morte ao deixar festa em Itapuã
(Tribuna *da Bahia*, 25 jul. 2005, p.35.)

Significa que, mais uma vez, no âmbito da coleta de informações e da redação das reportagens, foram produzidas opções para a abertura do noticiário. E o não aproveitamento destas opções reafirma o desvio da responsabilidade pela eleição da notícia destacada editorialmente para uma esfera acima da dos repórteres, chamando a atenção, ao mesmo tempo, para o aspecto estruturante — ou limitante, ou, ainda, determinante — desta esfera de poderes em relação ao noticiário sobre violências, o que voltará a ser avaliado adiante.

Articulação entre os quadros de análise e de referência

De modo sucinto, pode-se dizer que os três níveis de análise apresentados neste capítulo revelaram um noticiário sobre violências padronizado, hierarquizado e condicionado por fatores socioeconômicos e culturais, nos três diários impressos de maior circulação de Salvador, ou seja, os jornais *A Tarde*, *Correio da Bahia* e *Tribuna da Bahia*. E um padrão estruturado a partir de planos diferentes de poderes, práticas e saberes do campo da comunicação.

No primeiro nível de análise, realizada sobre a amostra total de textos, o procedimento comparativo entre todas as notícias principais do período selecionado evidenciou um grau de coincidências relevante entre os veículos de comunicação: a eleição simultânea do mesmo assunto para abrir as páginas do noticiário especializado em violências. Uma homogeneidade estendida a outros elementos do noticiário, como revelado pelos planos subseqüentes de avaliação.

No segundo plano de investigação, efetivado sobre a amostra intermediária dos três jornais, a análise comparativa entre todas as notícias principais coincidentes do período apontou para a prevalência dos atentados contra a pessoa sobre os atentados contra o patrimônio — o que poderia sugerir a vantagem de parâmetros ético-filosóficos sobre outros, decorrentes de fato-

[35] Como registrado na Introdução, o *habitus* aqui referido é o desenvolvido por Bourdieu (2001) e alinhado à área da comunicação por Barros Filho e Sá Martino (2003). Apesar de o sociólogo recomendar o investimento na operação de conceitos em lugar de análises teóricas, é necessária uma breve digressão sobre o mesmo, em virtude de suas variadas perspectivas, delineadas a partir de diferentes apropriações, como se verá adiante, após a reflexão sobre saberes do campo jornalístico.

res alheios a tais preocupações, na escolha do assunto a receber tratamento editorial diferenciado.

No terceiro nível, contudo, os efeitos positivos de tais parâmetros diluíram-se, frente a um noticiário nitidamente discriminatório. O mais minucioso dos três, nesse patamar de investigação, estruturado a partir da comparação entre as notícias principais e as demais notícias do dia, edição por edição, foram identificados elementos textuais que apontam para o tratamento desigual das vítimas de violências, condicionado ao perfil socioeconômico e cultural.

Os textos que se transformam em notícias principais são escolhidos, a rigor, a partir de referenciais construídos pelo campo da comunicação. Referenciais estabelecidos por meio de processos intencionais e conscientes, como os que se valem, por exemplo, dos critérios de noticiabilidade, como veremos a seguir; ou por meio de processos não-calculados, interiorizados e rotinizados — que formam o *habitus*[35] jornalístico.

Critérios de noticiabilidade

Critérios de noticiabilidade são parâmetros que, a rigor, auxiliam os profissionais das redações na identificação dos fatos que merecem ser noticiados ou destacados numa edição. Na definição de Nelson Traquina (2005b, p.63), são “o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia”, sendo “responsáveis pela previsibilidade do esquema geral das notícias”.

Todavia, há fatores que conduzem não à negação, mas à problematização deste pressuposto teórico em relação ao fenômeno da padronização nesse tipo de noticiário. A começar pelos referenciais — ou conjuntos de referenciais —, que não são fixos, nem quantitativa nem qualitativamente, variando em função de condicionantes socioeconômicos e culturais. Vejamos, em paráfrase e de modo resumido, alguns dos valores-notícia sistematizados pelo pesquisador João Canavilhas (2007):

a) o momento do acontecimento (quanto mais recente, mais noticiável);
b) a intensidade (ou magnitude) do evento;

c) a clareza (ou inexistência de dúvidas em relação ao ocorrido);

d) a proximidade do acontecimento (em relação ao leitor);

e) a surpresa (quanto mais inesperado, maior a possibilidade de ser publicado);

f) a continuidade (possibilidade de desdobramento em edições posteriores);

g) a composição (necessidade de diversificar o conteúdo das edições);

h) os valores socioculturais (quanto mais um evento estiver relacionado com a faixa que mais consome telejornais, por exemplo, maior probabilidade de ganhar importância dentro da rotina produtiva da redação televisiva).

O conjunto acima, em si mesmo, denota a subjetividade do processo de triagem, redação, tratamento editorial e disposição gráfica das notícias publicadas nos veículos de comunicação de massa, se baseado apenas em tal ferramenta teórica. Uma subjetividade que fica mais evidente quando se observam os diferentes conjuntos de valores registrados na literatura sobre o assunto, denotando certa incompatibilidade entre o debate sobre critérios e o corre-corre das redações, e que se mostra mais acentuada quando se analisa a clivagem entre teoria e prática (ALDÉ et al., 2005, p.194). Em *Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotinas produtivas,* os autores chamam a atenção para o conflito entre os parâmetros simbólicos decorrentes de preocupações ético-filosóficas (objetividade, verdade ou veracidade, imparcialidade, interesse público e responsabilidade civil, por exemplo) e aqueles que se impõem, no dia-a-dia do fazer jornalístico (notoriedade, curiosidade, dramaticidade, emoção, suspense, tragédia, proximidade e conseqüências, dentre outros).

Isso significa dizer que, no cotidiano das redações, nem sempre os parâmetros estabelecidos a partir de reflexões ético-filosóficas, ou seja, os mais próximos da teoria do que da prática, são os que de fato determinam o que vai ser publicado ou destacado editorialmente nos meios de comunicação. Saberes outros, produzidos e incorporados pelas rotinas produtivas, também desempenham papel estruturante em relação à comunicação midiática.

Tais articulações teóricas ajustam-se aos achados do presente trabalho de pesquisa. Pode-se dizer que, enquanto os conjuntos de valores próximos de preocupações ético-filosóficas apontam para um relativo afastamento em relação ao grau de coincidências das notícias principais das edições dos jornais sob análise, a práxis, com seus saberes incorporados, desponta como um dos vetores do fenômeno de homogeneização observado nesse tipo de noticiário.

No conflito entre os parâmetros simbólicos, ressalte-se a prática, "mais comum do que se pensa", da colaboração entre jornalistas que cobrem um mesmo setor em diferentes veículos e, principalmente, numa mesma empresa, os quais "atualizam os recém-chegados", contribuindo para a padronização das edições. Aliada à colaboração, há a concorrência, que acaba produzindo pautas e enquadramentos comuns em diferentes veículos (ALDÉ et al., 2005, p.194).

Nos jornais analisados, além destes dois fatores, foi evidenciada a participação de fontes institucionais de informação sobre violências no processo de estruturação/padronização desse tipo de noticiário, notadamente a partir do que Nelson Traquina (2005b, p.69-91) classifica como critérios de seleção, ou seja, os valores que determinam que assunto deve merecer o investimento do repórter e, posteriormente, do editor.

Observou-se, nas amostras, a recorrência de critérios vinculados a valores-notícia identificados, absorvidos, problematizados ou elaborados de modo crítico pela esfera teórico-acadêmica, tais como "extraordinário", "espantoso", "curioso", "insólito", "raro", "surpreendente". Estes valores, aqui sintetizados como de exceção, estiveram claramente associados à escolha das notícias para abrir o noticiário.

É importante ressaltar que Traquina (2005b, p.63) havia notado, dentro da variada gama de valores-notícia sistematizados, ao longo do tempo, por diferentes estudiosos, a regularidade de alguns critérios que, recorrendo a Stephens (1988 apud Traquina, 2005b, p.95), ele sublinha como "qualidades duradouras" das notícias — dentre elas, o "extraordinário", o "insólito", o "catastrófico", a "celebridade", a "guerra", a "violência" e a "morte", o que também pôde ser vislumbrado nas amostras pesquisadas.

Entretanto, a prevalência de tais critérios ocorreu em estreita vinculação com o perfil das vítimas de violências. O critério teorizado como "insólito" (ou extraordinário, ou exceção), por exemplo, foi configurado a partir da valorização das notícias relativas a ocorrências contra pessoas mais favorecidas em termos socioeconômicos, o que vale dizer "vítimas ocasionais" das violências, ou as exceções, no quadro de violências da cidade do Salvador.

O critério da celebridade (ou proeminência) também ficou nitidamente circunscrito ao âmbito das condições socioeconômicas das vítimas. Nos grupos de textos pesquisados, não foram registradas ocorrências contra pessoas famosas ou notabilizadas por feitos em quaisquer esferas ou setores da vida social — seja o econômico, o político ou o artístico-cultural. O que destacou uma vítima em relação a outra foi o seu perfil socioeconômico.

A supremacia dos condicionantes socioeconômicos na composição desse tipo de noticiário fica ainda mais evidente quando se analisa o critério "morte" (ou "guerra", ou "catástrofe"). Estreitamente vinculado a óbitos violentos, o noticiário sobre violências elegeu ocorrências sem óbito contra pessoas mais favorecidas para abrir a(s) página(s) do dia, em detrimento de um número considerável de homicídios/dia contra vítimas menos favorecidas.

A média aproximada de assassinatos registrada na amostra final foi de seis por dia, em Salvador e sua Região Metropolitana — o que tem dimensão de catástrofe. Ou de guerra civil. Catástrofe contra os menos favorecidos, porque nenhum dos homicídios foi contra pessoas mais favorecidas. Guerra, portanto, em que só houve baixas de um lado — o lado dos desprovidos em termos socioeconômicos e culturais. Os critérios "catástrofe" e "guerra", porém, foram colocados de lado, no processo de escolha das notícias principais, sempre que uma ocorrência (sem óbito) foi perpetrada contra uma vítima mais favorecida.

Ainda em relação aos critérios de seleção, é importante observar que, quando o perfil socioeconômico das vítimas não entrou na disputa pela notícia principal, ou seja, quando só houve registro de violências contra pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos e culturais, o valor exceção dividiu a recorrência com outro critério, não-teorizado e nitidamente vinculado a fontes institucionais de informação: o da não-suspeição.

O que se deseja com esta reflexão é chamar a atenção para o fato de que os critérios de noticiabilidade não são apenas estruturantes. Eles são também estruturados. E esta estruturação não é passiva, ou seja, não há critérios de noticiabilidade fixos, estáticos, construídos num tempo anterior ao da práxis e linearmente aplicados. Como evidenciado pela análise das amostras, os valores-notícia são gerados, também, a partir de práticas que são por eles geradas.

Significa dizer que não é apenas a partir dos critérios de noticiabilidade que o noticiário é construído e, portanto, homogeneizado. A partir de práticas também. Práticas estruturadas por agentes de diferentes instituições, em suas relações endógenas e exógenas, bem como de seus saberes, que não são neutros — carregam sistemas de valores, crenças, pontos de vista, ideologias, enfim.

Questão de *habitus*

Em outras palavras, pode-se creditar ao *habitus* grande parte das coincidências verificadas entre distintos universos profissionais, como pontuam Clóvis de Barros Filho e Luís Mauro Sá Martino (2003). Pesquisadores da área da comunicação, eles estendem este conceito filosófico geral — que vem de Aristóteles — ao campo específico da comunicação midiática, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu e Stuart Hall.

De modo resumido, pode-se dizer que o *habitus*, em Pierre Bourdieu (2001), é um sistema de esquemas que agrega, combina, organiza experiências passadas, funcionando, assim, como uma espécie de matriz de percepções, apreciações e ações. Uma matriz, contudo, em constante transformação e atualização — o que diferencia a concepção de Bourdieu do conceito aristotélico, que se pode definir como um conjunto de coisas aprendidas; de caráter, portanto, fixo.

Qualificado pelo sociólogo francês como uma espécie de "maestro invisível", o *habitus* permite aos atores sociais operar, "sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios", estratégias adaptadas

“e incessantemente renovadas” de ação. E, associado às especificidades dos campos — entendidos como espaços de posições sociais em que coexistem estruturas objetivas de ação, formação, produção e concorrência —, constrói o cotidiano.

Na apropriação complementar de Stuart Hall (2000b), o *habitus* é a base comum das práticas dos agentes que viveram ou vivem nas mesmas condições sociais de existência profissional, o que os leva a concordar, sem que disso tenham, necessariamente, consciência, com outros que agem em condições análogas. E constitui, na interpretação de Barros Filho e Sá Martino (2003), um tipo de saber prático, ou de conhecimento voltado para a ação, o que se pode traduzir por práticas incorporadas e socializadas por agentes, nas quais estão “enterrados” (TRAQUINA, 2005b, p.93), dentre outros saberes, determinados valores-notícia.

Em outros termos (e agregando as três concepções ou apropriações), o *habitus* é um *modus operandi* que, no campo jornalístico, ativa mecanismos interiorizados, rotinizados e automatizados de redação e edição de notícias — o que encontra correspondência lógica com o alto grau de coincidências flagrado nas edições em análise dos três jornais baianos. Coincidências que, em sua totalidade, não têm relação unívoca com critérios de noticiabilidade.

Como visto, é possível identificar, nas edições sob análise, nexos entre alguns assuntos editorialmente valorizados, nos três jornais, e alguns valores-notícia. Tais articulações, porém, não explicam, de modo absoluto, o quadro geral das edições com notícias principais coincidentes. Quer dizer, os critérios de noticiabilidade categorizados, sistematizados e problematizados pelos teóricos da comunicação não são os únicos fatores determinantes da escolha, em diferentes veículos de comunicação, das ocorrências destacadas nas edições.

Um deslocamento esclarecedor: havia, nas editorias locais de artes e variedades, o hábito de publicar *releases*, ou seja, narrativas produzidas por profissionais a serviço de instituições do setor, mas sem assinatura do autor. O hábito, tolerado e incentivado dentro da hierarquia profissional, buscava

suprir a carência de pessoal das redações e contornar as dificuldades de produção noticiosa em espaços de tempo sempre reduzidos. Era uma operação invisível, quando da leitura de um só diário, mas perceptível pela publicação simultânea de textos idênticos em mais de um jornal.

No caso das editorias que tratam de ocorrências violentas, o processo de construção de coincidências percorre caminhos análogos. Não há *releases* disponíveis para publicação, mas há matrizes de informações a serem copiadas. Entre aquela e esta prática, portanto, a diferença significativa é que, no setor da comunicação sobre violências, os jornalistas alinhados às instituições correlatas estão dentro das redações.[36]

[36] Um recurso editorial homogeneizante diretamente ligado à esfera de macropoderes dos jornais é o uso de textos de agências de notícias. Em relação, entretanto, ao noticiário sobre violências, não provoca efeitos planificadores significativos, uma vez que a maioria das notícias registradas neste tipo de editoria trata de eventos ocorridos em Salvador e sua Região Metropolitana, e os produtos noticiosos das agências referem-se, principalmente, a acontecimentos em outros estados e países.

Uma cor de pele, um lugar social, um destino

Resumindo, dos três níveis de análise saltam dois problemas estruturais básicos: a padronização e a hierarquização do noticiário sobre violências dos três jornais — um retroalimentando o outro; ambos retroalimentando a violência simbólica, nitidamente imbricada com a violência mais próxima do plano físico. E a padronização está estreitamente vinculada ao *habitus* profissional, ou seja, ao conjunto de práticas (fazeres) e conhecimentos (saberes) incorporados e sempre renovados pelos agentes (poderes) do campo da comunicação.

Há evidências, nos textos, do papel dos agentes-poderes no processo de padronização das edições. Na amostra final, os indícios sobre as interferências dos macropoderes político-partidários foram insignificantes, dentro do volume geral da produção midiática, não contribuindo para homogeneizar ou diferenciar o noticiário dos jornais. Isso não quer dizer que os macropoderes não se tenham revelado estruturantes. Revelaram-se. Mas não nessa perspectiva superestrutural.

Nos conjuntos de textos avaliados, a influência dos macropoderes em relação ao aspecto homogeneizante do noticiário (bem como o hierarquizante, como se verá) é menos evidenciada por aspectos político-partidários e mais

por questões infra-estruturais, como as condições objetivas de trabalho dos profissionais das redações. Em relação aos que aqui são considerados mediopoderes (editores e chefes de reportagem, por exemplo), a influência foi flagrante.

O retorno a alguns elementos da estrutura da análise apresentada no capítulo permite melhor compreensão do exposto. Nas amostras selecionadas, foram identificados dois tipos básicos de textos: um, denominado "jornalismo máximo", em que são perceptíveis os esforços de produção noticiosa, com uso de variados recursos para enriquecer e valorizar a informação; outro, classificado como "jornalismo mínimo", em que os recursos de edição e reportagem são exíguos.

Foram identificados também dois tipos de repórteres: o que escreve regularmente na seção especializada em violências, profissionalmente classificado como setorizado e, aqui, denominado repórter fixo; e o que escreve ocasionalmente sobre tais assuntos, aqui chamado repórter eventual. É, portanto, o repórter fixo que estrutura, diariamente, os textos sobre as ocorrências violentas do noticiário.

O cruzamento das duas citadas categorias entre si e entre os grupos de textos codificados como notícias principais e notícias secundárias evidencia a influência dos editores e chefes de reportagem no processo de padronização das edições. Todas as notícias principais são, necessariamente, melhor trabalhadas em termos editoriais, para chamar a atenção dos leitores sobre o noticiário, e, de fato, em todas as notícias principais da amostra, o jornalismo praticado foi o de máximo esforço editorial.

Todavia, algumas vezes, nas amostras, as notícias principais foram assinadas por repórteres eventuais — como no caso do noticiário sobre o assalto a um supermercado da capital baiana. Concomitantemente, nas mesmas edições, foram registrados entre as notícias secundárias textos assinados por repórteres fixos em que o esforço editorial foi o máximo. Significa dizer que os repórteres que habitualmente escrevem para a seção produziram reportagens com atributos para figurarem como as principais do dia, mas estas notícias não foram as eleitas.

A operação realça a participação dos mediopoderes midiáticos representados por editores, chefes e diretores de redação na padronização das publicações, uma vez que se realiza sobre edições com notícias principais coincidentes. A maioria das notícias principais, porém, é assinada por repórteres fixos, o que demonstra o papel estruturante da rede de micropoderes na face cotidiana do noticiário sobre violências em Salvador e sua Região Metropolitana.

Em relação às práticas, que são também fazeres-poderes, um dos mais importantes aspectos identificados nas amostras diz respeito à coleta de dados para a produção das reportagens, o que está intrinsecamente relacionado com as fontes preferenciais de informação do setor — os policiais. Localizados na esfera primária das notícias, têm papel relevante na produção das reportagens e, portanto, na padronização do noticiário, o que será analisado em detalhes no segundo capítulo.

Tais fazeres-poderes estão trançados com os saberes do campo midiático em geral e do setor específico sob análise. São os poderes-agentes, por exemplo, que detêm os dados sobre ocorrências violentas que estruturam os textos dos jornais. E entre os saberes do campo em geral relacionados com o fenômeno da homogeneização aqui estudado estão alguns critérios de noticiabilidade, incorporados à produção noticiosa, automatizados e naturalizados, o que os aproxima dos saberes práticos, ou saberes-fazeres, que são também saberes-poderes.

Hierarquia noticiosa

A hierarquização do noticiário está igualmente vinculada ao *habitus* da comunicação no setor. As práticas, conhecimentos e agentes que determinam a homogeneização são também responsáveis pela hierarquização. Entretanto, os elementos estruturados e estruturantes desta hierarquização são, ao mesmo tempo, mais difíceis de serem detectados e mais disseminados no noticiário. Parte-se, por este motivo, de sua maior e mais evidente manifestação — a discriminação (negativa) em relação às vítimas (pobres) das violências.

Identificado por meio de procedimentos quantitativos, qualitativos e comparativos da análise de conteúdo da amostra final, o caráter discriminatório do noticiário sobre ocorrências violentas foi nitidamente evidenciado, dentre outros rastros, a partir do cruzamento dos padrões narrativos categorizados como "jornalismo máximo", "jornalismo mínimo", "vítimas preferenciais" e "vítimas ocasionais". Estes dois últimos, codificados em associação com parâmetros técnicos sobre violências na capital da Bahia.

Como visto, as "vítimas preferenciais" foram identificadas, neste trabalho, como as de perfil socioeconômico menos favorecido, por serem as que lideram os números das violências em Salvador e sua Região Metropolitana, tanto nos jornais sob análise quanto nas pesquisas sobre o tema (FCCV, 2002b; WAISELFISZ, 2002, 2004). E estas vítimas são, em sua maioria, negras. As "vítimas ocasionais" são, por seu turno, as que menos constam das estatísticas sobre agressões físicas — aquelas de perfil socioeconômico mais favorecido. E elas são, em sua maioria, não-negras.

O que expõe a dimensão simbólica instituída e instituinte das narrativas midiáticas em relação ao fato social "real" é a constatação de que, em relação aos mais pobres, exatamente os que mais sofrem violências, o tratamento jornalístico é mais descuidado do que o praticado contra os mais favorecidos, ou seja, os que menos sofrem violências. Vejamos alguns dos dados coletados na amostra final de textos, e que baseiam esta afirmação.

Enquanto, entre as (muitas) "vítimas preferenciais" das violências, a maioria do jornalismo praticado foi o de esforço editorial mínimo, entre as (poucas)[37] "vítimas ocasionais" não houve exemplares deste tipo de jornalismo. Todas as reportagens que relataram as ocorrências contra "vítimas ocasionais" (ou mais favorecidas) foram de máximo esforço editorial (8). Entre as "preferenciais" (ou menos favorecidas), contra as 65 narrativas com emprego de "jornalismo mínimo", foram registradas apenas 21 notícias com "jornalismo máximo".

O dado ganha maior significação quando associado ao fato de que todas as ocorrências computadas contra as pessoas menos favorecidas foram fatais, sendo a grande maioria decorrente de assassinatos. Em contrapartida,

[37] Poucas, aqui, em relação às "vítimas preferenciais" e à amostra pesquisada.

entre as vítimas mais favorecidas, não houve homicídios. À exceção de um óbito e de ferimentos decorrentes de acidentes automobilísticos, todas as demais agressões contra esta faixa da população foram comparativamente leves, não tendo sido registrados outros tipos de danos físicos graves contra a pessoa.

O quadro social encontra correspondência na idéia esboçada por Gey Espinheira (2004, p.198) de que a violência letal só chega aos espaços socialmente valorizados como expressão de uma desordem, ou seja, quando as violências normalizadas dos espaços periféricos "escapam" de suas fronteiras para perturbar a ordem das regiões centrais da capital baiana. E as representações midiáticas têm relação homóloga[38] com o mapa traçado pelo sociólogo.

Assim, ao eleger como mais importantes as ocorrências sobre violências não-letais contra os mais favorecidos, em detrimento de violências fatais contra os menos favorecidos, com ou sem suspeições registradas, a mídia impressa local modela e emite um determinado discurso. E este discurso pressupõe um quadro de normalidade em relação a assassinatos contra vítimas ordinárias e um quadro de excepcionalidade e inaceitabilidade em relação a agressões quase-simbólicas contra vítimas melhor posicionadas em termos socioeconômicos e culturais.

Silvana Dalmaso (2002) havia observado a tendência jornalística de excluir da cobertura noticiosa as pessoas de menor poder simbólico, em favor das que detêm melhores condições socioeconômicas e culturais. Isto nas seções — ou editorias — "Economia", "Geral", "Educação" e "Política". A tendência discriminatória negativa mantém-se nas seções especializadas em violências dos jornais aqui analisados. Não por exclusão, uma vez que as menos favorecidas são as "vítimas preferenciais" das violências, mas por hierarquização, como evidenciado pela comparação entre notícias principais e notícias secundárias.

E as evidências de responsabilidade pela hierarquia noticiosa vinculada a condicionantes socioeconômicos saltam das duas esferas de produção noticiosa: do mesmo modo que não há "jornalismo mínimo" contra vítimas mais favorecidas (numa esfera, portanto, mais próxima da produção primária, ou

[38] Como explicado na Introdução, emprega-se aqui homologia sob a perspectiva de Bourdieu (2001). É, portanto, uma noção operatória, devendo ser absorvida a partir de sua aplicação, mas pode ser definida, grosso modo, como um jogo de correspondências (ou equivalências) entre agentes, posições, relações, ações, conhecimentos, instituições, dimensões, esferas e planos diversos da vida social.

seja, do trabalho dos repórteres), nenhuma ocorrência contra os mais favorecidos foi relegada a notícia secundária (esfera mais decisória que produtora, mais próxima, portanto, do trabalho de edição do que de reportagem).

O papel dos micropoderes

É importante lembrar que as esferas de edição e de reportagem são, a um só tempo, produtoras e decisórias, apesar de serem mais uma coisa que outra, por atribuição ou por ação — a depender do momento, da correlação de forças e das variantes socioeconômicas e culturais em jogo. Nas amostras de textos analisados há evidências de que, no dia-a-dia da rotina noticiosa, a rede produtora primária tem, estruturalmente, poder decisório. Poder não-discursivo, não-anunciado, mas efetivo. E performativo.

Em outras palavras, há indícios, nos jornais analisados, de uma hierarquia noticiosa que perpassa a hierarquia profissional, realizando-se, de modo mais ou menos independente e harmônico, em suas diferentes esferas. Uma hierarquia noticiosa em cuja base estão condicionantes socioeconômicos e que gera outras hierarquias, como as de caráter corporativo e cultural — este último estreitamente relacionado com a questão racial, como será exposto no terceiro capítulo.

São hierarquias dentro de hierarquias, vinculadas a mecanismos interiorizados e rotinizados de redação de notícias. Uma rotina produtiva automatizada, que (re)produz[39] ordens sociais injustas, legitimando, de modo subliminar, discursos higienistas — ou, em outros termos, *faxinas* socioeconômicas e culturais. Um indício são as "execuções" contra pessoas menos favorecidas — com ou sem suspeições alegadas nos jornais.

É indispensável fixar que se está falando de vítimas, não de agressores. As primeiras, contudo, com débitos em gradações diversas, que vão de assassinatos a atitudes socialmente condenáveis, como uso (uso, não tráfico) de drogas. Supondo-se uma situação ideal, sem erros ou desvios em relação aos objetivos da rede de poderes responsáveis pelo registro de ocorrências violentas, e, portanto, do perfil das pessoas assassinadas, as vítimas com suspeição compõem parte significativa desse tipo de noticiário.

[39] Robson Sávio Reis Souza (2005) é um dos pensadores da atualidade que avaliam o papel performativo dos meios de comunicação de massa em relação às violências, chamando a atenção para o fato de que a representação altera a percepção do fenômeno, aspecto que será detalhado no terceiro capítulo.

[40] Expressão cunhada a partir da perspectiva da "sujeira" a que se refere o sociólogo Gey Espinheira (2004, p.48), ao denunciar o extermínio de pessoas com antecedentes criminais.

A partir desse alegado patamar de comprometimento das pessoas assassinadas, é possível avivar os fios que levaram ao emprego do termo "execução" contra vítimas *sujas*[40] nesse tipo de noticiário. Emprego que, sem posicionamento crítico, equivale a legitimar uma ilegalidade perversa do sistema de segurança pública, naturalizando a aplicação da pena de morte contra pessoas indesejáveis.

Uma prática que se pode vislumbrar não apenas a partir de vestígios de discursos higienistas, claramente vinculados a fontes institucionais de informações nesse setor, mas de operações vinculadas ao sistema de segurança pública. Operações só perceptíveis pela leitura sistematizada e comparativa dos três citados jornais, como ocorre nas edições-referência 2 e 3 de *A Tarde*, do *Correio da Bahia* e da *Tribuna da Bahia*.

Em 25 de julho de 2005, a *Tarde*, e somente *A Tarde*, noticia, em pequena nota, a prisão de um vendedor de peixes, sob a acusação de ter matado um biscateiro. É um dos poucos registros sobre resultados de investigações identificados nas amostras dos periódicos sob análise. O repórter informa que o acusado nega o homicídio, mas reforça a informação de que seria o provável autor do crime:

> O assassinato do biscateiro Edson Osea Castro, 36 anos, ocorrido na madrugada do dia 1º deste mês, na invasão Bate-Coração, em Paripe, foi elucidada com as prisões de Antônio Sertre da Silva, 28 anos, e Cláudio André Praça Silva, 30 anos [...]. O vendedor de peixe Cláudio André Praça negou qualquer participação no crime, *porém*, além de ser denunciado pelo parceiro, as testemunhas que assistiram à agressão já tinham apontado como um dos participantes.
>
> (*A Tarde*, 25 jul. 2005, p.8.)

Em 29 de agosto, pouco mais de um mês depois do registro da prisão, o *Correio da Bahia* e a *Tribuna da Bahia*, e somente estes jornais, noticiam a "execução" do vendedor de peixe por encapuzados, dentro da casa da vítima. Quem lê apenas *A Tarde* não sabe que ele foi "executado". Quem lê apenas a *Tribuna da Bahia* e o *Correio da Bahia* não sabe que havia sido preso, sob acusação de assassinato, e que, provavelmente por este motivo, tinha sido "executado".

> Um homem foi executado em Peripe, enquanto dormia com a sua família. Cláudio André Praça Silva, 30 anos, levou cinco tiros.
>
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

> Numa ação característica de grupos de extermínio, Cláudio André Praça, 30 anos, foi executado a tiros por dois homens encapuzados, dentro de sua casa, no subúrbio ferroviário de Paripe.
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)

Chama atenção, na ocorrência, a indiferença com que o crime é encarado e a relativa harmonia verificada entre as duas esferas de poderes (midiática e policial). A falha do sistema de segurança pública, a partir da função preventiva, o julgamento sumário e a aplicação da pena capital ao suposto homicida, nada disto é questionado nos registros noticiosos. Um *modus operandi* recorrente na amostra analisada, que se pode vislumbrar por este outro fragmento:

> O vigilante Leandro Neon da Silva foi encontrado baleado ontem, em um riacho perto da Rua das Três Mangueiras, em Canabrava. Ele apresentava perfurações no pescoço, abdômen e tórax [...]. No posto policial, consta que ele seria um dos suspeitos de ter matado o sargento Alceu Joanes da Silva, o Jambo.
>
> (*A Tarde*, 28 nov. 2005, p.12.)

No mesmo dia em que a morte do policial abre as páginas dos jornais, é noticiada a tentativa de homicídio contra um suposto participante do crime, numa pequena nota de pé de página, separada da notícia principal. A vinculação entre um crime e outro restringe-se à informação de que a vítima seria um dos suspeitos do assassinato, sem problematizar e, portanto, naturalizando a agressão contra a vítima hipoteticamente *suja*.

Mas, como visto, o termo "execução" foi mais usado em narrativas sobre assassinatos contra pessoas sobre as quais não foram levantadas quaisquer suspeições — ou seja, vítimas *limpas*.[41] Significa dizer que a aplicação da pena de morte também é admitida, sem questionamentos, contra pessoas claramente sem dívidas para com a sociedade. Em comum com as vítimas *sujas*, um perfil socioeconômico e cultural bem definido, isto é, carimbado pela pobreza e pincelado de negro.

[41] Contraponto ao perfil de vítimas com antecedentes criminais ou, aqui, também, vinculadas a atividades socialmente condenáveis.

O que justificaria, se consciente fosse, tamanho grau de tolerância dos jornalistas em relação à "execução" de tantas pessoas? O que justificaria, se intencional fosse, o mesmo "jornalismo mínimo", o mesmo lugar secundário da estrutura noticiosa para relatar agressões fatais contra os dois tipos de vítimas? O que justificaria, enfim, tamanha inversão de perspectiva, com vítimas sendo tratadas como agressores, agressores estes sumariamente julgados, condenados e "executados"?

Assim, o aspecto levantado aponta também para a existência de mecanismos planificadores dentro da estrutura noticiosa hierarquizada e hierarquizante. Mecanismos igualmente vinculados a fatores socioeconômicos e culturais e desfavoráveis aos pobres e aos afro-descendentes, criminalizados e sentenciados pelo fato de serem pobres e afro-descendentes.

Tecnologias de dominação

Enfim, a hierarquia do noticiário cotidiano sobre o macrofenômeno das violências em Salvador e sua Região Metropolitana é traçada a partir de vários níveis de conhecimentos, práticas e agentes, ou posições de agentes, ou ainda relações entre agentes, ou entre posições de agentes. E as rotinas produtivas dos jornalistas desempenham papel relevante no processo — sejam elas as mais próximas dos fazeres-agentes ou dos saberes-agentes, quer dizer, das práticas ou dos conhecimentos dos sujeitos, impressos nas posições que estes ocupam.

É das rotinas produtivas mais próximas dos fazeres-agentes que surge um dos mecanismos mais nitidamente vinculados à estrutura hierarquizada e discriminatória do noticiário: a transcrição acrítica e não-transparente de boletins de ocorrência da Polícia. Significa dizer que não são apenas a coleta e a sistematização dos dados sobre ocorrências violentas que geram as problemáticas flagradas nas amostras de textos, mas o modo de usá-las, como será detalhado no segundo capítulo.

Em outras palavras, não é somente da posição dos produtores primários de dados (policiais) sobre violências cotidianas que os problemas saltam.

Da posição dos difusores (repórteres) também. Melhor: da relação entre as posições, ou entre os (micro)poderes. Uma relação igualmente automatizada, rotinizada e naturalizada que, tanto quanto a padronização, gera a hierarquização desse tipo de noticiário, negligenciando, dentre outros problemas, as distorções e insuficiências do sistema de segurança pública.

Insuficiências e distorções que apontam para um grau relevante de insucesso do Estado na garantia do mais elementar dos direitos do homem: o direito à vida. Um nível de falência que não pode ser atribuído unicamente ao — ainda que macro — Poder Executivo. O fenômeno das violências está relacionado com outros poderes, além dos médios e macros representados por governantes, oficiais, delegados e outros agentes patenteados que integram o aparato repressivo do sistema nesta esfera de poderes.

Localizada na escala mais baixa da rede de agentes que estruturam, legitimam e mantêm o *status quo*, a esfera repressiva em si — sua composição e funcionamento — é sintoma e motor de uma ordem social desigual. Um quadro que ganha contornos mais vivos a partir da percepção do estado de degradação do próprio aparato, diagnosticado e denunciado por organizações que trabalham no enfrentamento das violências na capital baiana, como o Fórum Comunitário de Combate à Violência (2002b, p.6-7).

> Reiteradas vezes, em nome do combate à violência, têm sido praticadas ações violentas, ou atuações que excedem as regras democráticas, especialmente contra indivíduos que, proporcionalmente, são os que mais necessitam da proteção dos órgãos de segurança pública. Realizadas fora da conformidade das normas do sistema, tais ações evidenciam um subsistema que atua através de condutas violadoras dos direitos humanos, como:
>
> · prisões arbitrárias;
> · abuso de autoridade, constrangimentos e maus-tratos impostos aos suspeitos detidos para averiguações;
> · torturas e maus-tratos nas delegacias e nos presídios;
> · intervenções violentas submetendo a população a tratamentos "excepcionais", especialmente nos bairros mais pobres;
> · adoção de "esquemas" impróprios para o desempenho das funções policiais, como a inclusão da figura do X9 para a obtenção de informações;
> · execuções sumárias.

> Tratado como sistema paralelo, esse universo, aliado a outros fatores, tem produzido distorções graves nos quadros da segurança pública, como:
>
> · corrupção;
> · utilização da máquina pública para finalidades particulares;
> · atuação em atividades criminosas, inclusive no universo do crime organizado, com a utilização do aparato policial para dar segurança às investidas das quadrilhas, oferecer base logística e impedir investigações;
> · utilização de função policial pública para realizar atividades de segurança privada;
> · impunidade.

São distorções que dizem respeito a uma ponta do sistema de segurança pública, mas com raízes que não estão fincadas apenas nesta esfera elementar de relações. Raízes, aliás, que não são objetos de análise neste trabalho, mas que não podem ser ignoradas, por estarem inter-relacionadas com os efeitos das ações da rede de micropoderes representada por policiais. Aliás, como aqui evidenciado, tão vítimas das fraturas do "Segundo Mundo" quanto aqueles que povoam, preferencialmente, as páginas de "Polícia" e "Segurança" dos jornais.

É importante lembrar que a instituição policial detém o monopólio da força, no estado de direito, e que, exatamente por este motivo, deve normatizar e controlar procedimentos, com vistas a orientar o desempenho dos contingentes, tornar transparentes as operações e permitir maior fiscalização por parte da sociedade. É o que reclamam pesquisadores em segurança, para os quais a arma de fogo é o último recurso a ser empregado nas abordagens à comunidade.

> Todos os tiros dados através de armas da polícia deveriam ser objeto de relato e justificativa das circunstâncias e registrados na ficha funcional do policial, mesmo quando não resultassem em vítima. Cada Boletim de Ocorrência que registrasse fato que levasse a óbito classificado como "intervenção legal" deveria ser objeto de investigação da Corregedoria ou da Ouvidoria em tempo hábil, sendo afastado o policial do serviço de rua até que fosse reorientado (PAIM, 2001 apud FCCV, 2002a, p.13-14).

Todavia, não é o que se observa no cotidiano das corporações, que vêm dando sinais inequívocos de esgotamento dos sistemas de auto-regulação,

como informa a pesquisadora Ana Tereza Lemos-Nelson (2001): das 275 reclamações sobre crimes cometidos por policiais registradas na Corregedoria de Polícia do Estado da Bahia, entre 1993 e 1997, por exemplo, apenas 35 foram encaminhadas ao Ministério Público, dado que evidencia a importância do controle externo do sistema — pela mídia especializada, inclusive.

Em *Quem vigia os vigias?*, Lemgruber, Musumeci e Cano (2003) promovem uma reflexão sobre a necessidade de zelo em relação aos aparelhos de Estado, na área da segurança pública, como medida essencial para seu funcionamento de acordo com as regras democráticas. O estudo, sobre controle externo da Polícia no Brasil, demonstra o comprometimento dos mecanismos internos de auto-regulação em todo o País, apontando para a necessidade de controle por parte da sociedade civil — o que dá a dimensão do papel dos meios de comunicação.

Voltando às práticas profissionais, entre aquelas mais próximas dos saberes-agentes, há que se ressaltar, também em relação à face hierarquizada e hierarquizante do noticiário sobre violências, os efeitos gerados pelas trocas de informações específicas entre sujeitos posicionados na base da produção noticiosa, bem como por conhecimentos do campo jornalístico em geral, como alguns critérios de noticiabilidade — embutidos, de modo evidente, nas rotinas produtivas das redações dos jornais.

Em relação a este aspecto, é importante resgatar, aqui, alguns vestígios identificados nas amostras pesquisadas que apontam para a necessidade de se problematizar os saberes do campo, expondo sua incorporação ou sua recusa, de acordo com determinados condicionantes, que incluem a satisfação de interesses de forças hegemônicas em termos socioeconômicos e culturais. Em outras palavras, a análise do noticiário sobre violências evidencia a importância de se descolar e (re)articular teoria e prática midiáticas no setor, como forma de compreender sua inter-relação ou mútua constituição.

Como visto, é perceptível, nas amostras pesquisadas, a influência de valores como "extraordinário", "espantoso", "curioso", "insólito", "raro", "surpreendente", ou exceção, na eleição das ocorrências violentas destacadas em termos editoriais. E estes valores sempre favoreceram os mais favorecidos.

Um indício: todas as ocorrências violentas contra "vítimas ocasionais" foram privilegiadas editorialmente, em detrimento dos atentados contra "vítimas preferenciais".

É nítida, portanto, a vinculação entre tais critérios e a hierarquização — tanto quanto a padronização — do noticiário sobre violências. Mas é também nítida a "impureza", a parcialidade de parâmetros pretensamente técnicos, o que fica evidente na edição-referência 8, que noticia três acidentes fatais de trânsito: um contra vítima mais favorecida e dois contra vítimas menos favorecidas em termos socioeconômicos e culturais. Como nas demais edições em que houve concorrência entre os dois tipos de perfis, a primeira ocorrência foi a que virou notícia principal.

Somente quando não competiram com as ocorrências contra vítimas mais favorecidas, as violências contra vítimas menos favorecidas ganharam, nas amostras aqui analisadas, o alto das páginas dos jornais. E quando isso aconteceu, houve um deslocamento do critério exceção para outros, como o da não-suspeição, o mais recorrente e claramente vinculado à cultura profissional das fontes institucionais de informação, os seja, os policiais — o que ilustra o caráter dinâmico, não-linear, pluridirecional dos saberes do campo.

Além de evidenciar o processo contínuo, sempre renovado, de construção de critérios noticiosos, tais fragmentos chamam a atenção para as implicações do alinhamento absoluto a dialetos da cultura profissional, que, como no noticiário analisado, podem mitigar perversidades. A desestabilização do lugar teórico dos critérios de noticiabilidade propiciou a visualização do fato de que, para além da nomenclatura empregada, os valores-notícia estão vinculados a condicionantes socioeconômicos e culturais nesse tipo de noticiário. E trançados com fontes institucionais de informação.

É também importante realçar, nos textos dos jornais, as marcas dos critérios de noticiabilidade que Nelson Traquina (2005b, p.91-93) classifica como de construção, ou seja, aqueles aos quais os jornalistas recorrem para estruturar as narrativas noticiosas. São valores, portanto, vinculados não à eleição do acontecimento a ser relatado, mas ao modo de relatar este acontecimento, o que se pode relacionar ao estilo, na linguagem escrita.

Recuperem-se os critérios de Traquina, de modo igualmente resumido e em paráfrase:

a) simplificação (escrita clara, sem ambigüidades, recorrendo, muitas vezes, a clichês e estereótipos);
b) amplificação (segue a lógica de que quanto mais ampliada, ou exagerada, mais a notícia é consumida);
c) relevância (na perspectiva de demonstrar ao leitor que a notícia tem significado para ele, que o afeta de alguma maneira);
d) personalização (segue o princípio de que "as pessoas se interessam por outras pessoas");
e) consonância (inserção de novidade dentro de contexto conhecido);
f) dramatização (reforço do lado emocional, recorrendo ao melodrama, à sensação).

Dentro do conjunto sistematizado pelo autor, os critérios próximos ao drama, à emoção ou à sensação foram os que mais se destacaram, nas amostras analisadas, sendo mais acentuados na *Tribuna da Bahia*, como será visto em detalhes no segundo capítulo. São valores próximos à indústria cultural, que, aliás, passaram a povoar os jornais, em todo o mundo, a partir da tentativa, no fim da década de 50, de substituir a técnica de redação conhecida como pirâmide invertida pela do jornalismo literário.

Datada do final do século XIX e dominante no mundo ocidental, a técnica da pirâmide invertida consiste, grosso modo, na hierarquização das informações no texto noticioso. Assim, a abertura da reportagem, correspondendo à base larga de uma pirâmide, deve trazer as mais importantes (contidas nas perguntas: *o quê/quem?*, *onde?*, *quando?*, *como?* e *por quê?*); o corpo do texto, as intermediárias; no final da reportagem, as menos significativas, como resume Fontcuberta (1996 apud MIELNICZUK, 2002).

Como alternativa à técnica da pirâmide invertida, que, segundo seus críticos, não conseguia apreender o espírito dos acontecimentos, surgiu o jornalismo literário — ou *new journalism*. O modelo consiste na mistura de

técnicas literárias e de reportagem, com a reconstituição, quadro a quadro, dos fatos, com vistas a recompor, tanto quanto possível, as nuances da realidade, como encontrado em Lima (1960, p.75). E, apesar de a pirâmide invertida ser a técnica mais utilizada, é possível identificar fragmentos que se aproximam do *new journalism* nas amostras dos jornais aqui examinadas.

É um aspecto que transporta a análise do noticiário especializado em violências para uma dimensão histórico-cultural importante à compreensão da problemática exposta, realçando o dado de que técnicas de estruturação de notícias não garantem qualidade de informação, como será detalhado no próximo capítulo. E, em sua pretensa neutralidade, podem carregar tecnologias de dominação.

A partir, por exemplo, da idéia de construção da nação, ou da "comunidade imaginada", de Benedict Anderson (1989), é possível dar visibilidade aos fios que interligam os textos midiáticos a ideologias colonizadoras — e, portanto, neste caso, escravistas. Anderson demonstra o papel relevante da imprensa na construção da idéia de nacionalidade, na construção de identidades, a partir de narrativas que estruturam o senso de pertencimento.

De modo análogo, pode-se dizer que as narrativas midiáticas cotidianas, ao posicionarem as "vítimas preferenciais" das violências num espaço de pouca valoração em relação às suas vidas, constroem, imaginária, cultural e socialmente, o sentido de pertencimento a este lugar, naturalizando a clivagem entre os que devem viver e os que podem morrer.[42]

Enfim, a análise das amostras dos jornais dá vazão a numerosas questões, incrustadas em patamares diversos da produção noticiosa do setor, suscitando correspondentes níveis de debates — como o da pena de morte. Debates que este trabalho não se propõe esgotar, mas que não pode deixar de citar, uma vez que estão entrelaçados com a problemática da pesquisa, constituindo-se, quando menos, em subprodutos da tecnologia midiática que se deseja expor, para ajudar a construir a percepção social sobre a dimensão do fenômeno das violências.

É uma manobra inspirada na teoria da ação de Bourdieu (1996b), pois busca evidenciar a dinâmica do trabalho de reflexão, promovendo a articula-

[42] Na série de aulas reunidas na publicação *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault (2005a, p.285-315) demonstra como, na atualidade, o poder de espada dos antigos reis, de "fazer morrer e deixar viver", foi substituído pelo poder de "fazer viver e deixar morrer", o que será exposto com mais detalhes no terceiro capítulo.

ção entre a prática acadêmica e as urgências sociais, sem prejuízo de delimitação do objeto de análise. Uma operação que, como integrante da rede de micro e mediopoderes que se descobre potencialmente (re)produtora de representações que criminalizam pessoas pobres e negras, pelo fato de serem pobres e negras, tenho obrigação de realizar.

A especificidade do racismo moderno, o que faz sua especificidade,
não está ligado a mentalidades, a ideologias, a mentiras do poder.
Está ligado à técnica do poder, à tecnologia do poder.

Michel Foucault

VOZES OCULTAS

Descrição detalhada do quadro de análise

> Dor e revolta no enterro do sargento reformado da Polícia Militar, João Jus Costa. Vítima de um latrocínio (roubo seguido de morte), o sargento, após lutar contra seu opositor, foi surpreendido com um tiro no peito, dentro de sua mercearia, no final de linha do Uruguai, por volta das 12h30 de sábado. Segundo populares quatro homens, apenas conhecidos como: "Maninho", "Pio", "Caolho" e "Iraan" estariam envolvidos com o crime.
>
> *Tribuna da Bahia*

O trecho-epígrafe é do jornal *Tribuna da Bahia*. Compõe o *lead* da manchete (ou notícia principal) de 29 de agosto de 2005 da editoria de "Polícia". Em outras palavras, trata-se da abertura da reportagem de maior destaque da página reservada ao noticiário sobre violências no citado dia. E responde às seis principais perguntas ditadas pela técnica de redação que domina o jornalismo no mundo ocidental — a da pirâmide invertida.

Fica-se sabendo, logo no primeiro parágrafo do texto, o que aconteceu (a morte de um policial militar); onde (no final de linha do bairro do Uruguai); quando (no início da tarde de sábado); como (provocada por tiros); quem está envolvido no ocorrido ("Maninho", "Pio", "Caolho" e "Iraan") e por que o crime foi cometido (para perpetrar um roubo). Uma *performance* jornalística significativa, em virtude da complexidade do episódio narrado.

Deve-se considerar que, no noticiário sobre atos violentos, as respostas às perguntas quem? e por quê? correspondem, respectivamente, ao autor e ao motivo da agressão. E isto pressupõe um trabalho de investigação, o que não é tarefa simples, mesmo para os atores sociais encarregados da elucidação de crimes, cometidos, supostamente, em sua maioria, sem testemunhas — ou encobertos pelo seu silêncio.

Nesse caso, entretanto, parece que o crime foi testemunhado. E que as testemunhas falaram, possibilitando a completude do primeiro parágrafo da reportagem, de acordo com as normas estabelecidas pela citada técnica de redação. Segundo as fontes de informação ("populares", de acordo com o repórter), pessoas conhecidas pelos codinomes e prenomes "Maninho", "Pio", "Caolho" e "Iraan" estariam envolvidas no assassinato.

Contrastando com a objetividade do formato pirâmide, há uma ênfase na dramaticidade, na emoção, com o narrador do acontecimento relatando a "dor" e a "revolta" dos que compareceram ao enterro, bem como um investimento significativo na recomposição do acontecimento, com a reconstituição, quadro a quadro, da cena do crime, e a descrição do ambiente em que se desenrolou a luta. Alguns fragmentos:

> Quando o sargento decidiu almoçar na casa de um dos parentes, localizada na parte superior da mercearia, dois deles invadiram o estabelecimento [...]. Ao descer, ele, que estava também armado, se deparou com os assaltantes e, no momento que tentou inibi-los, foi obrigado a deitar-se no chão [...]. Sem hesitar, tomado pela ira, a vítima entrou em confronto com um dos bandidos, esquecendo que um outro o observava por trás [...].
>
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

Guardadas as devidas proporções e especificidades, são vestígios que remetem ao modelo de jornalismo literário (*new journalism*), que prega a reconstituição, tanto quanto possível, do ambiente que compõe o evento noticiado. Rastros que, como visto no primeiro capítulo, sinalizam para a necessidade de se problematizarem as técnicas e os modelos de jornalismo, em sua pretensa neutralidade político-ideológica.

Além da mistura de técnicas, chama a atenção, na narrativa, o fato de o autor do texto não atribuir a outros a descrição da luta que culminou no homicídio. Relata-a de forma direta, como se estivesse narrando um acontecimento por ele presenciado. A fonte de informação sobre a ocorrência só aparece após a descrição do relevante contexto e é vinculada a outro dado: à revelação da identidade dos possíveis autores da agressão.

Presume-se que o repórter não presenciou o crime, ou seria, ele próprio, uma importante testemunha, o que dificilmente o manteria na condição de narrador do episódio (corrobora para esta avaliação a freqüência com que este profissional escreve no espaço em questão, associada à sistemática recorrência ao estilo empregado). Conclui-se, portanto, que a cena da luta foi presenciada e contada por outrem. Isso significa dizer que o autor da reportagem está reconstituindo uma narrativa — ou, mais especificamente, nesse extrato de texto, um aspecto primordial da narrativa. Todavia, não o esclarece publicamente. É por dedução que o leitor percebe (se percebe) que os dados sobre o desenrolar na cena do crime não são do repórter que lhe conta a história, de modo direto e afirmativo, como se dúvida não houvesse a respeito dos fatos.

Examine-se o que publicou outro jornal:

> O sargento da Polícia Militar João Jus Costa, 44 anos, foi assassinado durante uma tentativa de assalto, anteontem à tarde, no bairro do Uruguai. Quatro bandidos do bairro conhecidos como "Matinho", "Pio", "Caolho" e "Iran" são apontados como autores do crime, que foi registrado na 3ª Delegacia (Bonfim).
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)

O trecho compõe, igualmente, a abertura da notícia principal, no citado dia, da editoria de "Segurança", isto é, da página dedicada ao noticiário sobre violências do *Correio da Bahia*. A exemplo da *Tribuna da Bahia*, no primeiro parágrafo, o autor do texto diz o que ocorreu, onde, quando, como, por que e quem está envolvido no episódio fatal. Há diferenças entre os textos dos dois jornais. São pequenas, porém.

Na abertura do texto do *Correio da Bahia*, os aspectos dramáticos são omitidos. O tom é mais objetivo, duro. Mas, de modo igualmente direto, sem mediação, o repórter informa que os quatro indivíduos "apontados" como autores do crime são "bandidos". A fonte das informações tampouco é revelada. E é, também, por suposição que o leitor atribui (se atribui) o relato à instituição policial. Pista: o crime "foi registrado na 3ª Delegacia".

Examine-se outro diário:

> O sargento da Polícia Militar João Jus Costa, 44 anos, morto a tiros, no início da tarde de sábado, no final de linha do bairro do Uruguai, foi enterrado às 15h30 de ontem, no Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, na Baixa de Quintas.
>
> (*A Tarde*, 29 ago. 2005, p.8.)

No jornal *A Tarde*, o assunto também ganha o destaque do dia da editoria de "Polícia", seção dedicada ao noticiário sobre eventos violentos. O *lead* da notícia principal, contudo, segue uma lógica diferente da dos dois outros veículos. Nele, a ênfase da notícia não está no assassinato, mas no enterro do policial. E as perguntas da pirâmide invertida são respondidas de acordo com esta perspectiva. Assim, o leitor é avisado sobre o que aconteceu (um enterro); onde (Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco); quando (às 15h30 de domingo, 28); e quem foi enterrado (um policial, morto dois dias antes). As duas últimas perguntas não são respondidas — o que parece não ter relevância em tais circunstâncias, posto que se refeririam a como e por que o policial tinha sido sepultado.

Na abertura da reportagem de *A Tarde,* também não há referência a fontes de informação. Mas apenas na abertura, que dá prioridade à cerimônia fúnebre — uma informação secundária, diante da gravidade da ocorrência violenta. As informações sobre o crime, porém, não são ignoradas pelo narrador do acontecimento. A partir do segundo parágrafo, dominam o texto, com o registro claro e objetivo das fontes de informação:

> Segundo registros no boletim de ocorrências da 3ª Delegacia, a vítima foi baleada no interior do Bar do Zabinho, conforme teria dito o mora-

> dor do local Walter Jaro Bispo, 18 anos, em depoimento. No local do crime, porém, o medo tem tomado conta dos moradores e a versão oficial é desfeita pelo dono da pequena mercearia, que aceitou se identificar apenas como Zabinho.
>
> (*A Tarde*, 29 ago. 2005, p.8.)

No segundo parágrafo d'*A Tarde*, portanto, o leitor é informado de que a versão sobre o crime, tal como descrita na *Tribuna da Bahia* e no *Correio da Bahia*, é uma transcrição do boletim de ocorrência da Polícia (B.O.), prática recorrente do campo jornalístico nesse setor. E que o relato oficial fora desmentido, no local do crime, por moradores, cujos depoimentos o autor da reportagem registra no terceiro parágrafo.

Retorne-se ao texto da *Tribuna da Bahia*:

> Ensangüentado, ele ainda cambaleou até as proximidades do "Bar do Zabinho", onde foi socorrido pela viatura 1702, da 17ª CIPM (Uruguai), que o levou para o hospital São Jorge, Largo de Roma. Entretanto, não resistiu aos ferimentos morrendo a caminho da emergência. A polícia não soube informar se os bandidos levaram alguma quantia do recinto.
>
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

No segundo parágrafo da reportagem deste jornal, o repórter mantém o tom dramático e direto da narrativa, revelando em detalhes o que ocorreu com a vítima, após o ataque do agressor. A fala não é atribuída a qualquer fonte, mas fica-se sabendo que a instituição policial tinha sido ouvida ("A polícia não soube informar se os bandidos levaram alguma quantia do recinto").

Os dados e versões sobre o evento fatal são fornecidos ao leitor sem qualquer menção à origem das informações. O repórter narra o acontecimento como se estivesse numa cobertura "ao vivo". Faz referência à Polícia, mas a voz que fala nada diz efetivamente — situação recorrente nesse tipo de noticiário, como será visto no decorrer da análise.

Examine-se o que diz o segundo parágrafo do texto do *Correio da Bahia*:

> João estava fazendo uma reforma no seu apartamento, no segundo andar de um prédio localizado na Rua Eudaldo Gomes da Silva, quando resolveu sair para almoçar, por volta das 12h30. Ao chegar à rua, perce-

[1] Neste e nos exemplos subseqüentes, o grifo é sempre nosso.

beu que o mercadinho, que fica no térreo do edifício, estava sendo assaltado e reagiu, entrando em luta corporal com os bandidos, que o dominaram e o mataram com sua própria arma.

(*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)

Embora não use recursos retóricos para acentuar a dramaticidade da narrativa, como ocorre na reportagem da *Tribuna da Bahia*, o repórter do *Correio da Bahia* também descreve detalhes da cena no segundo parágrafo do seu texto: o que a vítima estava fazendo antes da ocorrência do crime, local, hora aproximada, motivo e modo como aconteceu a agressão que culminou no assassinato, além da arma usada no evento fatal. Entretanto, não há referência às fontes de tais informações.

No terceiro parágrafo, o autor do texto do *Correio da Bahia* revela que "W. J. B. J., 18, estava no boteco de Zabinho, localizado nas proximidades, viu quando os bandidos deixavam o local", e que "Geraldo Blam da Silva, arrendatário do mercado, que estava sendo ameaçado, também presenciou o crime". São os dois únicos registros sobre a possível origem das informações encontrados nos seis parágrafos da reportagem.

Uma leitura superficial de tais registros poderia induzir à conclusão de que a informação fora fornecida ao repórter por fontes não-policiais, com falas nominalmente identificáveis (W. J. B. J. e Geraldo Blam da Silva), mas uma análise um pouco mais acurada revela a incorreção: o narrador do episódio afirma que os dois personagens citados presenciaram o crime. Contudo, não esclarece quem disse que eles o testemunharam.

Na reportagem em questão, a instituição policial é citada três vezes, mas, em nenhuma delas, como fonte dos dados e versões sobre o assassinato do sargento reformado. No primeiro parágrafo, a informação de que "quatro bandidos [...] *são apontados*"[1] como autores do crime é secundada pela revelação de que a ocorrência fatal fora registrada "na 3ª Delegacia".

No quarto parágrafo, o autor da reportagem do *Correio da Bahia* informa que "As testemunhas acionaram a 17ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM/Uruguai)". Todavia, não atribui qualquer fala à CIPM. No quinto (e último) parágrafo, a citação da instituição ocorre não como forne-

cedora de informação, mas, de modo distanciado, como parte atuante do episódio: "Os PMs também fizeram buscas na localidade para tentar prender os bandidos, mas não tiveram êxito".

O conjunto de procedimentos registrados no primeiro e no quarto parágrafos do texto do *Correio da Bahia* leva à dedução de que alguém da Polícia pode ter falado sobre o crime, apesar de o repórter não assumir publicamente o fato. Tais situações foram associadas às categorias fontes ocultas com falas presumidas (da Polícia), para operacionalizar o levantamento quantitativo da análise de conteúdo dos citados periódicos em relação ao aspecto aqui enfocado.

As condições expostas no segundo parágrafo do texto da *Tribuna da Bahia* e no quinto do *Correio da Bahia* foram codificadas, neste trabalho, como fontes policiais com falas nulas, quer dizer, vozes registradas como fontes de informação, mas que nada dizem, ou dizem não o que sabem, mas o que não sabem — situações também recorrentes no noticiário sobre violências dos jornais em questão.

Proceda-se à descrição do restante das reportagens da *Tribuna da Bahia* e d'*A Tarde*.

Na *Tribuna da Bahia*, a versão (única) sobre o crime é sustentada por fontes não-policiais, de falas não-identificadas. São vozes não-institucionais, registradas de modo vago, impreciso, impessoal: "Segundo populares [...]" (parágrafo 1); "De acordo com uma testemunha[...]" (parágrafo 3); "[...] afirmou a testemunha" (parágrafo 4); "Populares disseram [...]" (parágrafo 5).

Nos sete parágrafos, a Polícia aparece duas vezes com fala identificada, mas não como fonte de informação sobre o crime. Na primeira vez, o depoimento, de um colega de profissão, restringe-se ao pesar pela morte do agente:

> Para o chefe do Serviço de Ação Social da Polícia Militar, coronel Moreira, "o assassinato do companheiro foi uma perda lastimável".
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

A fala seguinte, do irmão da vítima, limita-se a ressaltar as qualidades do policial assassinado:

> O PM reformado, Dalmo Agora Costa, 52, disse que o irmão era muito querido no bairro.
>
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

A primeira situação, sempre que registrada no noticiário, foi, também, codificada como fonte policial com fala nula. A segunda, como fonte não-policial com fala identificada (depõe como um familiar da vítima, e não como uma autoridade). Como no *Correio da Bahia*, a voz que sustenta a versão sobre o crime é a do autor da reportagem da *Tribuna da Bahia*, que narra em minúcias o episódio. Mais um fragmento:

> Com o crime anunciando, os outros dois, que atentavam para a chegada da polícia, deram a partida em um carro, de dados ainda não anotados, evadindo, deixando os comparsas fugirem a pé [...].
>
> (*Tribuna da Bahia*, 29 ago. 2005, p.33.)

Em *A Tarde*, como já visto, a notícia sobre o crime bifurca-se em versões. A primeira, vinda de uma fonte policial com fala identificada institucionalmente (o registro do B. O.). Pelo confronto com essa matéria, fica-se sabendo que as iniciais W. J. B. J., registradas no *Correio da Bahia* como sendo da fonte de informação do repórter, são de Walter Jaro Bispo — uma das fontes de informação, sim, mas da Polícia.

O narrador d'*A Tarde* não coletou diretamente a fala da testemunha. Transcreveu-a de um boletim de ocorrência. E o assume publicamente, no decorrer do texto de sete parágrafos ("Segundo registros no boletim de ocorrências [...]", e "[...] conforme *teria dito* o morador do local Walter Jaro Bispo", esclarecendo, ainda, ter procurado o depoente, que "não foi encontrado").

Adiante, a fala transcrita do B.O. é confrontada com outras colhidas no local do crime, como a do comerciante que "aceitou se identificar apenas como Zezinho", e que garante: "[...] disseram que tudo aconteceu dentro do meu bar, mas não foi [...]". Além desta, são ouvidas mais duas fontes não-policiais (uma com fala identificada e uma com fala não-identificada) e uma fonte policial com fala identificada ("inspetor Márcio Arte").

Categorias de análise. Síntese necessária

Os exemplos colhidos na edição-referência 3 traduzem, de forma emblemática, o modo como as informações são estruturadas e repassadas para o leitor na maioria das reportagens sobre violências dos três diários analisados. São os tipos de fontes e falas que compõem a totalidade das vozes das amostras analisadas, tendo sido quantificadas, para que se tivesse noção da participação de cada tipo no noticiário como um todo.

É importante ressaltar que o trabalho de codificação e quantificação das vozes que compõem esse tipo de noticiário foi realizado sobre a amostra final e que, portanto, o conjunto de textos de jornais usado na apresentação de resultados deste capítulo é composto pelas oito já especificadas edições-referência, nas quais foram identificados os seguintes tipos de fontes e de falas:

a) Tipos de fontes:

Policial - o autor da reportagem atribui, claramente, a informação a uma das três instituições policiais (Civil, Militar, Técnica). Ex.: "*A polícia* investiga duas hipóteses [...]".

Não-policial - o repórter atribui a informação a qualquer outro grupo fora do âmbito policial. Ex.: "*Populares* disseram que a mercearia estava [...]..." (ou "testemunhas", "moradores", "passantes", "transeuntes", "amigos", "vizinhos", "parentes", "familiares", "vendedores" etc.).

Oculta - o narrador do episódio não atribui a informação a quem quer que seja, por omissão completa ou pelo uso de termos vagos, deixando a cargo do leitor a dedução sobre a origem da informação. Ex.: "Quatro bandidos [...] *são apontados* como autores do crime".

b) Tipos de falas:

Identificada - a voz da fonte de informação é identificada ou, ainda que remotamente, identificável, seja ela não-policial ou policial. Ex.: "Já no cemitério, *a esposa do policial* [...] contou que..."(fonte não-

policial). A fala da fonte policial pode ser identificada (ou identificável) institucional ou nominalmente. Ex.: "Segundo registros no *boletim de ocorrências da 3ª Delegacia*, a vítima..." (identificada institucionalmente); "Para o chefe do Serviço de Ação Social da Polícia Militar, *coronel Moreira*..." (identificada nominalmente). É importante observar que os casos em que o componente da instituição policial fala como familiar da vítima foram considerados como fonte não-policial, com fala identificada ("*O PM reformado, Dalmo Agora Costa, 52, disse que o irmão* era muito querido no bairro"). Entre as fontes não-policiais, registros como "a esposa do policial", ainda que sem o nome, foram considerados como falas identificadas, por serem identificáveis.

Não-identificada - o repórter atribui a informação a outra voz que não a sua, mas a fala não é identificada (ou identificável), tanto no caso de fontes policiais quanto de fontes não-policiais. E os depoimentos podem estar transcritos entre aspas ou não. Ex.: "*A polícia* investiga duas hipóteses..." (fonte policial); "Tenho certeza que sabiam que ele era policial', afirmou *a testemunha*" e "De acordo com *uma testemunha*, os criminosos aguardaram o melhor momento para agir" (fontes não-policiais).

Presumida - o narrador do acontecimento não atribui a informação a outra voz, usando uma fonte oculta, mas oferecendo *chaves* para se chegar à origem da mesma. Ex.: "Quatro bandidos do bairro [...] *são apontados* como autores do crime, que *foi registrado na 3ª Delegacia (Bonfim)*"; "*Foi socorrido* pela viatura 1702 da 17ª CIPM (Uruguai)"; "*O caso está sendo investigado* pelo *delegado plantonista da 3ª Delegacia de Polícia (Bonfim) Jaime Ele*". É importante ressaltar que não foram identificadas situações semelhantes em relação às fontes não-policiais, o que significa dizer que toda fonte oculta com fala presumida foi considerada fonte policial.

Nula - o autor do texto identifica a fonte policial (nominal ou institucionalmente). Contudo, a fala da autoridade nada acrescenta ao

relato do episódio, limitando-se a dizer não o que sabe, mas o que não sabe, sobre a ocorrência violenta. Ex.: "Para o chefe do Serviço de Ação Social da Polícia Militar, coronel Moreira, o assassinato do companheiro foi *uma perda lastimável* [...]"; "A polícia *não soube informar* se os bandidos levaram alguma quantia do recinto".

Como visto anteriormente, no caso de o integrante do sistema de segurança pública ser parente da vítima e depor como tal, a voz foi computada como fonte não-policial, com fala identificada ou não-identificada; no caso do exemplo a seguir, ela é identificada: "O PM reformado, Dalmo Agora Costa, 52, *disse que o irmão era muito querido no bairro*".

Articulação entre os quadros de análise e de referência

O levantamento demonstrou que, de um total de 238 fontes registradas no conjunto de textos, 61 eram policiais e 101, não-policiais. O confronto meramente quantitativo contrariaria relatórios de organizações que trabalham com a temática, como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (2003, p.24), e que apontam a Polícia como a grande voz do noticiário sobre violências dos diários impressos brasileiros — incluindo os baianos.

Entretanto, 76 das 238 fontes estão dentro da situação codificada como fonte oculta, sendo que 68 delas com fala presumida, isto é, da Polícia, o que significa dizer que a maior parte das fontes do noticiário analisado é, de fato, do aparato repressivo do Estado: 129 fontes policiais,[2] contra 101 fontes não-policiais.[3] Sem contar as fontes totalmente ocultas (8), ou seja, sem *senhas* que levem à fala presumida (da Polícia).

Assim, além de confirmar os dados de organizações que apontam a instituição policial como a principal fonte de informação dos repórteres que escrevem sobre violências nos meios impressos brasileiros, a conjugação dos métodos quantitativo e qualitativo desnudou uma prática midiática que pre-

[2] São 61 fontes assumidamente policiais (39 fontes policiais com fala identificada, mais 22 fontes policiais com fala não-identificada), somadas a 68 fontes ocultas com fala presumida da Polícia.

[3] É importante registrar que a distinção entre fontes policiais e não-policiais pretendeu problematizar a supremacia (quase univocidade) das vozes das corporações nesse tipo de noticiário, mas que se tem consciência de que não são dois blocos homogêneos, constituindo-se, cada um, em campos de luta.

cisa ser problematizada: a de não assunção pública da Polícia, nas reportagens, como fonte de informação.

Se se retorna à edição-referência 3, observa-se que, nos textos do *Correio da Bahia* e da *Tribuna da Bahia*, a maioria das versões sobre os crimes é fornecida pela instituição policial. Esta voz, todavia, aparece de modo pouco claro como emissora das informações, situação que se pode estender ao noticiário como um todo: na amostra final pesquisada, das 129 falas de fontes policiais, 68 são presumidas, 22 são não-identificadas, e apenas 39 são identificadas ou identificáveis.

O resultado apresenta-se mais significativo ainda quando se observa que, das 39 falas identificadas, 12 são nulas, e apenas 10 são identificadas nominalmente. Entre as 29 falas identificadas institucionalmente, somente cinco são transcrições assumidas de B.O. Isto é, a Polícia é a principal fonte de informações do setor — situação recém-confirmada por pesquisa acadêmica sobre rotinas produtivas (OLIVEIRA, P. A. S., 2005, p.43) —, mas sua fala não é assumida publicamente pelos autores das reportagens.

É necessário ressalvar, ainda, que não há garantias de que todas as 101 fontes computadas como não-policiais de fato o sejam, em virtude do hábito jornalístico do setor, evidenciado a partir da edição do dia 29/08/2005, de assumir registros de boletins de ocorrência como sendo depoimentos colhidos diretamente das fontes. Um dado significativo, que sinaliza para a quase univocidade da voz policial no noticiário sobre violências dos três citados jornais.

São várias — e perceptíveis — as implicações do *modus operandi* de jornalistas e policiais. Na referida edição, só foi possível observar que as versões sobre o crime publicadas pelo *Correio da Bahia* e pela *Tribuna da Bahia* haviam sido transcritas de boletins de ocorrência pela comparação com a reportagem de *A Tarde*. Porém, quando os três veículos operam do mesmo modo, este tipo de manobra torna-se imperceptível.

Na maioria da amostra final (como, de resto, no *corpus* geral da pesquisa), os textos têm estruturas extremamente semelhantes — inclusive os de *A Tarde*. Como veremos adiante, as coincidências entre as edições dos três

periódicos são significativas e somente às vezes se dissolvem, quebrando as regras do jogo jornalístico no setor, como ocorreu no caso analisado.

É importante frisar que não se está discutindo, nas reportagens do dia 29/08/2005 (edição-referência 3), o assassinato em si do policial, mas o modo como é noticiado. Em outros termos, o que se quer não é debater, por exemplo, qual das versões sobre o crime é a verdadeira, mas evidenciar o fato de que as informações que chegam ao leitor sofrem significativas alterações, a depender do modo como são estruturadas.

O texto de *A Tarde* destoa dos outros dois, na edição em pauta. Elege um aspecto secundário da ocorrência para compor o *lead* — o que pode ser considerado como tecnicamente incorreto. Quebra, contudo, um padrão, registrando, com transparência, quem fala — e como fala — sobre o crime. Com isso, revela o caráter parcial da versão apresentada como fato nos outros dois jornais, chamando a atenção para um aspecto primordial desse tipo de narrativa.

Mediações apagadas

É uma faceta do noticiário sobre violências que merece atenção, por estar estreitamente vinculada ao respeito aos direitos humanos. A sentença (hipotética) 'João testemunhou um crime' não tem a mesma significação da frase 'João disse que testemunhou um crime', a qual difere de 'A Polícia disse que João testemunhou um crime', que não pode ser igualada à informação de que 'A Polícia disse que João disse que testemunhou um crime'.

Na primeira, a pessoa que escreve está garantindo a quem lê que João estava presente na cena do crime, que o viu ocorrer. Na seguinte, a certeza é relativizada: ao leitor é permitida, por exemplo, a construção da hipótese de que João, por um motivo ou outro, pode ter dito que viu o que não viu. Nas duas últimas, a distância entre o fato e a narrativa aumenta ainda mais, porque um informante interpõe-se entre o repórter e o leitor do texto.

Em 'A Polícia disse que João testemunhou um crime', o atestado de credibilidade que o leitor recebe do autor da frase é a informação da Polícia, que afirma que João testemunhou um crime. A garantia dada ao leitor de que

João esteve presente na cena do crime, portanto, não é do repórter, mas da instituição policial — uma fiança implícita de uma autoridade, que se dilui um pouco mais em 'A Polícia disse que João disse que testemunhou um crime'.

A última sentença equivale à transcrição assumida de depoimentos de boletins de ocorrência, como fez o narrador de *A Tarde*, na reportagem da edição-referência 3:

> Segundo registros no boletim de ocorrências da 3ª Delegacia, a vítima foi baleada no interior do Bar do Zabinho, conforme teria dito o morador do local Walter Jaro Bispo, 18 anos, em depoimento.
>
> (*A Tarde*, 29 ago. 2005, p.8.)

Na reportagem do *Correio da Bahia*, as mediações institucionais sobre o depoimento da possível testemunha desaparecem:

> W. J. B. J., 18, estava no boteco de Zabinho, localizado nas proximidades, viu quando os bandidos deixavam o local.
>
> (*Correio da Bahia*, 29 ago. 2005, p.5.)

O que seria a sentença 'A Polícia disse que João disse que testemunhou um crime' vira, no *Correio da Bahia*, 'João testemunhou um crime'. Uma alteração substancial da informação sobre o fato, com conseqüências previsíveis.

É importante firmar que o comportamento do autor do texto de *A Tarde* em relação às fontes de informação não é atributo freqüente ou exclusivo do veículo. Na maioria dos textos da amostra analisada, *A Tarde* segue o hábito flagrado nos outros jornais, que, por sua vez, assumem, circunstancialmente, a postura de *A Tarde* na edição-referência 3.

Comparem-se as notícias sobre a morte de um biscateiro (ou pedreiro) publicadas na *Tribuna da Bahia* e no *Correio da Bahia* da edição-referência 6:

> O biscateiro Sauro de Jai, 26 anos, foi executado com vários tiros na cabeça por dois homens que se identificaram como policiais, no interior de um boteco, no bairro da Baixa de Quintas, anteontem à tarde. No bolso da vítima, foi encontrada uma guia para realização de exame de

> lesões corporais expedida pela delegada Margarida Alé, por causa de uma briga recente que teve com o cunhado de prenome Dario. O crime foi registrado na 2ª Delegacia (Lapinha).
>
> (*Correio da Bahia*, 28 nov. 2005, p.7.)

> O pedreiro Sauro de Jai, 26 anos, foi morto a tiros, no interior de um bar, na Avenida Glauber Rocha, Baixa de Quintas [...]. *Pelo boletim de ocorrência registrado no posto policial da unidade hospitalar*, a vítima portava uma guia para exames de lesões corporais. *No mesmo boletim, consta que a irmã de Sauro, Graça Maria de Jai, informou que a guia fora emitida pela delegada Margarida Alé,* plantonista da 2ª Delegacia (Lapinha).
>
> (*Tribuna da Bahia*, 28 nov. 2005, p.19.)

Na *Tribuna da Bahia*, fica claro que o repórter não viu a guia para exame de lesões corporais (a qual aponta para um possível autor do crime). O leitor é avisado de que a informação não foi confirmada pelo autor do texto; de que há uma mediação entre sua narrativa e o dado, e, portanto, que a existência da guia não é um fato, mas uma probabilidade. Uma probabilidade forte, mas uma probabilidade.

A narrativa permite, ainda, considerar a possibilidade de os policiais que registraram a ocorrência também não terem visto a guia, ou não teria sido necessário ressalvar que a irmã da vítima dissera que a guia fora emitida pela delegada. A menos que o documento estivesse sem assinatura, o que é pouco provável; ou que estivesse apagada, o que deveria ter sido informado, por se tratar de pista tão importante para a elucidação do caso.

O texto do *Correio da Bahia*, entretanto, não deixa margem para dúvida. Nele, o autor da reportagem assume a responsabilidade pela informação. Ele não diz que alguém o informou da existência da guia, ele diz que a guia existe. Assim, de forma implícita, garante ao leitor que checou o dado, adotando os procedimentos pertinentes ao exercício da profissão jornalística — o que a análise comparativa dos textos coloca em dúvida.

Seguem-se outros exemplos:

> Policiais do Grupo Visão Noturna foram chamados para prestar socorro a um jovem, até então de identidade desconhecida, que estava ferido com vários tiros, nas imediações do Acesso Norte. Sob o comando do

policial Vando Ede, a guarnição o levou para o Hospital Ernesto Simões Filho (HESF) no Pau Miúdo, onde já chegou morto. Ontem, a vítima foi reconhecida pelo pai, no IMLNR, como sendo Antônio Sanches, 18 anos.

(*A Tarde*, 3 out. 2005, p.8.)

O jovem Antônio Sanches Santos, 18 anos, foi executado com vários tiros por um policial de prenome Hélio, que trabalha como segurança da empresa Trans, anteontem à noite, na invasão Calafate, bairro de São Caetano.

(*Correio da Bahia*, 3 out. 2005, p.7.)

Um policial de prenome Hélio, que prestaria serviços de segurança para uma empresa de transporte de carga, está sendo apontado como o autor do homicídio de Antônio Sanches Santos, 18 anos, ocorrido por volta das 20 horas de anteontem.

(*Tribuna da Bahia*, 3 out. 2005, p.15.)

Na edição-referência 4, do dia 03 de outubro, os leitores do jornal *A Tarde* ficam sabendo, pelo autor do texto, que o jovem Antônio Sanches fora socorrido pela Polícia, após ter sido baleado. Todavia, os que têm acesso ao *Correio da Bahia* ou à *Tribuna da Bahia* são informados de que o envolvimento da instituição policial no episódio não se restringiu à assistência à vítima: um de seus integrantes é acusado do assassinato.

Os exemplos, mais uma vez, evidenciam as implicações que a relação entre produtores (nesse caso, policiais) e difusores (repórteres) de informação sobre violências encerra. E a necessidade de uma prática que privilegie a transparência de tais relações, como medida imprescindível à boa qualidade desse tipo de noticiário. Valer-se de boletins de ocorrência como fonte privilegiada de dados sobre eventos violentos é, no mínimo, limitante. Não revelá-lo é preocupante.

As atribuições, responsabilidades e, portanto, fianças que a instituição jornalística dá aos leitores são diferentes das emitidas pela instituição policial. E, assumindo a voz da Polícia, o repórter dá aos leitores garantias que não são suas. Mais ainda porque a maioria dos textos não é assinada (72 contra 44, no *corpus* final). Em última instância, portanto, é o jornal que está assumindo a voz oficial — o que aumenta o peso da hipoteca perante a opinião pública.

Pode-se argumentar que identificar fontes de informação em noticiário sobre violências não é decisão fácil, por acarretar riscos — o que é um fato. Entretanto, a proteção de depoentes não parece ser fator determinante do *modus operandi* entre produtores e difusores de informação na amostra analisada, em que é flagrante a desproporção entre as falas identificadas das fontes policiais (39) e das fontes não-policiais (61).

É importante registrar que os textos da edição-referência 3 analisados no início do capítulo fazem parte do rol das notícias principais, isto é, pertencem à categoria "jornalismo máximo", na qual, como já visto, investe-se mais no conteúdo e na apresentação da informação, com textos mais extensos e melhor elaborados, uso de recursos visuais, maior número de fontes e vozes e autores dos textos identificados.

Na referida edição, sobre a morte de um policial, foi detectado um grande número de fontes e falas oficiais. E, apesar das distorções e insuficiências registradas, seu conjunto permite ao leitor vislumbrá-las como principais artífices do conteúdo das reportagens. Na maioria dos textos sobre violências da amostra analisada, porém, fontes e falas não são tantas, nem tão variadas.

Em cada edição-referência do *corpus* da pesquisa, contra três textos de notícias principais, foram analisados, em média, 11 textos de notícias secundárias.[4] Em sua grande maioria, narrativas pequenas, com número reduzido de tipos de fontes e falas, sem auxílio de recursos visuais e sem assinatura, conforme esboçado no primeiro capítulo.

Seguem-se, na íntegra, alguns textos representativos das fontes e falas predominantes nas notícias secundárias:

[4] A média levou em conta todos os textos das notícias secundárias, e não apenas os que relataram óbitos.

> **Troca de tiros**
> Lauro de Sal Santos, aparentando 24 anos, foi morto na madrugada de ontem, na localidade do Brongo, entre a Barros Reis e Pau Miúdo, numa troca de tiros com a Polícia Militar. Ele foi baleado na cabeça, no tórax e nas pernas. Um outro rapaz, não identificado, e com aproximadamente 19 anos, que acompanhava Lauro, também foi atingido com tiros na cabeça e no tórax.
>
> (*A Tarde*, 29 ago. 2005, p.8.)

A nota, da edição-referência 3, é sobre o assassinato de um jovem, cometido por policiais. Apesar da gravidade, o evento só é noticiado em *A Tarde*, e de modo acrítico e vago. É possível que a informação tenha sido prestada pela Polícia — instituição à qual pertencem os envolvidos no crime. Todavia, não há sequer *senhas* ("crime registrado na...", por exemplo) indicando a direção da fonte. A voz que assume a "troca de tiros" é do jornal.

> **Blitz**
> Alvejado com vários tiros, anteontem à noite, no bairro de Nova Sussuarana, Américo Rata da Silva, 18, chegou a ser socorrido para Hospital Roberto Santos, onde já deu entrada sem sinais vitais, por volta das 20h30. O delegado Francisco Arco Fontes, plantonista da 11ª DP, instaurou inquérito para apurar o caso.
>
> (*Correio da Bahia*, 3 out. 2005, p.7.)

Nesta nota do *Correio da Bahia* (edição-referência 4) também não existe qualquer indicação da origem das informações sobre o assassinato. Há, contudo, uma pista sobre a fonte dos dados: o delegado da 11ª DP, que "instaurou inquérito para apurar o caso" (fonte oculta com fala presumida). Os outros jornais também noticiam o crime, em pequenas notas, sem identificação do autor do texto.

> **Ex-detento emboscado a mando de antiga vítima**
>
> Danilo Oler Castro, conhecido como "Sapo", 21, foi morto com um tiro na boca, quando estaria a caminho de casa, na Jaqueira da Capelinha, em São Caetano, no final da noite de anteontem. Com envolvimento em crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas, Sapo estaria afastado da criminalidade desde o ano passado, quando teria se convertido evangélico. Entretanto, a irmã dele acredita que o crime foi motivado por uma vingança. Sapo, que já esteve preso diversas vezes, teria baleado um indivíduo, não identificado, mas o mesmo sobreviveu e o teria jurado de morte. Sapo passava por um beco, na Baixa do Cacau, onde já morou, quando foi surpreendido. O delegado plantonista Raimundo Ara (4ª DP) está à frente do inquérito.
>
> OUTROS CASOS - O pedreiro Armando Jonas Alto Silva, 25, foi executado dentro de sua própria residência, na Travessa do Sossego, Bairro da Paz, por volta das 4h30 de ontem. Os autores dos disparos continu-

am ignorados. Há informações de que Armando se deparou com seus algozes ainda em via pública e tentou escapar entrando em sua casa, mas foi alcançado e alvejado em várias partes. O caso está sendo investigado pela 12ª DP (Itapuã). Em Nova Sussuarana, Américo Rata da Silva, 18, foi baleado em via pública e chegou a ser levado para o Hospital Roberto Santos, no Cabula, onde deu entrada sem sinais vitais. Ainda não há pistas dos responsáveis pelo assassinato. O delegado plantonista Francisco Arco Fontes, da 11ª DP (Tancredo Neves) preside o inquérito que apura o fato.

SUBURBANA - Desconhecidos mataram Gregório Moss da Costa, 25, com tiros na cabeça, nas proximidades da garagem da empresa de ônibus Praia Grande, na Avenida Suburbana. Policiais da 18ª CIPM (Mirantes de Periperi), sob o comando do tenente Rogério, o conduziram ao Hospital João Batista Caribé, em Coutos, mas ele não resistiu. O inquérito é presidido pelo delegado Sandro Maré Nogueira, plantonista da 5ª DP (Periperi).

(*Tribuna da Bahia*, 3 out. 2005, p.15.)

Formato típico dos textos das notícias secundárias, a matéria da *Tribuna da Bahia* registra, em três parágrafos, quatro homicídios, cometidos em locais e circunstâncias diferentes, mas reunidos sob um mesmo título — o que equivale a quatro assassinatos registrados em três pequenas notas. A precisão dos dados sobre as corporações policiais leva à presunção de que a instituição prestou informações sobre os crimes, mas isso não é assumido claramente.

As notas indicam que a Polícia socorre vítimas, preside inquéritos, investiga, mas não registram que também fala aos repórteres. No caso da primeira morte noticiada, as informações são sustentadas por uma fonte não-policial de fala identificada — a irmã da vítima. É importante observar, contudo, que não há garantia de que o depoimento tenha sido colhido diretamente da informante pelo narrador do acontecimento, nem que este o ouviu dos policiais, ou o transcreveu de um B.O.

Em outras palavras, operações como as realizadas em relação às testemunhas Walter Jaro Bispo (edição-referência 3) e Graça Maria de Jai (edição-referência 6), identificadas graças à análise comparativa dos três jornais, lançam dúvidas sobre os depoimentos registrados no noticiário. São rastros que,

como visto, dissolvem as fronteiras entre as fontes de informação, lançando sobre esse tipo de noticiário a dúvida sobre a real extensão da prática de transformar em relatos “vivos” cópias de registros de agentes pertencentes a um aparato repressivo de Estado.

Deve-se frisar que o que está sendo aqui questionado não é se as fontes não-policiais forneceram de fato os dados sobre os episódios que estruturaram os textos dos jornais, mas *a quem* elas forneceram os dados. É esta manobra que está sendo problematizada, por abarcar implicações consideráveis na relação entre comunicadores e fontes de informação sobre violências.

A fragilidade do sistema de vozes que compõem esse tipo de noticiário é reforçada pela análise qualitativa das fontes não-policiais (com fala identificada e não-identificada), compostas, em sua quase totalidade, por familiares, amigos e colegas de vítimas e agressores, vizinhos, moradores, testemunhas, empresários, comerciantes, vendedores, funcionários de estabelecimentos, detentos, transeuntes e populares em geral.

Uma debilidade evidenciada não só pelo predomínio de determinadas fontes e falas. Também pela ausência delas. Na amostra final, por exemplo, foram registradas apenas três vozes de especialistas entre as falas não-policiais. Em relação ao sistema de segurança pública, a lacuna é maior ainda: no mesmo conjunto de textos, o Poder Legislativo é citado uma única vez, contra as 129 manifestações do Poder Executivo (as vozes policiais). Os demais poderes (Judiciário e Ministério Público) são ignorados no noticiário. Isso significa que a violência física, um grave problema de saúde pública, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), que tem matado, nos últimos cinco anos, apenas em Salvador, uma média de quatro pessoas/dia (FCCV, 2002b), vem sendo discutida, no cotidiano midiático, por pessoas leigas (ligadas, de um modo ou de outro, aos eventos noticiados) e pela Polícia.

Em outros termos, o fenômeno está sendo tratado, no dia-a-dia da mídia, apenas dentro do âmbito da segurança pública, esquecendo-se o da saúde pública; dentro do âmbito da segurança pública, só está sendo considerada a esfera policial, ignorando-se outras instâncias sociais; na esfera policial, está

sendo visto apenas o aspecto repressivo-punitivo, em detrimento do preventivo; e, dentro do aspecto repressivo-punitivo, só está sendo apreciada a perspectiva executiva, negligenciando-se a legislativa e a judiciária.

São sucessivas reduções da problemática, o que compromete a compreensão do fenômeno — complexo, de múltiplas causas, que assume diferentes feições, a depender do contexto em que se manifesta, e que, no País, tem raiz na desigualdade social, perceptível, dentre outros indicadores, pelo perfil das "vítimas preferenciais" de homicídios. Como já visto, homens, negros, jovens, subempregados, moradores de bairros periféricos, solteiros, com baixa escolaridade (MILANI, 2005).

Resumindo, os dados confirmam que a voz majoritária do noticiário sobre violências dos três jornais de maior circulação de Salvador é a da Polícia. Todavia, esta voz não é claramente identificada como fonte de informação, sendo absorvida pelos autores das reportagens e, na maior parte das vezes, pelos jornais, que abdicam, assim, das atribuições específicas do campo profissional, confundindo-as com as das corporações policiais.

Mimetismos midiáticos

O padrão identificado nos três jornais analisados evidencia, a um só tempo, a importância e a insuficiência dos aspectos formais da escrita para dar conta de um conteúdo tão complexo quanto o do quadro social nesse tipo de noticiário — o que inclui os modelos de comunicação. Fica patente que o emprego de técnicas de redação de notícias não garante a qualidade e a credibilidade da informação sobre violências, mais estreitamente vinculadas ao modo como os dados são coletados e estruturados.

Na edição-referência 3, por exemplo, o texto do *Correio da Bahia*, nitidamente construído sob a égide da técnica da pirâmide invertida, teve desempenho equivalente, no que se refere às vozes do noticiário, ao da *Tribuna da Bahia*, em que se sobressaem rastros do que se pode associar ao jornalismo literário (*new journalism*), modelo que, como explicado, pretendia suprir as insuficiências provocadas pela rigidez objetivista da pirâmide invertida.

[5] A noção de *campo* aqui referida, desenvolvida por Bourdieu (2001), é indissociável do conceito de *habitus*, uma espécie de saber agir incorporado pelo agente na sua inserção em determinado campo profissional. Assim, de modo resumido, *campo* deve ser compreendido como o *locus* onde os agentes operam e alteram os *habitus*, sendo, portanto, um espaço de lutas permanente.

Na referida edição, o texto de *A Tarde*, que aparenta ser o mais frágil, em função da aplicação imprecisa da técnica de redação (no caso, a da pirâmide invertida), é o que mais fielmente reproduz as circunstâncias que envolvem o evento violento, em virtude de uma operação simples: o esclarecimento público de quais informações o narrador do episódio colheu diretamente do(s) informante(s) e quais as que obteve de "segunda mão".

Mas, como já ressaltado, a assunção de transcrições de informações registradas em boletins de ocorrência é eventualmente praticada pelos demais veículos sob análise — o que sinaliza para o caráter não-intencional da prática de ocultar esta regra do jogo jornalístico no setor, mais flagrantemente vinculada, na amostra analisada, a condicionantes do exercício profissional.

Guardadas proporções e especificidades, são perceptíveis os efeitos, nas três publicações, dos esforços de cobertura "ao vivo" descritos por Ignacio Ramonet (1999, p.92), em relação à TV. Neste tipo de transmissão, é gerada uma ilusão de autenticidade, ou de acesso não-mediado à "realidade", aos fatos. E, na briga pela audiência, ganha mais o veículo que mostra o acontecimento "*em directo*".

Na corrida midiática pelo "aqui e agora", importa menos o que se diz e mais a impressão que se dá ao espectador, ou leitor, de que se sabe, viu, conferiu o que se diz. Em nome da concorrência, vale tudo: até inventar argumentos e encenar a realidade, para adaptá-la às exigências da ocasião ou do meio de comunicação. A montagem da vala comum de Timisoara é um exemplo típico do fenômeno: para mostrar "ao vivo" as vítimas dos massacres de 17 de dezembro de 1989 na Romênia, a produção de uma grande rede de comunicação mandou desenterrar cadáveres de pessoas pobres, que, vestidos com mortalhas brancas e enfileirados, produziram imagens comoventes, reproduzidas *ad infinitum* pelos *mass media* do mundo inteiro, até a descoberta do embuste.

Estes e outros *fakes* têm alcance global graças ao mecanismo de auto-estimulação do campo[5] jornalístico, que Ramonet (1999, p.20) denomina "mimetismo *mediático*", em que o ato da repetição substitui a confirmação.

Dito de outra forma, significa que, se o jornal X publica que 'João viu um crime', e os jornais Y e Z também o publicam, a probabilidade é de que o leitor acredite que João realmente presenciou um crime, sem necessidade de comprovação. É uma armadilha, incorporada ao *habitus* (BOURDIEU, 2001) da comunicação de massa, que tira do receptor — espectador ou leitor — a possibilidade de conferir a veracidade das informações por meio do confronto de discursos. Trata-se de uma tendência geral, perceptível nas amostras dos jornais sob análise, com ou sem a hiperemoção de que fala Ignacio Ramonet (1999, p.21). Hiperemoção, aliás, acentuada nos textos da *Tribuna da Bahia*.

Nas amostras pesquisadas, é possível identificar rastros de mimeses — ou de mimetismos — entre repórteres e policiais e entre os três veículos de comunicação. Os primeiros, como aqui exposto, perceptíveis a partir da fusão de vozes institucionais; os últimos, evidenciados, por exemplo, pelo grau de coincidência de manchetes nos três periódicos, como aqui relatado no primeiro capítulo.

São ações que não estão formalmente normatizadas, no campo. Não constam de currículos universitários ou de manuais de redação. É na prática cotidiana das redações que elas são automatizadas e naturalizadas — o que não significa dizer que sejam responsabilidade única da rede de micros e médios poderes formada por repórteres, redatores, editores, chefes e diretores de redação.

Fragmentos de macrodiscursos

Em relação às vozes do noticiário sobre violências dos três jornais, há rastros que apontam na direção de determinantes infra-estruturais para o *modus operandi* realçado pela análise — o que significa dizer na direção de macropoderes. E eles foram evidenciados, nas amostras analisadas, pela quantidade limitada de profissionais para dar conta de ocorrências complexas e numericamente consideráveis.

Há indícios de tais insuficiências em todo o *corpus* final da pesquisa, no qual foram registradas apenas 11 assinaturas diferentes; destas, somente cin-

co apareceram mais de cinco vezes na amostra, o que equivale a dizer que, das 11 assinaturas computadas, apenas cinco são de repórteres fixos — aqueles encarregados da produção cotidiana desse tipo de noticiário.

No *Correio da Bahia*, as evidências são flagrantes: um único profissional assina as notícias principais em todas as edições-referência.

Na *Tribuna da Bahia*, um indício de condicionante infra-estrutural pode ser observado na edição-referência 2, de 25 de julho de 2005: todos os textos da página são assinados pelo mesmo repórter — marca identificada em diferentes edições.[6]

Em *A rotina produtiva da página policial: análise do jornal Tribuna da Bahia*, Priscila Oliveira (2005, p.37) expõe outra dimensão da problemática aqui abordada, ao revelar que o noticiário sobre violências do referido veículo é sustentado, em grande parte, por estagiários de cursos de Jornalismo. É um referencial acadêmico que atesta a sobrevivência, nos dias atuais, de um velho hábito do campo midiático: o de fazer das editorias que tratam de violências, seja que nome tenham, a porta de entrada das redações dos meios de comunicação de massa, laboratório para profissionais inexperientes (ontem, aprendizes sem formação universitária; hoje, estudantes de Jornalismo).

Em *A Tarde*, um vestígio de insuficiência de recursos humanos pode ser verificado na edição-referência 5, em que um único profissional assina os textos sobre violências em Salvador e sua Região Metropolitana. Neste jornal, entretanto, observa-se um investimento maior em pessoal, com algumas edições registrando mais de uma assinatura por página — em geral, quando um fato extraordinário mereceu todo o espaço da página, ou quando se referiu a vítimas mais favorecidas. Os exemplos são relativos às edições-referência 7 e 4, respectivamente. Na primeira, sobre a fuga de presos, estão registrados três nomes; na segunda, em que é relatado o assalto ao supermercado, dois. Em ambas as notícias principais, assinadas por repórteres eventuais, nota-se um esforço de diversificação das fontes, com a coleta de falas em esferas não-policiais.[7] São, porém, investimentos e esforços que se dilu-

[6] Esse tipo de rastro só é perceptível na *Tribuna da Bahia* e em *A Tarde*, pois, no *Correio da Bahia*, as notícias secundárias não são assinadas. O noticiário da página é identificado apenas pela assinatura da notícia principal.

[7] O dado torna-se mais significativo ainda em relação à página sobre a fuga de presos, assunto relacionado diretamente com a Polícia Civil.

em dentro do esquálido quadro de fontes e repórteres que estruturam o noticiário cotidiano sobre violências.

Observa-se, pois, uma hierarquia de investimentos análoga à hierarquia social, em tais editorias, que produzem páginas povoadas, hegemonicamente, por personagens oriundos de classes e segmentos subalternizados da população. Uma reprodução que produz subjetividades, pois, ao fornecer, diariamente, a uma parte significativa da sociedade uma representação desvalorizada de si, o noticiário sobre violências constrói um lugar e um destino desvalorizados para essas pessoas.[8]

[8] O "homem nacional", para Gellner (1983 apud GUIBERNAU, 1997, p.10), "requer uma fábrica especializada. O nome dessa fábrica é um sistema nacional de educação e de comunicações".

Numa perspectiva microssociológica, a análise do conjunto de textos evidencia a necessidade de se repensarem as tranças entre fontes e difusores de informação, especificamente em relação a esse tipo de noticiário. A partir mesmo do nome das editorias da *Tribuna da Bahia* e de *A Tarde* ("Polícia"), é possível perceber a quase univocidade das informações que estruturam o noticiário — o que, em si, já constitui um problema, pois, no mínimo, universaliza o discurso institucional.

Como lembra Octavio Paz (1972 apud CUNHA, 2006, p.19), nomes engendram realidades. Portanto, a denominação das editorias que abrigam esse tipo de noticiário produz seu sentido, suas atribuições, seu modo de funcionamento, enfim, o que, neste caso, acaba legitimando um *modus operandi* que esconde uma outra — grave — dimensão do problema: a onipresença invisível da voz policial.

Uma classe, um modus operandi, uma forma automática de dominação

Resumindo, um dos problemas que emergem da análise dos textos sobre violências nos três jornais impressos de maior circulação de Salvador diz respeito às vozes que o compõem. Vozes institucionais de um aparelho de Estado carregadas de marcas identificáveis de uma hierarquia social que discrimina, negativamente, pessoas pobres e negras. (Re)produzida nas reporta-

gens analisadas, a hierarquia evidencia o desvalor social da população representada nesse tipo de noticiário.

A escassez de investimento no quadro de pessoal encarregado de escrever esse tipo de noticiário, nos três veículos, é um indicador da (re)produção da hierarquia social, e se reflete na baixa qualidade dos textos — aspecto capilar, concernente à esfera microssociológica da análise, e que merece ser questionado, por constituir-se em instrumento facilitador dos problemas nucleares detectados na esfera macrossociológica da pesquisa.

É importante pontuar que não há textos idênticos nas amostras pesquisadas. Há seleções, eleições, enquadramentos comuns — o que torna mais difícil, mesmo para um leitor especializado, perceber a coincidência construída do noticiário. Uma coincidência estrutural, que se dilui no espaço dos dados objetivos sobre as ocorrências: na maioria das vezes, as reportagens convergem em termos de fontes de informação, versões sobre os crimes, tratamento editorial; quando tratam de nomes, datas e números, contudo, não têm o mesmo grau de justaposição e precisão.

A edição-referência do dia 19 de dezembro traz um exemplo de divergência na coincidência, na *Tribuna da Bahia* e em *A Tarde*. Entre as notícias secundárias, as reportagens sobre os mortos no final de semana, nos dois periódicos, têm títulos e textos com a mesma estrutura, privilegiando a mesma informação sobre crimes cometidos em Salvador e sua Região Metropolitana. Números e nomes, todavia, divergem.

Em *A Tarde*, é anunciada a ocorrência de "Três homicídios em distritos de Camaçari". A abertura da reportagem complementa a informação do título, explicando que "Policiais da Delegacia de Homicídios investigam quatro assassinatos, ocorridos na noite de sábado, em Salvador e nos distritos de Itinga, Lauro de Freitas e Abrantes, em Camaçari". O corpo da matéria, porém, só relata duas mortes na Região Metropolitana e uma em Salvador.

A *Tribuna* informa que a "Violência deixa 4 mortos na Região Metropolitana". O primeiro parágrafo da matéria também complementa o título, avisando que "A polícia ainda não tem pistas de autores que vitimaram cinco pessoas entre a capital e Região Metropolitana de Salvador". Entretanto, no corpo do

texto só há referência a duas mortes na Região Metropolitana. Os outros três dos cinco crimes referidos no *lead* ocorrem em Salvador.

A imprecisão de dados, portanto, circula entre os planos “interno” e “externo”, quer dizer, entre os profissionais de uma dada redação e das três redações. Em *A Tarde*, um corpo desaparece da estatística do título, apontando para a possibilidade de erros em níveis de reportagem e de edição; o primeiro, por lacuna de informação em relação ao número correto de óbitos; o segundo, por desatenção em relação aos locais de ocorrência.

Na *Tribuna da Bahia*, em termos numéricos, não parece haver clivagem entre o título e a reportagem em si, mas há indícios de erros de editor e de repórter. Daquele porque não há, no corpo da matéria, dados sobre as quatro mortes na Região Metropolitana a que se refere o título — cuja estruturação é atribuição do editor. Os locais referidos pelo autor do texto são Itinga e Abrantes, que ficam na RMS, e Liberdade, Cidade Baixa e Saúde, que ficam em Salvador. Mas a estrutura do texto da *Tribuna da Bahia* aponta, também, para a possibilidade de imprecisão do repórter na coleta de dados ou na redação das informações. No último parágrafo da reportagem, o narrador do acontecimento relata a agressão a uma vítima. Todavia, a forma de estruturação da narrativa não permite concluir, com margem de segurança, se a manifestação de violência resultou ou não em óbito:

> Vítima de facadas, Ítalo de Nato Santos, 29, teve profundas perfurações não morrendo às 11h45 de ontem no HGE. Ele deu entrada às 00h40 socorrido por populares na Ladeira do Alvo, no bairro da Saúde.
>
> (*Tribuna da Bahia*, 19 dez. 2005, p.13.)

Ressalve-se que não se trata, aqui, de discutir estilo de escrita. O que está em jogo é a clareza e a precisão da informação em tão sensível área da vivência social. O título da *Tribuna da Bahia* informa que houve quatro mortes na Região Metropolitana de Salvador. A abertura do texto informa que houve cinco vítimas entre a RMS e Salvador, o que leva o leitor a supor que são cinco mortes — uma delas, em Salvador (porque as outras quatro são na RMS). No decorrer do texto, o leitor fica sabendo que há de fato cinco

vítimas, mas que somente duas mortes ocorrem na RMS e que, entre as três últimas vítimas, há uma que "não morreu" exatamente às 11h45, no Hospital Geral do Estado. Logo após, o autor do texto informa que o agredido dera entrada no hospital à 00h40, quase uma hora após "*não ter morrido*", o que leva à dedução de que o erro é de estrutura de discurso, e que, portanto, não houve óbito. São deduções, porém. Não há como ter certeza sobre tão significativa circunstância, diante das imprecisões detectadas. O erro que gerou a confusão pode ser de qualquer natureza, o que a comparação com os dados de *A Tarde* parece confirmar.

Um outro exemplo: os nomes das três vítimas. O repórter de *A Tarde* registra *Adailson* Sorros Quarto *Ramos*, enquanto, na *Tribuna da Bahia*, a referência é a *Adilson* Sorros Quarto *Santana*. Deduz-se que os dois periódicos estejam falando sobre a mesma pessoa, em primeiro lugar, por causa do local da ocorrência violenta (Itinga, RMS, em ambos); em segundo, pela semelhança da grafia dos nomes e sobrenomes da vítima e da mãe: *Rosineide* Bala Sorros em *A Tarde*, *Zeneide* Bala *dos* Sorros na *Tribuna da Bahia*;[9] em terceiro lugar, porque em *A Tarde* há referência, no decorrer do texto, à "mãe de *Santana*". Em relação à segunda vítima, as garantias são menores: o Ignácio *Santos Gomes* de *A Tarde* aparece como Ignácio *Nascimento* na *Tribuna da Bahia*. Além do prenome, apenas o local do homicídio (Abrantes) coincide. O nome da terceira vítima, assassinada em Salvador (bairro da Liberdade), sofre um grau menor de imprecisão: em *A Tarde*, Orlando Rás Silva; na *Tribuna da Bahia*, Orlando *dos* Rás Silva. As duas outras vítimas listadas na *Tribuna da Bahia* não são registradas em *A Tarde*: Luiz Grade Notas da Silva, assassinado na Cidade Baixa (Salvador), e Ítalo de Nato Santos, que pode ou não ter morrido em conseqüência de facadas recebidas no bairro da Saúde (Salvador). Em virtude da natureza das imprecisões, pode-se deduzir que os erros de grafia — que se transformam em erros de informação — sejam da *Tribuna da Bahia*.

Mas são, também, conjecturas. A estrutura do texto de *A Tarde* é mais clara, sem problemas de compreensão, como os detectados na *Tribuna da Bahia*. Entretanto, a falha de coleta e de registro do número de homicídios em

[9] No *Correio da Bahia*, há duas referências à primeira vítima: na legenda e no início do texto, o prenome coincide com o registrado em *A Tarde*: *Adailson*. Os sobrenomes são mais coincidentes com os da *Tribuna da Bahia*: *Sorros Quarto de Santana*. Entretanto, um terceiro prenome surge, no final do mesmo texto: *Adailton*.

A Tarde deixa margem para dúvidas em relação às informações, pois imprecisão gramatical ou lingüística pode comprometer dados, mas o correto uso da língua, por si só, não garante a qualidade da informação. Em outras palavras, em relação aos aspectos formais da escrita, as distorções midiáticas devem ser perscrutadas a partir de níveis mais elementares do que aquele em que se situam os debates sobre virtudes de modelos e técnicas de escrita. Vinculadas ao *modus operandi* dos produtores e difusores de informação, relacionam-se, também, à capacidade mínima de lidar com as estruturas lingüísticas, mas têm no zelo para com as informações coletadas e difundidas um dos mais efetivos determinantes.

É um cuidado que não se restringe ao campo midiático. A qualidade da informação sobre violências está, como evidenciado, imbricada com a esfera da produção dos dados que servem de fontes para os repórteres. Em E. R. Souza e outros autores (SOUZA, E. R.; NJAINE; MINAYO, 1996; DESLANDES, SOUZA, E. R., 2001; SOUZA, E. R., 2002), por exemplo, é possível perceber a dimensão do problema e a necessidade de envolvimento da área de saúde na estruturação deste tipo de informação, hoje relegada aos mais baixos patamares da hierarquia noticiosa, como sinaliza Tânia Cordeiro:

> Em nossa sociedade, é mais evidenciado o direito de informar do que o direito de obter informação. São raras as situações em que indivíduos ou grupos exigem este direito [...]. É mais fácil, por exemplo, que uma informação incorreta partida da bolsa de valores adquira proporção de escândalo que uma que emerja de uma instituição que contabiliza uma questão social como a violência.
>
> Seguramente, se o governo subnotificar as importações em 35%, setores sociais sensíveis às informações do campo econômico atuarão imediatamente, produzindo uma crise junto aos organismos responsáveis pela área. Reações dessa natureza, vistas como naturais, dada a importância do assunto, não se verificam com a mesma intensidade e vigor quando o equívoco é registrado em relação a informações que pretendem traduzir situações sociais que atingem frações mais desprovidas econômica, social e culturalmente.
>
> Com este raciocínio, pretende-se sugerir a necessidade de superação desse tipo de tratamento desigual, recordando que o cuidado com relação à produção de informação deve ser democratizado, não conferindo hierarquização

dos assuntos; baseada nas condições em que se apresenta a hierarquia social (informação verbal, 2004).[10]

[10] Este depoimento foi colhido em entrevista a Tânia Cordeiro e usado no artigo "Informação qualificada: um dos grandes desafios da segurança pública" (VARJÃO; KALIL, 2004).

Formas e conteúdos do noticiário

Ainda em relação aos aspectos formais do noticiário, é preciso chamar a atenção para as questões pertinentes aos modelos de jornalismo que perpassam as discussões sobre o binômio comunicação-violências. Como visto, foi possível identificar, nas amostras analisadas, a predominância da técnica de redação conhecida como pirâmide invertida e fragmentos mais próximos ao jornalismo literário. O uso de um ou de outro formato, contudo, não impediu a simbiose dos discursos de policiais e repórteres.

Em outros termos, os modelos empregados na redação dos textos não evitaram a ocorrência dos problemas identificados em relação às vozes que estruturam esse tipo de noticiário. Não garantiram sequer um patamar mínimo de qualidade de informação sobre violências nos três jornais analisados. São, contudo, aspectos relevantes, que devem ser problematizados, pois técnicas e modelos não são neutros — carregam ideologias.

Examine-se um extrato do contexto artístico-cultural: "Respeitem meus cabelos brancos". "Respeitem meus cabelos, brancos". A primeira frase é um dito popular brasileiro. Um pedido figurativo de respeito. Figurativo porque referente não aos cabelos brancos propriamente ditos, mas a quem os possui, ou seja, ao sujeito que enuncia. Alguém cuja respeitabilidade é evocada com a alusão à idade, ao acúmulo de experiência, simbolicamente representados pela cor dos cabelos; e que, por este motivo, merece ser tratado com reverência. A segunda citação é uma apropriação da primeira, feita pelo cantor e compositor Chico César (2002), um negro que se penteia à moda africana, valorizando a exuberância dos cabelos crespos. Nela, o pedido perde o caráter figurativo. A mensagem é direta: refere-se aos cabelos propriamente ditos; e, dirigida ao mundo culturalmente hegemônico dos brancos, exige deles que os respeitem, os reconheçam e acolham, em sua diferença.

O fragmento do universo artístico-cultural da atualidade é aqui (re)produzido pelo modo simples com que ilustra o papel que a forma — ou estrutura de comunicação em seu aspecto lingüístico — desempenha em relação ao conteúdo da mensagem. Uma única vírgula, e modificam-se o emissor, o receptor e o próprio discurso; um sinal gráfico a mais, e modifica-se o sentido da frase, geram-se duas *senhas* de acesso a problemáticas diferentes.

O recurso heurístico tem o propósito de reforçar a importância de não se negligenciar, nas reflexões sobre comunicação de massa, como esta, as questões relativas às estruturas formais da linguagem escrita. Em outros termos, busca evidenciar o óbvio. Mas um óbvio que arrisca se perder — ou isolar-se — dentro da complexidade das discussões gerais sobre o tema, que ora minimizam, ora maximizam seus efeitos.

Fica nítida, no exemplo usado, a idéia de que o modo em si de redação de um texto é capaz de determinar seu significado. E isto pode ocorrer propositalmente, como o fez Chico César, ou à revelia do escritor-emissor, que, não conhecendo as regras de pontuação e usando-as sem habilidade, pode desejar pedir aos brancos que respeitem os negros, mas acaba pedindo aos mais novos que respeitem os mais velhos, por exemplo.

A partir deste pequeno extrato do cotidiano artístico-cultural, é possível evidenciar o fato de que as estruturas que compõem os sistemas de comunicação, por mais elementares que sejam, guardam ciladas. Armadilhas simbólicas que têm a potencialidade de gerar efeitos no plano físico — daí a relevância de identificar, desnudar, ressaltar suas manifestações.

É importante frisar que me valho de um exemplo relacionado com as preocupações de estudiosos da comunicação como Saussure (lingüística, ou pré-semiótica)[11] e Umberto Eco (semiótica)[12] não para abrir um diálogo teórico sobre tais áreas de conhecimento, mas como recurso retórico para problematizar as teias invisíveis dos processos comunicativos. Aquelas que geram significados que fogem ao controle de quem emite as mensagens.

O exemplo tem o propósito de chamar a atenção sobre as subjetividades que cercam a redação de textos, a partir mesmo dos signos gráficos —

[11] Ferdinand de Saussure foi um dos estudiosos que defenderam a concepção de uma ciência que estudasse os signos no seio da vida social (a semiótica), o que está registrado no seu *Curso de lingüística geral* (São Paulo: Cultrix; Edusp, 1971).

[12] Para uma revisão sobre a semiótica de Umberto Eco, ver *As formas do conteúdo* (São Paulo: Perspectiva, 1974).

isolados ou organizados em sistemas, estruturas, formas de expressão e comunicação. Diz-se a partir de, porque as áreas teóricas que o exemplo utilizado abarca são pontos de partida. Não de chegada. Enfim, o que se quer ressaltar é que não se restringe a importância da reflexão sobre as questões formais dos sistemas de comunicação a tais aspectos do debate.

Não acredito em suficiências, mas em insuficiências de modelos, princípios e conceitos explicativos e constitutivos da vida em sociedade. Tampouco em impermeabilidades; antes, em *osmoses*.[13] Assim, acrescente-se aos modelos de jornalismo os aspectos das estruturas básicas de expressão e comunicação, para ampliar o universo do debate e reforçar a idéia de que não há formas absolutas, tampouco assépticas, neutras, puras, estáticas. Dito de outro modo, não há estruturas vazias. Elas encerram, geram, transformam, correspondem a conteúdos — ou mensagens, significações, valores. Com essa espécie de exemplo-limite, retirado do contexto artístico-cultural, busca-se, enfim, colocar em relevo a crise dos conceitos de neutralidade e objetividade dos signos, dos sistemas, das formas, dos modelos de comunicação, emaranhados que estão com os conteúdos, como evidenciado pela análise dos jornais.

Todavia, do mesmo modo que palavras, formas, estruturas não são neutras, também não são receitas de bom ou de mau conteúdo. E, para além dos modelos de jornalismo praticados, das técnicas de redação empregadas, dos conceitos teóricos aplicados, há que se prestar atenção nas práticas cotidianas do fazer jornalístico, pois elas carregam mensagens, e ainda que tais mensagens não tenham sido programadas pelos emissores do momento, à sua revelia, constituem o real.

Não se deve, pois, negligenciar as manobras de alteração deliberada de mensagens, que, como demonstrado, podem exprimir pontos de vista antagônicos, a partir de pequenas intervenções — o que aponta, ainda, para a importância de não se descuidar dos pontos de enunciação. Mas há também a emissão não-programada, seja em função do uso inábil da língua ou de mecanismos profissionais automatizados — o que está mais próximo da rede de micropoderes composta por repórteres e policiais.

[13] Neste trabalho, utiliza-se *osmose* a partir da apropriação popular do conceito físico-químico, significando "processo de absorção de conhecimento que sugere o da osmose", este, descrito como a "passagem do solvente de uma solução através de membrana impermeável ao soluto" (FERREIRA, 1999, p.858). *Aprender por osmose* significa, portanto, adquirir saberes de modo automatizado, naturalizado, contínuo, que pressupõe "contaminações" ou trocas entre universos, ou grupos, ou ainda campos distintos, sejam eles institucionais, organizacionais ou profissionais.

Resumindo, a articulação entre os extratos retirados do contexto artístico-cultural e os extratos dos jornais confirma potencial e prática performativos dos textos. Atributo, aliás, demonstrado, também, por Pierre Bourdieu (1996b), malgrado as críticas que faz aos lingüistas estruturais.[14] E, na amostra pesquisada, isso ficou mais evidenciado em relação ao conteúdo (da forma) do que em relação à forma (do conteúdo).

As regras invisíveis do jogo

Em relação ao noticiário sobre violências dos três jornais analisados, pode-se dizer que a estruturação do conteúdo está intrinsecamente relacionada com fontes institucionais de informação. Este modo de operação, numa perspectiva, provoca a padronização dos discursos, os quais carregam mensagens hierarquizadas e hierarquizantes de dominação — dentre outros problemas apontados pela análise macrossociológica, que será mais detalhada no terceiro capítulo.

São problemas evidenciados a partir mesmo da confirmação de que a principal fonte de informação desse tipo de noticiário é a Polícia. O fato é preocupante, porque a univocidade, no mínimo, obscurece a relatividade dos pontos de vista. E, neste caso, são pontos de vista de partes em confronto físico. Isso, na melhor das hipóteses, porque há indícios, nas amostras, de assassinatos "sumários"[15] cometidos por membros das corporações policiais — as mesmas que relatam as circunstâncias das mortes e o perfil das vítimas.

Entretanto, como já demonstrado, a análise aponta para algo mais que conseqüências pontuais, localizadas, como o acobertamento involuntário de crimes esporadicamente cometidos por policiais. Este tipo de indício, levantado a partir de um olhar microssociológico, conduz a perspectivas mais amplas da problemática, como a prática *rotinizada* de forjar a universalização do ponto de vista de um aparelho de Estado historicamente subordinado às classes dominantes — que pode, por exemplo, encobrir políticas de extermínio.

[14] Importante ressaltar, aqui, que a crítica de Bourdieu (1996b) a Saussure é centrada no modo como este estudioso trata a língua, dissociado do *modus operandi*, negligenciando o fato de que tais estruturas são, também, construções sociais. Mas não há clivagem entre ambos no sentido aqui ressaltado: o do aspecto performativo das estruturas lingüísticas.

[15] O jargão policial é usado, aqui, para remeter imediatamente ao sentido do assassinato sem chances de defesa.

Uma outra dimensão da problemática foi desenhada a partir da confirmação do uso de boletins de ocorrência para estruturar os textos dos jornais. Uso que, em si, não se constituiria em problema, não fosse o modo acrítico, obscurante, com que as informações são transcritas para o noticiário — o que, no mínimo, tem efeito mitigador das distorções geradas pelas mediações de fontes pertencentes a um aparelho repressivo de Estado controlado por uma classe social em confronto físico & simbólico com outra.

Um terceiro plano de problemas configurou-se a partir da descoberta, no decorrer do levantamento de dados, de que, na maioria dos casos analisados, o uso de boletins de ocorrência não é claramente explicitado pelos autores dos textos. Como numa espécie de *game*, a fonte de informação é revelada de modo cifrado — e só quem sabe a *senha* consegue participar plenamente da partida noticiosa.

Assim, para os que não conhecem as regras (invisíveis) do jogo, o distanciamento que o narrador tem da cena do crime é mascarado pelo simulacro de "relato direto". Ao esconder o dado de que o real ponto de enunciação não é o jornalístico, mas o de um aparelho estatal diretamente envolvido nos acontecimentos narrados, confere-se ao noticiário um ilusório atestado de autenticidade e veracidade, tirando do leitor, no mínimo, um direito básico, relativo ao setor da informação: o direito da dúvida.

Poderia argumentar que o exercício da profissão jornalística pressupõe, dentre outros cuidados e obrigações, a checagem de dados fornecidos por instituições oficiais.[16] E que, portanto, ao subscrever as informações fornecidas pela esfera policial, os repórteres do setor dizem ao público leitor, subliminarmente, que cumpriram seu papel, quer dizer, que checaram as informações, confrontaram as versões, relativizaram os pontos de vista — o que, neste caso, não corresponde à realidade.

Deste ângulo de avaliação, os repórteres não só estariam abdicando da tarefa que o código de ética da profissão lhes confere. Estariam fazendo de conta que a estariam cumprindo — o que é um fato. Mas um fato visto de uma perspectiva microssociológica. Isso porque as evidências levantadas pela

[16] O *Código de ética dos jornalistas* especifica, no parágrafo II, artigo 7º: "O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação"; no parágrafo III, artigo 14: "O jornalista deve: a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas" (CONGRESSO NACIONAL DE JORNALISTAS, 1985).

análise das amostras dos três jornais apontam para problemas que exigem um olhar que vá além da caixa de ferramentas profissional.

Mimetismos de classe

Finalizando, são perceptíveis, neste plano da análise do noticiário sobre violências, os rastros de vozes dominantes. São falas, porém, intermediadas por agentes de um aparelho repressivo de Estado. Fontes institucionais de informação cujos discursos são camuflados nos dos profissionais encarregados de redigir esse tipo de texto — tanto uns quanto outros, paradoxalmente, em sua maioria, com posições mais próximas, em termos socioeconômicos e culturais, das classes subalternizadas.

Pode-se dizer, portanto, que a esfera da comunicação, nesse setor, não só guarda homologia com a esfera social, mas a (re)produz, de modo automatizado, eficiente e relativamente harmônico. Ao fundir suas respectivas vozes, por exemplo, os micropoderes representados por repórteres e policiais estão, em verdade, viabilizando o mimetismo de vozes de macropoderes, ou, em outros termos, colocando em funcionamento mecanismos invisíveis de *continuum* colonial.

Relacionado, de modo evidente, nas amostras aqui analisadas, à escassez de profissionais para redigir esse tipo de noticiário, dentre outros fatores, esse *modus operandi* obscurece a passagem sub-reptícia de discursos performativos desfavoráveis aos já menos favorecidos em termos socioeconômicos e culturais que povoam, preferencialmente, as páginas de “Segurança” e “Polícia” dos três jornais. E ativa engrenagens ideológicas francamente favoráveis aos já mais favorecidos.

O trabalho de legitimação da ordem estabelecida
fica extraordinariamente facilitado
pelo fato de se efetuar de maneira quase automática
na realidade do mundo social.

Pierre Bourdieu

ESTAMPAS DO ESCRAVISMO

> Recém-formada em Enfermagem, mudei-me para Salvador, achando que seria um local onde não enfrentaria preconceito. Fiz teste em vários hospitais da cidade. Quando era chamada, porém, davam uma desculpa, e eu não preenchia a vaga. Perguntava o motivo, diziam que não podiam revelar, ou que meu "perfil" não havia sido aprovado. Numa das vezes, disseram que eu poderia assumir a função, mas teria que alisar o cabelo...
>
> *Ednara Macêdo*[1]

A análise dos três diários impressos de maior circulação de Salvador colocou em relevo, no noticiário especializado em violências, uma *performance* jornalística que guarda relação mimética com práticas coloniais e escravistas de extermínio. Entretanto, é uma *performance* que se realiza de modo automatizado, em estreita vinculação com a forma de produção cotidiana das notícias.

São procedimentos rotinizados e operados por profissionais das redações, a partir de conhecimentos do campo e relações com fontes institucionais de informação. Mecanismos invisíveis, aqui expostos a partir da constatação e do esquadrinhamento de um modelo uniformizado de difusão de atentados contra a pessoa, no qual está embutida uma hierarquia noticiosa com características análogas à hierarquia socioeconômica e cultural do quadro social.

[1] Depoimento colhido em maio de 2007.

A uniformização desse tipo de noticiário foi exposta pelo índice considerável de coincidências na estrutura dos textos dos jornais pesquisados. Coincidências traduzidas, dentre outros vestígios rastreados, pela freqüência com que os três veículos elegem, concomitantemente, determinados eventos violentos e os transformam nas notícias principais do dia sobre o assunto.

A hierarquia noticiosa, por seu turno, foi evidenciada por três bem definidos patamares de prioridades, estabelecidos a partir de componentes socioeconômicos, corporativos e culturais. O primeiro, exposto a partir da constatação de que sempre que uma vítima mais favorecida sofreu uma violência virou notícia principal — ainda que a violência tenha sido consideravelmente menos grave do que as sofridas por vítimas menos favorecidas, no mesmo dia.

A escala corporativa pôde ser percebida, dentre outros sinais, pelo tratamento editorial dispensado aos crimes cometidos por e contra policiais. Nas edições em que todas as ocorrências com óbito foram contra vítimas menos favorecidas em termos socioeconômicos, e entre tais vítimas estavam policiais, o crime contra estes virou notícia principal; quando os policiais cometeram o crime, não. A não ser quando a agressão, ainda que leve, foi cometida contra vítimas mais favorecidas.

No terceiro patamar da hierarquia está a dimensão cultural, evidenciada, por exemplo, pelo tratamento diferenciado em relação às vítimas com suspeição e sem suspeição — aquelas sobre as quais pesa acusação de envolvimento em crimes ou atividades socialmente condenáveis e aquelas sobre as quais não há tais registros nos jornais. À exceção de um policial, que teria feito uso inadequado da força antes do evento fatal, nenhuma vítima de homicídio com algum tipo de suspeição mereceu destaque do noticiário.

E é desse patamar hierárquico que emerge um dos mais importantes aspectos observados no noticiário sobre violências: o racial.[2] Antes, porém, de explorar esta perspectiva de modo mais amplo, é importante ressaltar a interdependência das narrativas midiáticas e do quadro social, bem como o papel dos agentes no processo de estruturação de tais narrativas — a come-

[2] Como explicado na Introdução, *raça* (e termos correlatos) é usado, aqui, não como categoria científica, mas como uma construção política e social que acumulou, ao longo da história, uma carga de problemas sobre os quais é preciso refletir (HALL, 2003c, p.60), o que está entre os propósitos deste trabalho.

çar pelos repórteres e policiais, cujas vozes misturam-se, fundem-se e constroem o noticiário sobre o assunto nos três jornais analisados.

Relações produtoras de *continuum* colonial

Como visto no segundo capítulo, a instituição policial é a fonte preferencial, quase única, de informação sobre violências, na amostra analisada. Mas essa condição não fica clara para os leitores — o que confirma e, ao mesmo tempo, extrapola os dados de pesquisas anteriores, realizadas por instituições que se dedicam à análise do noticiário sobre o assunto nos veículos brasileiros de comunicação.

Foi verificado, também, que tanto as principais fontes (policiais) quanto os principais difusores (repórteres) desse tipo de informação produzem e emitem um determinado discurso, quando as vítimas das violências são menos favorecidas em termos socioeconômicos, em contraponto a outro tipo de discurso, quando se trata de vítimas mais favorecidas — aspecto que evidencia a participação dessa rede de micropoderes na construção de um noticiário hierarquizado e discriminatório.

É nítida, portanto, a vinculação entre o padrão noticioso identificado nas amostras e esse plano básico, elementar, de relações. Não significa, contudo, que seja traçado apenas a partir desse plano. Pelo contrário. Há sinais, nas amostras, de construções textuais determinadas por domínios superiores aos dos repórteres e policiais, isto é, por macro e mediopoderes. Sejam eles representados por chefes políticos, redatores, editores, diretores ou empresários de comunicação.

Em outros termos, os poderes centralizados e verticalizados, relacionados com o setor econômico ou a esfera político-partidária, têm papel definidor nos discursos noticiosos — o que não equivale a dizer que tais discursos sejam estruturados a partir da emissão linear, centralizada, verticalizada de enunciados. O que as amostras evidenciam é um noticiário gerado a partir de uma teia multidimensional de relações, conhecimentos e práticas permeada por condicionantes socioeconômicos e culturais. Retomem-se algumas evidências.

Na edição-referência 5, há um vestígio de macroinfluência, manifestada ante a ameaça de descrença em relação à instituição policial. Na narrativa sobre uma agressão contra médicos, é inequívoca a tentativa de minimizar a distorção do sistema de segurança pública, por parte do *Correio da Bahia* — jornal vinculado ao grupo político-partidário que então controlava os aparelhos de Estado, apoiando as ações do Poder Executivo na Bahia.

> Cerca de dez homens, supostamente policiais militares, causaram pânico ao invadir a emergência do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS), anteontem à noite, e agredir fisicamente um dos médicos, ameaçando outros funcionários [...]. O caso foi registrado na 11ª Delegacia (Tancredo Neves) e também deve ser comunicado à Corregedoria da PM [...]. PMs e agentes civis que estavam de plantão no posto policial do hospital tentaram conter os ânimos.
>
> (*Correio da Bahia*, 7 nov. 2005, p.7.)

A estratégia é realçada pela comparação com o texto de *A Tarde*:

> Cerca de dez homens, quase todos policiais militares, criaram um grande tumulto no ambulatório do Hospital Geral Roberto Santos (HRS), na noite de sábado [...]. Um tenente da Rondesp, identificado apenas como Vladimir, prometeu aos médicos que levará o fato a seus superiores.
>
> (*A Tarde*, 7 nov. 2005, p.8.)

É importante ressalvar que, não obstante esse tipo de sinal, a análise geral das amostras aponta para a diluição dos efeitos das interferências diretas do poder político-partidário na produção editorial do *Correio da Bahia*, ao demonstrar que, em relação às violências mais próximas do plano físico, a estrutura noticiosa cotidiana do jornal não difere, expressivamente, dos demais. É sinal, portanto, de que há um desvio em relação à idéia de que o veículo espelha, tão só, o discurso do grupo que o controla — o que sinaliza para a relativa autonomia da esfera dos *mass media* de que falam alguns autores (TRAQUINA, 2005a; HALL et al., 1993).

Não quer dizer, porém, que o discurso final emitido por esses *media* — aqui, micro e mediopoderes — esteja em desacordo com os interesses desse e dos demais grupos que controlam os outros jornais sob análise.

A harmonia rotinizada da produção noticiosa sobre esse tipo de evento violento é um indício em sentido contrário, ou seja, de que a (re)produção de subjetividades serve aos interesses dos que estão no ápice da pirâmide social — os mesmos que controlam os meios de comunicação social.

Em *Por que as notícias são como são*, Traquina (2005a, p.153) chama a atenção sobre o modo como, na maioria das redações, os recém-chegados aprendem a linha editorial dos jornais: por *osmose*. E de como este processo naturalizado de absorção é estruturado por meio de uma sucessão de recompensas e punições. Assim, o adestramento dos profissionais à política dos veículos de comunicação se dá, em geral, sem a necessidade de enunciados diretos, emitidos, verticalmente, a partir de um ponto localizado, fixo, identificável.

Incorporadas desse modo, as regras dos macropoderes são automaticamente embutidas nas atividades diárias dos micropoderes dos meios de comunicação. Os limites de ação no campo da comunicação de massa seriam estabelecidos pelos "definidores primários" (poderes econômicos), cabendo aos "definidores secundários" (*mass media*) respeitá-los (HALL et al., 1993, p.230) — o que é um fato, exposto pela análise das amostras dos jornais. Fato, contudo, como sinalizam os próprios autores, não absoluto.

Levada ao extremo, tal concepção deixaria de fora, como lembra Traquina (2005a, p.175-179), a relativa autonomia dos jornalistas em relação aos macrocontroles diretos, sejam eles políticos ou econômicos. E é justamente nesse intervalo que está a possibilidade de ação e de transformação — o que só é possível por meio da tomada de consciência sobre os processos automatizados, rotinizados, invisíveis, como os que estruturam as narrativas sobre violências nos citados veículos de comunicação.

Narrativas — ou (re)produções simbólicas — que, à revelia da rede de micropoderes situada na base da estruturação do noticiário, funcionam como enunciados ideológicos e, portanto, como instrumentos potenciais ou efetivos de dominação. Uma dominação exercida por meio de violências nos planos físico e simbólico que se retroalimentam e fortalecem um *continuum* degradante, injusto, com nítidos condicionantes socioeconômicos e culturais — ou melhor, "raciais".

Significativamente, outro vestígio de participação dos macropoderes na estruturação do noticiário sobre violências identificado nas amostras diz respeito ao fator econômico, traduzido pela participação de poucos profissionais na produção de textos sobre uma dimensão extensa e complexa da vida social. Uma escassez que ficou patente nos diversos níveis de análise, seja pelas poucas assinaturas registradas, seja pela recorrência de algumas delas nas páginas das editorias especializadas — muitas vezes, com o noticiário do dia sustentado por um único repórter.

É perceptível o maior investimento de *A Tarde* nessa vertente produtiva do noticiário. No *corpus* final de textos, chegou-se a computar a assinatura de mais de três repórteres por página escrita do jornal. São, todavia, ocorrências esporádicas, motivadas por acontecimentos extraordinários, no sentido estrito da palavra. No cotidiano noticioso, a maior parte da produção diária é creditada a um repórter, o mesmo ocorrendo com a *Tribuna da Bahia* e o *Correio da Bahia*, sendo que, neste último, a escassez no setor foi ainda mais exposta: apenas um profissional assina as páginas da amostra final.

Na prática, tal quadro de insuficiência de recursos humanos limita a possibilidade de aprofundamento das reportagens, relativizando a responsabilidade dos micropoderes representados pelas redes produtora (policiais) e difusora (repórteres) de informação sobre violências que constroem o noticiário dos três jornais. Relativiza, mas não anula. Em resumo, a responsabilidade dos macropoderes no modo de estruturação do noticiário sobre violências é evidente, mas não unívoca, homogênea, absoluta.

Outra manifestação de poder alheio à rede de policiais e repórteres flagrada nas amostras também perpassa o aspecto político, mas em outro nível que não o partidário. Ela se dá no âmbito da hierarquia profissional e é evidenciada pela presença, entre as notícias secundárias, de textos que poderiam ser as notícias principais do dia. Um dado que aponta para a interferência da chefia na eleição da notícia a ser valorizada em termos editoriais e confirma a participação dos que, aqui, são considerados mediopoderes na estruturação desse tipo de noticiário.

Tais rastros noticiosos evidenciam, de forma inequívoca, o papel estruturante dos macro e mediopoderes nesse tipo de narrativa. Papel, porém, que precisa ser descolado de outros, para que seja possível a visualização das responsabilidades específicas dos agentes no campo de luta da comunicação. E a ação automatizada dos repórteres, em estreita relação com as fontes institucionais de informação, tem efeito determinante na construção desse tipo de texto, como aqui exposto, principalmente, no segundo capítulo.

É um nível de microrrelações que, na prática cotidiana, configura-se poderoso, por estar próximo das informações primárias sobre violências. E os textos das amostras analisadas dão pistas nesse sentido. Na maioria das notícias secundárias, por exemplo, os dados sobre as ocorrências violentas são exíguos, mínimos, o que, no dia-a-dia corrido das redações, inviabiliza a elevação dos eventos descritos à condição de notícias principais. Há, pois, performatividade flagrante em nível de chefia, mas de reportagem também.

É necessário ratificar que o que se deseja com esta reflexão é evidenciar o modo como se processa a performatividade da teia de poderes no campo, chamando a atenção para a importância de não se negligenciarem aspectos ainda não problematizados pelos debates sobre a construção social das notícias no trabalho de rastreamento de engrenagens estruturantes do noticiário sobre violências. Na corrida contra o tempo, por exemplo, a maior ou menor oferta de dados pode determinar o lugar desta ou daquela ocorrência na estrutura do noticiário.

As práticas ordinárias aqui descritas sobrevivem, sem grandes turbulências, por não contrariarem macrointeresses, reproduzindo, de modo naturalizado, automatizado e pacificado, a hierarquia do quadro social. Ao fim e ao cabo, tais fazeres, pretensamente destituídos de ideologias, constituem-se em vetores de idéias, pontos de vista, valores escravistas.

Ao mesmo tempo que relativiza a responsabilidade da esfera intermediária de poderes sobre a face cotidiana desse tipo de noticiário, os rastros das amostras apontam para uma margem não desprezível de independência dos micropoderes em relação às médio e macrodeterminações diretas. Espaço de luta, de possibilidade de transformação, que vem sendo declinado. E o

alinhamento acrítico dos jornalistas ao *modus operandi* de coleta de dados e redação de textos o atesta.

Como analisado no capítulo "Vozes ocultas", os repórteres incumbidos de relatar as violências não apenas dão preferência às fontes policiais de informação, mas ocultam os discursos de agentes pertencentes a aparelhos de Estado encarregados pela repressão a crimes. Isso equivale a apagar as mediações institucionais, assumir tais vozes e operacionalizar o mimetismo dos discursos daqueles que detêm o controle de tais aparelhos, e que aqui são chamados de macropoderes.

São, enfim, práticas que carregam saberes e poderes, resultantes que são de processos e lutas que constituem os conhecimentos, como enunciado por Michel Foucault, em *Vigiar e punir* (2005c, p.27). Ideologias que provocam efeitos na vida cotidiana, a partir da microesfera de produção noticiosa. Das amostras analisadas, por exemplo, saltam discursos estruturais que privilegiam a exceção — as "vítimas ocasionais" das violências, em detrimento das "vítimas preferenciais".

E o privilégio da exceção é uma característica que tem vinculação com determinados critérios de noticiabilidade empregados na produção de notícias, como o "fator surpresa", nitidamente vinculado ao mercado da comunicação, ou aos macrointeresses. Um saber-poder que gera conseqüências na vida cotidiana, traduzidas, por exemplo, no estabelecimento de políticas públicas de segurança para a exceção — as "vítimas ocasionais" das violências.

Institui-se, desse modo, um vicioso "círculo de reprodução simbólica" (BOURDIEU, 2005, p.153) dos valores dominantes — isto é, da minoria da população. Círculo que produz efeitos bem mais perversos do que o do citado exemplo, com o decorrente agravamento do quadro de violências próximas à dimensão física na capital baiana. Isso em função da inevitável performatividade dos meios de comunicação de massa em relação a um grave problema de saúde pública, que tem provocado a redução da população masculina no País (IBGE apud FOLHA PRESS, 2005).

O perfil das "vítimas preferenciais" de homicídio evidencia o componente simbólico do quadro de violências físicas em Salvador e sua Região Metropolita-

na. Violências cotidianas, cometidas contra pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos e culturais, banalizadas pelos jornais sob análise, que perpetram, com isso, uma violência simbólica, configurada, ainda, a partir do modo diferenciado, ou positivamente discriminado, com que as "vítimas ocasionais" — as mais favorecidas — são tratadas, em termos editoriais.

Fecha-se, desse modo, um outro circuito perverso: trançadas com as violências no plano simbólico, as violências no plano físico são noticiadas de modo simbolicamente violento, com nítido escalonamento socioeconômico e cultural, gerando representações no imaginário que contribuem para constituir o quadro social supostamente apenas relatado. Em outros termos, esse tipo de narrativa cristaliza estereótipos em relação aos menos favorecidos, o que significa (re)alimentar as violências (nos dois citados planos) contra este segmento da população.

É um circuito que se pode percorrer a partir de pensadores como Clifford Geertz (1978), Cornelius Castoriadis (1995) e Pierre Bourdieu (2001), cujas convergências teóricas são analisadas, dentre outros, por Pedro Paulo Oliveira (2005). Sob perspectivas diferentes, mas demonstrando, sempre, a complementaridade das análises sociológica e psicanalítica, tais autores realçam os fios que entrelaçam natureza & cultura, imaginário & representação, corpo físico & psique, consciente & inconsciente, *bios* & *socius*,[3] indivíduo & corpo social.

> Entre o padrão cultural, o corpo e o cérebro, foi criado um sistema de realimentação (*feedback*) positiva, no qual cada um modelava o progresso do outro, um sistema no qual a interação entre o uso crescente das ferramentas, a mudança da anatomia da mão e a representação expandida do polegar no córtex é apenas um dos exemplos mais gráficos. Submetendo-se ao governo de programas simbolicamente mediados para a produção de artefatos, organizando a vida social ou expressando emoções, o homem determinou, embora inconscientemente, os estágios culminantes do seu próprio destino biológico. Literalmente, embora inadvertidamente, ele próprio se criou (GEERTZ, 1989 apud OLIVEIRA, P. P., 2005).

Corpo e cérebro, ou sistema nervoso central, portanto, estariam em contínua interação, sob mediação de padrões culturais que incluem os pla-

[3] A expressão, retirada de formulações filosóficas de Deleuze e Guattari, na apropriação de P. P. Oliveira (2005), buscou recobrir a idéia de um espaço-processual ou processo-espacializante dinâmico, intangível, mas efetivo, que compreende todos os objetos da vida social (pessoas, outros agentes, leis, instituições, símbolos, valores etc.).

nos físico (as ferramentas, por exemplo) e simbólico (suas representações). Planos, eles próprios, como evidenciado por Geertz, construídos nesta interação.

De modo similar, Castoriadis (1995, p.142-168) demonstra que o mundo "social-histórico" está "entrelaçado com o simbólico", mas que não se encerra nele, e trança teias entre estes dois planos e a dimensão do imaginário. O filósofo grego considera que a diferença entre natureza e cultura é "um mundo de significações", quer dizer, um mundo de símbolos, de representações. Mas este mundo, por ele denominado de "rede simbólica", não é dado, é construído a partir de um "imaginário radical", traduzido como a capacidade criadora do homem. E este "imaginário radical", expresso no plano do simbólico e sancionado socialmente, é igualmente inacabado e permanentemente (re)elaborado pela "rede simbólica" que institui.

Em direção convergente, Bourdieu (1996b, p.139-140) diz que há uma "relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social", o que, como lembra P. P. Oliveira (2005), pode ser percebido a partir dos conceitos operatórios de *habitus* e campo — o primeiro, mais próximo do agente, do *bios*; o segundo, do coletivo, do *socius*. Conceitos esses intermediados pela *illusio* do sociólogo, que guarda relação análoga com o imaginário instituinte de Castoriadis.

> Tanto se pode dizer que os agentes tiram partido das possibilidades oferecidas por um campo no intuito de exprimirem e de saciarem suas pulsões e desejos, eventualmente sua neurose, como dizer que os campos utilizam as pulsões dos agentes, constrangendo-os à submissão ou à sublimação, fazendo-os se dobrarem diante das estruturas e finalidades que lhe são imanentes. Na verdade, os dois efeitos ocorrem em cada caso, decerto, em proporções desiguais, conforme os campos e os agentes e, desse ponto de vista, poder-se-ia descrever cada forma singular de um *habitus* específico (de artista, de escritor ou de erudito, por exemplo) como uma "formação de compromisso" (no sentido de Freud). (BOURDIEU, 2001, p.200).

Fica, desse modo, evidenciada "a transitividade contínua" (OLIVEIRA, P. P., 2005) entre natureza, cultura e psique, ou entre indivíduo, *illusio* e cole-

tividade, ou ainda entre os mundos mental, social e das representações, bem como entre o que é considerado como físico, como simbólico e como imaginário, sem querer, obviamente, estabelecer relações lineares entre tais conjuntos de planos e dimensões. O movimento incessante, pluridirecional e multidimensional entre tais sistemas desautoriza separações ou ligações mecânicas entre eles.

Examine-se o plano simbólico no campo da comunicação midiática.

O poder performativo das mídias

O aspecto performativo das notícias dos jornais, bem como de suas engrenagens produtivas, é evidenciado a partir de reflexões sobre as representações em geral e sua simbiose com a vida social, que avalizam o caráter não-neutro de toda e qualquer narrativa. Em *O poder simbólico*, Bourdieu (2005, p.145) demonstra como "as relações de força objetiva tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólica, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força". Em outros termos, o sociólogo expõe como determinadas configurações sociais tendem a reproduzir-se nas representações (ou simbologias), as quais contribuem para perpetrar tais configurações. Aproximando o círculo do objeto da presente pesquisa, foi possível evidenciar como o quadro de violências mais próximas do plano físico tende a reproduzir-se nas narrativas midiáticas sobre o assunto, e como tais narrativas contribuem para (re)produzir o quadro de violências mais próximas do plano físico que pretensamente apenas refletiria.

São vários os estudos que corroboram com a teoria. Em *Microfísica do poder* (2005b), por exemplo, Foucault demonstra que os enunciados científicos carregam, a despeito de sua sempre evocada assepsia, sistemas de idéias, valores, opiniões, crenças. Produzem, portanto, subjetividades, que repercutem, em maior ou menor escala, no quadro social. Homi Bhabha lembra, em *O local da cultura* (1998, p.25), que as grandes narrativas conectivas do capitalismo dirigem mecanismos de reprodução social, apesar de, como pontuado por Edward Said na introdução de *Cultura e imperialismo* (1995, p.14), poucos terem consciência disso:

> Muitos humanistas de profissão são [...] incapazes de estabelecer a conexão entre, de um lado, a longa e sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista, o domínio imperial e, de outro, a poesia, a ficção e a filosofia da sociedade que adota tais práticas.

Em *Representações do intelectual*, Said (2000, p.77) promove um alerta sobre o cunho ideológico da linguagem "específica" de pensadores, especialistas, peritos; dos dialetos técnicos que, por vezes, escondem ações perversas, endossam extermínios, legitimam processos de dominação, sublimam genocídios. E o noticiário sobre violências, como visto, não está imune a tais *performances*, a partir mesmo da linguagem utilizada, como evidenciado pelo uso indiscriminado do termo "execução".

Nelson Traquina (2005a, p.145-201) é um dos pensadores do campo da comunicação que avalizam que as notícias, por mais objetivas que sejam, são construídas e, simultaneamente, constroem realidades; que, enquanto construções, estão imbricadas com as relações de produção, a partir de aspectos organizativos do trabalho; e que, enquanto construtoras, (re)produzem tais relações. Uma reflexão que expõe o caráter ideológico, classista e paralisante do jornalismo-puro-espelho, em contraponto ao jornalismo-construção. De acordo com a teoria do espelho, as notícias "são como são" porque refletem a realidade, o que Traquina rejeita, por considerá-la "pobre e insuficiente" (2005a, p.149). Contudo, não nega seus efeitos sobre o quadro social. Segue as teorias construcionistas, tanto as estruturalistas quanto as interacionistas, que, embora admitindo que as notícias são uma espécie de índice do "real", dão vida ao acontecimento, e, desse modo, constroem o acontecimento — ou o "real".

O paradigma é compartilhado por vários outros pesquisadores da atualidade, como Clóvis de Barros Filho e Luís Mauro Sá Martino (2003, p.210), para os quais "o hábito cotidiano, objetivado no discurso, é o elemento propulsor da racionalidade social"; ou Muniz Sodré (1992, p.80), para quem "o sistema de informação (meios de comunicação e teletecnologias informacionais) impõe-se contemporaneamente como o lugar central de produção do real do Ocidente moderno".

A análise das amostras dos jornais corrobora com a perspectiva construcionista-estruturalista, ao demonstrar que o noticiário é resultante de um processo complexo de interação entre agentes (HALL et al., 1993) — no caso aqui analisado, das esferas midiática e policial. E incorpora o ponto de vista das teorias organizacionais, ao destacar, por exemplo, a vinculação entre a qualidade do noticiário sobre o assunto e o quadro de agentes (ou posições de agentes) encarregados de produzi-lo.

Sanciona, por fim, a idéia de que mecanismos estruturantes são também estruturados, transportando visões de mundo, que, no caso aqui analisado, são impostas a partir de operações que Bourdieu (2005, p.11) chama de "domesticação de dominados". Todavia, como os construcionistas-interacionistas, compreende que o campo midiático pende para os dominantes, mas valoriza os espaços de luta dos dominados (TRAQUINA, 2005a, p.201), o potencial que têm para virar o jogo.

Racismos institucionalizados

Não obstante o vírus (ou embrião) da democracia racial, inoculado (ou semeado) na sociedade brasileira por Gilberto Freyre (2000, 2004, 2005), os mecanismos coloniais de dominação permanecem entrelaçados com a questão racial. E isso é (re)produzido pelos jornais, como evidenciado pela presente análise de conteúdo do noticiário especializado em violências dos três diários impressos de maior circulação da capital baiana.

O fator racial impõe-se a partir da eloqüência dos dados: nas amostras analisadas, todas as pessoas assassinadas que tiveram as características físicas identificadas são negras ou mulatas — classificadas, aqui, para operacionalizar o levantamento quantitativo, de afro-descendentes. E a maioria do jornalismo praticado em relação a tais vítimas é o de mínimo esforço editorial. Paradoxalmente, as únicas ocorrências sem óbito contra vítimas com características físicas identificadas que receberam tratamento editorial diferenciado foram relativas a pessoas brancas, codificadas, no levantamento quantitativo, como de outras etnias.

Como evidenciado, é insustentável o argumento de que a mídia é puro reflexo do quadro social. Portanto, a partir da articulação dos dados acima citados, é possível afirmar a performatividade dos jornais analisados em relação a esse aspecto crucial do noticiário — de que, no mínimo, esse tipo de texto produz representações desvalorizadas e desvalorizantes das vítimas preferenciais das violências. Em sua maioria absoluta, pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos e afro-descendentes.

O que se quer enfatizar é que não há evidência de vinculação mecânica, intencional, entre o noticiário negativamente discriminatório e as vítimas afro-descendentes, mas que se pode estabelecer uma homologia entre a hierarquia noticiosa e a hierarquia racial, sobre a qual o pesquisador Jeferson Bacelar (2001, p.7) cobra atenção. Hierarquia que aprisiona o negro "nas tramas de um processo que lhe é, a todos os títulos, desfavorável, com prejuízos permanentes a uma prática de cidadania". E tramas com engrenagens nem sempre visíveis.

Um parâmetro técnico da atualidade ilustra tal condição: de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), os pretos com formação universitária, em Salvador, não conseguem ter remuneração equivalente à dos brancos nas mesmas condições — o que aponta para o fato de que a escolaridade condiciona o acesso à renda, mas a discriminação racial, conseqüência da formação histórica e econômica do País, é fator determinante nesse condicionamento.

Ainda de acordo com o IBGE (2000, 2004), Salvador é a cidade com maior contingente de pretos e pardos do País: 80% do total da população. E como evidenciado pela análise, os dados sobre os homicidas, apesar de escassos, apontam para a probabilidade de que, do mesmo modo que ocorre com as vítimas de homicídio, a maioria agressora seja também afro-descendente — isto é, composta por negros e mulatos.

Em termos socioeconômicos, os perfis dos agressores e das vítimas afro-descendentes das violências próximas ao plano físico identificados nas amostras pesquisadas são também coincidentes: em sua maioria, menos favorecidos. As violências físicas perpetradas por e contra este grupo étnico-cultural, por-

tanto, estão intrinsecamente relacionadas com a violência da falta de oportunidades. Violência imposta por uma minoria situada no ápice da pirâmide social, e que é não-negra.

É relevante pontuar que os dados das amostras dos três jornais, isoladamente, não autorizariam acusar a coexistência declarada de guerras nos planos simbólico e físico em Salvador. Os números levantados a partir do grupo de textos selecionados dizem muito, mas não dizem tudo. A articulação dos dados do levantamento quantitativo com parâmetros técnicos da atualidade, contudo, permite asseverar a presença de tais conflitos na capital baiana. Só que de modo sub-reptício. E ambas as guerras[4] têm base socioeconômica, mas carregam traços em branco & preto, evidenciados, também, a partir de dados do IBGE. Números que expõem engrenagens que beneficiam os já favorecidos (não-negros) e dificultam a saída dos negros de posições menos favorecidas. Em outras palavras, uma violência, no plano simbólico, de uma minoria não-negra contra uma maioria negra, que alimenta as violências físicas — perpetradas e sofridas, principalmente, por negros.

De qualquer ângulo analisado, os conflitos físicos desembocam na violência simbólica — e, por extensão, física — do racismo. É insustentável, por exemplo, a tese de que um negro que mata outro negro o esteja fazendo pensando na cor da pele de sua vítima. Não quer dizer, porém, que a questão racial não esteja presente na ação. Está, porque entre o negro-agressor e o negro-vítima há elementos propulsores do crime.

Como recurso heurístico para melhor expor o raciocínio, pode-se dizer que nem sempre a mão que aciona uma arma é a única responsável pela morte resultante do ato, porque esta mão pode ser de aluguel. Entre o assassino e sua vítima pode haver um fator que determina esta morte — no caso, um mandante. De modo análogo, pode-se dizer que há "mandantes" de "execuções" de negros na capital baiana. Só que em forma de engrenagens não-visíveis — ou pouco visíveis —, como as expostas pelo IBGE.

É, portanto, uma lógica que decorre não de teses conspiratórias, mas de informações institucionalmente objetivadas. É comum, nos debates sobre

[4] Frise-se que não se está admitindo uma separação mecânica, linear, entre tais planos de guerra, como se depreende do próprio raciocínio aqui desenvolvido. O que se quer com esse tipo de construção é realçar a inter-relação entre os confrontos no plano físico e as violências no plano simbólico.

[5] É importante ressaltar que não significa dizer que os negros tenham o mesmo índice de escolaridade dos brancos, mas que, quando alcançam o mesmo nível, não recebem os mesmos salários.

segurança pública e racismo na cidade do Salvador, argüir-se que a maioria das pessoas assassinadas tem a pele negra porque a maioria da população é negra. O que é um fato. Mas um fato relativizado a partir da análise das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que apontam para determinantes simbólicos das violências físicas.

Segundo o IBGE (2004), na Região Metropolitana de Salvador, o número médio de anos de estudos da população (ocupada e desocupada) é maior entre os brancos; a maioria da população ocupada é branca; a maioria da desocupada, composta por pretos e pardos; aos pretos e pardos são destinados os serviços menos qualificados (construção civil e serviços domésticos); os brancos recebem salários até 2,8 vezes maiores que os pretos e pardos — ou negros e mestiços.

São dados que realçam a perspectiva histórica da questão: a herança da colonização e do escravismo. Dissociados de outros, entretanto, reduziriam a problemática do racismo, creditando os altos índices de desemprego e os postos desqualificados de trabalho à baixa escolaridade dos pretos e pardos — o que é um fato. Mas não absoluto, porque não há argumento sobre limitação educacional que se sustente diante do dado de que, na capital baiana, com a mesma escolaridade e nas mesmas condições de trabalho, os negros tenham remuneração menor que os brancos.[5]

Pode-se dizer, portanto, que presenciamos um prolongamento da capital baiana dos tempos da colônia e do regime escravocrata, que mantém os negros no centro de um sistema de subordinação — sustentado pela falta de condições de escolaridade, pela cor da pele igualmente. Sistema que continua a encher postos policiais, delegacias e institutos médico-legais de afro-descendentes. Na condição de agressores, de vítimas também. E não é um legado histórico passivo. Muito pelo contrário.

Os dados do IBGE revelam que esta herança vem sendo nutrida por teias não-visíveis, que impedem os pretos e pardos de ascenderem socialmente (o que aponta para a importância de políticas públicas compensatórias, como as cotas para negros, ou afro-descendentes, nas universidades). São violências subliminares, mas detectáveis estatisticamente, que criam as con-

dições que favorecem o extermínio de negros, ou afro-descendentes, em Salvador e sua Região Metropolitana.

"Operadores de dominação"

Como demonstra a socióloga Vilma Reis (2005), as violências físicas de negros contra negros estão incrustadas no aparato repressivo do sistema de segurança pública, aparelho de Estado operado por negros, os quais compõem, majoritariamente, os escalões mais baixos da hierarquia policial. Mas é um *exército* de negros comandado por não-negros, os quais ocupam as mais altas patentes das corporações. Há, portanto, marcas de hierarquia racial e de (re)produção social desta hierarquia em nível de macropoderes neste aparelho de Estado — viabilizada pelos micropoderes, porém.

O fenômeno encontra correspondência em reflexões de Foucault, que, no livro *Em defesa da sociedade* (2005a, p.51), demonstra como os "dispositivos de dominação" são acionados por "operadores de dominação", quer dizer, por agentes que se posicionam nas malhas capilares das estruturas sociais, apoiando-se uns nos outros, remetendo-se uns aos outros, às vezes convergindo, outras negando-se, anulando-se, mas mantendo, sempre, tais mecanismos em funcionamento. Engrenagens que "Haiti", de Caetano Veloso,[6] expõe, de modo emblemático:

> Quando você for convidado pra subir no adro
> Da Fundação Casa de Jorge Amado
> Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
> Dando porrada na nuca de malandros pretos
> De ladrões mulatos
> E outros quase brancos
> Tratados como pretos
> Só pra mostrar aos outros quase pretos
> (E são quase todos pretos)
> E aos quase brancos, pobres como pretos,
> Como é que pretos, pobres e mulatos
> E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados

[6] "Haiti", de Caetano Veloso e Gilberto Gil, foi gravada originalmente em *Tropicália 2* (1993).

São posições, ações e relações no âmbito da segurança pública que encontram homologia nas posições, ações e relações do sistema de comunicação midiática. Daí a opção por esquadrinhá-las, descolando atribuições e responsabilidades dos micropoderes em relação a outros, de modo a expor o papel que desempenham na estrutura performativa desse tipo de narrativa. Sem, com isso, negar, ou minimizar, a necessidade de se perscrutarem as macroesferas do campo, como pontua Foucault (2005a, p.51):

> Eu não quero dizer [...] que não há, ou que não se pode atingir nem descrever os grandes aparelhos do poder. Mas eu creio que estes funcionam sempre sobre a base desses dispositivos de dominação.

Voltando aos rastros das amostras pesquisadas, apesar da evidente interrelação entre as dimensões das violências, não há um único posicionamento crítico em relação às brutalidades perpetradas no plano simbólico. O que se percebe é uma estrutura textual que banaliza as agressões físicas, em sua maioria, fatais, contra as vítimas usuais — os negros; e valoriza as violências físicas, nas amostras, sem óbitos, contra os não-negros: não há, por exemplo, no *corpus* final, ocorrências contra pessoas brancas (ou de outras etnias) entre as notícias secundárias.

São construções midiáticas feitas de presenças (ou ênfases) e ausências (ou insuficiências) discursivas que provocam distorções de perspectivas em relação às violências próximas ao plano físico em Salvador e sua Região Metropolitana, e, desse modo, não só refletem, como constroem o fenômeno. Entre as lacunas identificadas nas amostras, está o não-posicionamento crítico em relação ao que os membros do movimento "Reaja, ou será morto. Reaja, ou será morta" denunciam como "negrocídio" (2005). Uma omissão recorrente do noticiário cotidiano, que se alinha, automática e subliminarmente, à "limpeza étnica".

"Guerra das raças"

Tais vestígios, pinçados do aparato repressivo do sistema de segurança pública e das narrativas sobre violências dos três diários impressos de maior

circulação de Salvador, evidenciam a sobrevivência, na contemporaneidade, de racismos institucionais instituídos e instituintes, expondo os mecanismos automatizados que viabilizam a "guerra das raças" de que fala Michel Foucault, na coletânea de textos-aulas publicada sob o título *Em defesa da sociedade* (2005a, p.285-315). No volume que reúne o conteúdo de um curso ministrado no Collège de France, em 1976, o filósofo francês focaliza o nascimento do racismo no Estado Moderno, concretizado a partir da emergência de uma tecnologia de poder denominada de biopoder. Em verdade, uma configuração nova da estatização do biológico, a qual se caracterizava, até o século XVII, pelo direito de "fazer morrer" ou de "deixar viver" os súditos, de acordo com a vontade dos soberanos. Era um direito que se traduzia em "poder de espada", vez que o "deixar viver" era exercido a partir do momento em que o soberano podia matar, ou seja, a partir do poder de "fazer morrer". Entretanto, do século XVIII em diante, o biopoder ocupa-se de "fazer viver" ou "deixar morrer", o que é operacionalizado de modo "silencioso", por meio de intervenções — ou omissões — normativas do Estado. Em outros termos, o biopoder incorpora, no Estado Moderno, o "poder de espada" do soberano, mas de modo indireto. É um poder disciplinar, mas embutido no normativo. Um direito-poder que elimina, simbólica e fisicamente, mas sem agregar o ônus de uma política oficial de extermínio. Assim, aos que merecem viver, são garantidos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde, transporte, educação. Àqueles que podem morrer, tais direitos são negados.

E a clivagem entre os que merecem viver ou podem morrer é construída e legitimada por processos de validação ou aniquilamento de identidades. Processos que incluem a estruturação e a difusão de representações estigmatizadas e estigmatizantes. No caso aqui analisado, narrativas midiáticas(re)produtoras de "classes perigosas", compostas pelos novos "inimigos da Pátria", como denuncia Cecília Coimbra (2001, p.57-61): pessoas pobres, negras, com baixa escolaridade, moradoras dos chamados bairros periféricos.

Personagens que aparecem nas páginas de "Polícia" e "Segurança" como figuras centrais e atuantes, ao contrário do que ocorre nos espaços mais valorizados dos jornais (DALMASO, 2002), reservados aos mais favorecidos.

Lugares-destinos construídos a partir de narrativas cuja performatividade nem sempre é evidente, e que se realiza, muitas vezes, a partir de microrrelações, como exposto pela presente análise e demonstrado, de modo flagrante, por Maria Victoria Benevides (1983 apud COIMBRA, 2001, p.61):

> Numa batida na Cidade de Deus, um bairro do Rio de Janeiro, a polícia prendeu, como suspeitos, 140 pessoas que não conseguiam provar, naquele momento, que trabalhavam. A polícia não encontrou bandidos e todos afinal foram liberados. Mas o delegado deu uma entrevista à imprensa dizendo-se muito satisfeito: 'pelo menos a gente fotografa e ficha eles'. Você fotografa e ficha porque, quando precisar de algum culpado, é fácil. Diz o delegado: 'é claro que *eles* ficam marcados definitivamente, na próxima batida [...], eles já serão considerados pessoas com antecedente, porque eles já estiveram numa batida anterior'. Enquanto não descobre, a polícia fabrica suspeitos e impunemente fornece aos jornais os nomes dos acusados, porteiros de prédios, bombeiros, hidráulicos, pedreiros, empregadas domésticas.

Há indícios, portanto, de que a biopolítica opera, na atualidade, pela eliminação dos indesejáveis, tanto no plano físico quanto no plano simbólico. O "poder de espada" (de "fazer morrer" ou de "deixar viver") é entrevisto nas amostras pesquisadas por réstias de falas claramente emitidas por "operadores" de aparelhos de Estado, reproduzidas por "operadores" de notícias, e que têm no termo "execução" um exemplo emblemático; o "fazer viver" e "deixar morrer", por opções, eleições, prioridades, investimentos e enquadramentos noticiosos.

O "fazer viver" de que fala Foucault é evidenciado, dentre outros vestígios das amostras, pela hierarquia noticiosa que privilegia, editorialmente, as violências não-letais contra vítimas mais favorecidas em termos socioeconômicos e culturais — que correspondem, em sua maioria, aos brancos, ou não-negros. Privilégio este em detrimento das violências letais contra vítimas menos favorecidas — que correspondem, em sua maioria, aos afrodescendentes, ou negros.

Outra presença discursiva das amostras que denota a opção dos *media* pelas "vítimas ocasionais" das violências em Salvador e sua Região Metropolita-

na é o debate sobre alternativas de segurança inacessíveis às "vítimas preferenciais", a exemplo das cercas elétricas e da guarda privada. Não pela preocupação em si com a proteção das moradias dos mais favorecidos (portanto, não-negros), mas pela ausência de igual debate sobre opções para os que estão em desvantagem numa guerra em que a cor da maioria dos mortos é negra.

E enquanto as discussões sobre a proteção dos espaços-redomas ocupados pelos mais favorecidos ganham as manchetes dos periódicos, ante ameaças de invasão, os assassinatos multiplicam-se dentro dos espaços exíguos onde vivem os menos favorecidos, sem correspondente nível de indignação nos jornais. Uma lacuna discursiva favorável à política do "deixar morrer" de que fala Foucault. E que, no caso brasileiro, baiano, soteropolitano, tem nítida vinculação com o processo de colonização escravista.

Na era da tecnologia da informação, os descendentes dos que habitavam as casas-grandes e os sobrados vivem em espécies de *bolhas,* enquanto os dos moradores das senzalas e dos "mucambos"[7] amontoam-se em espaços minúsculos, "anti-higiênicos", vazados, quase *vãos*. Espaços de pobrezas, *invadíveis*, porque rotineiramente invadidos, sem correlativos protestos, como revelam os números extraídos das amostras dos jornais. Um quadro vinculado a narrativas que, como demonstra Coimbra (2001, p.61), constroem "territórios perigosos".

Entretanto, como observa Eneida Leal Cunha (2007), é preciso compreender a especificidade do racismo praticado na capital baiana, "local de produção de eficazes imagens da negritude, da brasilidade afro-descendente, da convivência inter-racial", e, simultaneamente, de práticas de extermínio destes mesmos segmentos étnico-culturais. Um antagonismo que corrobora com a análise do antropólogo Antonio Risério (apud CUNHA, 2007), de que a cultura "negromestiça" não é dominante, mas é hegemônica.

Uma hegemonia, porém, como pontua Cunha (2007, p.6), construída num "contexto de discriminação e extremada violência", como analisado pelo relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) Doudou Diène, em passagem por Salvador em 2005, para colher dados sobre discriminação racial. Em entrevista ao jornal *A Tarde*,[8] o cientista político senegalês compara

[7] A grafia *mucambo*, usada por Gilberto Freyre, é conservada neste trabalho por remeter mais diretamente ao sentido histórico de 'esconderijo de escravos'.

[8] *A Tarde*, Salvador, 22 out. 2005. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=9151>. Acesso em: 6 jun. 2007.

o racismo econômico e social de outros países com o verificado na capital baiana, que considera extremado:

> [o racismo] sempre se traduz por uma violência física, mas não da mesma natureza em que encontramos aqui. O *extermínio* de jovens que são na maioria negros, pobres e que vivem nas favelas e periferias, eu não verifiquei em outros países.

Refletindo sobre a ambigüidade cultural de Salvador, Doudou Diène avalia que a "promoção da identidade africana na Bahia não se traduz na promoção de igualdade no plano político, social e econômico". E resgata uma das dimensões ideológicas da questão, ao lembrar que este tipo de promoção, historicamente, "tem sido utilizada não só para colocar as comunidades em guetos culturais, mas também para disfarçar a ausência de mudança da posição dessas comunidades no âmbito político".

Publicada na editoria de "Local", no mesmo período que as notícias das amostras selecionadas (segundo semestre de 2005), a entrevista com o relator da ONU realça, por contraste, as insuficiências do noticiário especializado em violências das editorias de "Polícia" e "Segurança" aqui analisado. Ao mesmo tempo, reafirma o componente automatizado do discurso produzido por este tipo de editoria, bem como sua localização em baixos patamares da hierarquia dos jornais.

De modo análogo ao que ocorre na vida cultural da capital baiana, as narrativas sobre o assassinato de pessoas pobres e negras só saem do gueto noticioso dos jornais, no *corpus* analisado, dentro do período selecionado, quando um fato extraordinário quebra a rotina hierarquizada e hierarquizante das redações, como o registro de vozes internacionalmente autorizadas. São, contudo, registros esporádicos, como evidenciam as rubricas de "especiais", sob as quais a maioria de tais reportagens é publicada.

No dia-a-dia noticioso, que a leitura sistematizada das amostras buscou reconstituir, as violências são narradas sem a correspondente contextualização do fenômeno, naturalizando, ou vulgarizando, um quadro de extermínios físicos e simbólicos, traduzido, como esquadrinhado pela análise, em *faxina* étni-

ca. Um obituário midiático — e, portanto, performativo — de uma versão contemporânea da "guerra das raças", que os guetos artístico-culturais de Salvador não conseguem mitigar, ou disfarçar.

Cidade de bolhas & vãos

A reprodução de extratos da atualidade sociocultural ajuda a recompor a atmosfera de uma cidade repartida. Um microcosmo tomado pela "guerra de lugares", de que fala José Raimundo de Jesus Santos (2004, p.163), referindo-se ao confronto entre os que vivem no "cativeiro social" dos espaços periféricos, "seqüestrados dos seus direitos, amordaçados em seus sonhos e expectativas", e aqueles que os colocam, simbólica e, portanto, concretamente, na condição de lugares "marginais", ou "perigosos".

Recorra-se a algumas cenas do carnaval de Salvador, registradas nas mídias locais. Pinçadas de períodos anteriores e posteriores ao das amostras dos jornais pesquisados, mescladas com fragmentos do contexto histórico da colonização escravista e confrontadas com ocorrências criminais, permitem visualizar os paradoxos da convivência racial baiana e compreender alguns dos mecanismos que viabilizaram e viabilizam a dominação de uma classe, metamorfoseada em raça, sobre outra.

> — *Quem é você, adivinha...*
>
> Ao soarem os primeiros acordes do bloco, o formigueiro multicolorido agita-se. Braços erguidos, acompanha, em uníssono, as estrofes do velho *hit* carnavalesco. A Cleópatra loura acerca-se da havaiana morena, sorri, estende as mãos, canta a plenos pulmões.
>
> — *...se gosta de mim...*
>
> O Batman barrigudo sai metendo o cotovelo, abrindo caminho (vai sem Robin. Não parece contaminado pela alegria coletiva); a enfermeira de bigode segura a saia da bailarina de pernas peludas e rodopia, rodopia, rodopia...
>
> — *O amor de Julieta* e *Romeu. O amor de Julieta* e *Romeu. Igualzinho ao meu* e *ao seu...*

A luz da câmera de uma TV encandeia a multidão. O samurai vira o rosto, cutuca o baixinho de sunga preta, vai saindo de fininho. O cortejo segue pelas ruas bêbadas de luz, luxúria e som.

O Menino nem-tão-menino-assim Maluquinho entorna a lata de cerveja, joga-a no chão. Um homem abaixa-se, pega o recipiente e sorve-o sofregamente. É negro e esquálido. Veste colete verde numerado e bermuda jeans estilo esfarrapado. No rosto, uma cicatriz.

Após o gesto rápido, furtivo, o moço retorna ao posto de trabalho, junto a outras dezenas de mulheres e homens, quase todos negros e fardados, que margeiam o mundo de fantasia do bloco.

Eles quase não vêem o que acontece à volta. Os olhos de quase todos varrem, ansiosos, o chão. Espreitam latas vazias, que recolhem, amassam e colocam nos sacos de lixo amarrados ao cós da calça.

— *Cadê a Bahia na palma da mão...*

Belo, o coro de palmas que acompanha o refrão. Parece saudar o casal que, alheio aos esbarrões, troca longos e ardentes beijos. Ele vestido de minissaia. Ela, de Superman. O cheiro de lança-perfume já empesta o ar.

O *short* cor de abóbora e minúsculo desenha as formas da garota que se insinua para o cordeiro. Ele — tênis quadriculado, touca de crochê azul — passa as mãos em seus cabelos esticados. Ela tenta entrar na corda. Ele se desculpa. Ela se chateia.

Do lado de dentro, um rapaz louro, de olhos azuis, bermuda florida, sandálias estilo alpercatas e rabo-de-cavalo, tenta acompanhar o ritmo de uma morena cabo-verde. Pernas, corpo, cabeça e braços em descompasso. Ela ri. Faltam-lhe dois dentes.

— *Tem gente de toda cor / tem raça de toda fé / guitarras de rock'n'roll, batuque de candomblé...*

[...]

Um homem pula para o lado de dentro da corda. Os seguranças acorrem, mas ele é mais rápido. Como um raio, corta o bloco e desaparece nas areias da Barra, entre o Porto e o Farol. Uma mulher tenta o mesmo, mas é impedida pelos cordeiros.

— *Ele me roubou, ele me roubou!* (ela desespera-se).

— *Dandalunda maimbanda coquê!*

O refrão da música incendeia a multidão. Dandalunda é uma representação de Oxum, rainha das águas doces e revoltas, como as cachoeiras. No sincretismo religioso, é Santa Cecília, a padroeira da música. Mais afrobaianidade, impossível. Mas os baianos não parecem lá saber o que cantam...

— *Cangalunda daindanda coqueiro!* (um tenta).

— *Bandalunda gaindanda coquê!* (outro repica).

E entre bebês-cotonete, palhaços, *vikings*, freiras, índios, homens das cavernas, vampiros, coelhos, diabos e anjos, a torrente humana chega ao largo do Farol. Do alto de um dos muitos prédios — quase todos silenciosos, de poucas janelas iluminadas — chove papel prateado.

Embaixo, três garotos, braços dados, assistem à celebração. Estão imóveis, sérios, mudos, agarrados uns aos outros. Devem ter entre 7 e 10 anos. São negros, carregam sacos azuis de lixo semicarregados de latas. Estão descalços.

— *Viveeeer e não ter a vergonha de ser feliz...*

O bloco dobra o largo do Farol ao som de Gonzaguinha.[9]

O *flash* é do carnaval baiano de 2003. Foi publicado no jornal *A Tarde* do mesmo ano, sob o título "Alegoria da cidade", uma alusão a "Alegria da cidade", uma das músicas do repertório de Margareth Menezes, que puxa o bloco[10] Os Mascarados. A cantora prega a diversidade étnico-cultural. Entretanto, o entorno da estrela que se impôs como alternativa às manifestações carnavalescas de *apartheid* nos faz refletir sobre formas e cores da cidade do Salvador nos dias atuais.

Margareth Menezes é negra, mas (e a conjunção adversativa é intencional) ocupa o panteão dos artistas da maior e mais popular festa pública de Salvador (da Bahia, do Brasil). Dentro da corda do bloco que comanda, a maioria é branca, ou quase branca, porque sem marcas visíveis — ou presumíveis — de afro-descendência. Fora do cercado, uma grande maioria negra. Visivelmente negra. Protegendo o lado de dentro contra o lado de fora, homens e mulheres negros. Notadamente negros.

[9] VARJÃO, Suzana. Alegoria da cidade. *A Tarde*, Salvador, 3 mar. 2003. Caderno 1, Cidade, p.2.

[10] Os blocos de carnaval são agremiações que saem às ruas, puxadas por trios elétricos (carros de som), distinguindo e separando seus componentes dos passantes por meio de fantasias, em geral padronizadas, e por cordas.

O microcosmo de Os Mascarados revela parte da intrincada rede de relações na capital baiana neste começo de milênio. Exibe sinais de integração cultural. E de discriminação racial e opressão social. Tão fortes que diluem, no contexto festivo, o paralelo que um dia o autor de *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso* (FREYRE, 2005, 2000, 2004) alinhavou, ou possa ter alinhavado, entre democracia racial e democracia social.

A observação direta do fragmento da cena cultural baiana ancora as críticas dirigidas por vários estudiosos da contemporaneidade a esta falsa equivalência freyreana, como observado por Elide Rugai Bastos (2004). E traça um *continuum* entre o passado e o presente da sociedade patriarcal: sob o lema da ordem e do progresso, a mais negra das cidades da República reproduz, no início do século XXI, o exercício de poderes do tempo da colônia, descrito pelo sociólogo em sua trilogia.

É importante frisar que a evidência flagrada na arena carnavalesca não desconsidera a impropriedade de se estender o modelo de dominação patriarcal a outras unidades da Federação, como observado por Sérgio Buarque de Holanda (1993). O que se busca, aqui, é o estabelecimento de nexos entre a Salvador do Império e da Colônia e a capital atual, levando-se em conta que a Bahia é uma "referência emblemática do passado colonial e da herança africana" (MOURA, 2005, p.88).

Na apologia que faz ao "equilíbrio" [sic] social do sistema casa-grande & senzala, Gilberto Freyre descreve em minúcias os jogos de poder entre opressores e oprimidos. Poder em sua versão não "esquelética", para usar, aqui, o conceito de Michel Foucault (2005b, p.8). Poder que não apenas reprime, mas alicia; que, em alguns casos, contenta uma minoria para controlar a maioria; distribui migalhas entre micropoderes, para conservar a maior parte do banquete dos senhores nos trópicos.

E o melhor das migalhas, no Brasil colônia, é distribuído aos escravos domesticados, cristianizados, com feições, modos e costumes mais próximos dos que vivem nas casas-grandes. Aos demais, a esperança de ascensão à condição de "gente da casa" e o tronco. Entretanto, o "mecanismo de acomodação", feito de afagos e chicotadas, caramelos e sangue, garante, segundo

Freyre, o “equilíbrio” do todo social da colônia. Uma “harmonia” (sentida, obviamente, do ponto de vista dominante) que é quebrada na passagem para o sistema imperial.

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, as relações sociais se renovam. Os poderosos do campo mudam-se para a cidade. Em lugar de casas-grandes, sobrados. Em vez de senzalas, “quartos para criados”. E, se o relativo equilíbrio entre escravos “de grife” e senhores já não é o mesmo, as relações entre estes e os negros das senzalas — os inconformados, não-domesticados — deterioram-se significativamente.

Enquanto as senzalas diminuem de tamanho, engrossam as aldeias de “mucambos” e de palhoças, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades. Configuram-se, então, como descreve Freyre (2000, p.234), “contrastes violentos de espaço [...]: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto [...], e as aldeias de mucambos e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também [...], numa angústia anti-higiênica de espaço”.

À medida que os mecanismos de “integração” [sic] social se diluem, os antagonismos se acentuam. E a partir das sobras dos processos de “acomodação” (ou dominação), as violências próximas ao plano físico recrudescem (ou ganham o espaço público) na urbe brasileira. Na circunvizinhança das tensões, surge o carnaval, com a proposta de promover o que este espaço, loteado e elitizado, não permite: a confraternização entre classes & raças; o amortecimento dos conflitos resultantes das relações de subordinação.

Tudo começa com o entrudo. Como alternativa aos luxuosos bailes de máscara que a alta burguesia promove, em recintos fechados, os representantes das classes populares — negros alforriados, em sua maioria — vestem-se de cores berrantes e saem de casa em casa, comendo, bebendo e cantando. Entre um trajeto e outro, envolvem-se em “batalhas”, promovidas, entre outros, com ovos crus, pós-de-arroz e líquidos sujos, malcheirosos — urina, na maioria das vezes. A brincadeira termina, invariavelmente, em pancadaria. Depois de muitos protestos e da tentativa infrutífera das autoridades de acabar com a manifestação por decreto, com multa e cadeia, vem a solu-

[11] Entendidos, aqui, como os cadernos que tratam de artes e variedades.

ção: levar os salões para as ruas. Com o tempo, o entrudo se dissolve. Nasce o carnaval, com suas alegorias, máscaras, fantasias, lança-perfumes, batalhas de confetes e serpentinas.

Mas o fluxo e o refluxo dos processos de "domesticação dos dominados" voltam a comprometer a confraternização carnavalesca. Os espaços públicos da folia são, também, loteados: surgem os cercados de luxo — fixos e móveis; altos e baixos. E as manifestações de violência próximas ao plano físico que, em dias comuns, são confinadas nos guetos, que incluem as páginas sobre assuntos "policiais" dos meios de comunicação de massa, explodem nos palcos da festa e nos cadernos "culturais".[11]

Volte-se à Salvador da atualidade.

— O senhor é autoridade. Tem que ver isso aqui. A minha gente tá apanhando, ministro!

O brado é do cantor, compositor e percussionista Carlinhos Brown. E acontece no carnaval de 2006. Outra estrela negra do *show business* baiano a brigar contra a reprodução, na festa, de formas de opressão e discriminação social e racial, Brown alterna-se entre o *podium* do seu trio elétrico e o "camarote andante" — uma paródia contra os *bunkers* destinados aos integrantes das classes mais abastadas que pontilham os espaços carnavalescos.

A "gente" que o artista evoca é, em sua maioria, composta por negros e pobres que disputam as sobras das ruas, entre as cordas dos blocos e a passagem dos trios. Do alto de um dos luxuosos camarotes, a autoridade a quem se dirige: Gilberto Gil, um dos poucos negros a, então, ocupar um alto cargo na cena política brasileira — significativamente, o de ministro da Cultura. Como demonstra o extrato carnavalesco, ao menos na capital baiana, o conteúdo do patriarcalismo muda. A forma de exercer seus poderes, não.

No mundo dos brancos, os negros reproduzem, autenticam, validam, legitimam ou, como analisa Florestan Fernandes (1972), sucumbem diante de modelos de separatismo, opressão, repressão e domesticação. Modelos que não escapam às manifestações artísticas e festivas de confraternização inter-

racial — ou cultural. E que fortalecem a sua tese sobre a revolução brasileira: mais que ruptura, o que ocorre é a renovação de formas de dominação (FERNANDES, 1974). Ou, seguindo Foucault (2005a), a continuação da guerra, por outros meios.

Tangenciando o modelo de que se vale Gilberto Freyre para inseminar pacificação entre dominantes e dominados, Michel Foucault (2005a, p.49-73) valida a concepção de que "uma estrutura binária perpassa a sociedade" moderna. Diz, contudo, que essa "articulação histórica precisa" ocorre não no sentido da pacificação, mas da continuação da "guerra das raças" por outros meios que não (apenas) o do confronto em campos físicos de batalha — o que inclui as leis e a política:

> Estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro [...]. Há dois grupos, duas categorias de indivíduos, dois exércitos em confronto. E, sob os esquecimentos, as ilusões, as mentiras que tentavam fazer-nos acreditar, justamente, que há uma ordem ternária, uma pirâmide de subordinações ou um organismo, sob essas mentiras que tentavam fazer-nos acreditar que o corpo social é comandado seja por necessidades da natureza, seja por exigências funcionais, temos de redescobrir a guerra que continua, a guerra com seus acasos e suas peripécias.

Voltando à cena baiana de 2006, os desdobramentos do protesto ocorrem antes do final da festa. De joelhos, em plena avenida, Carlinhos Brown pede desculpas a Gilberto Gil. E de suas palavras e gestos lê-se mais que solidariedade para com um "irmão de cor". Depreende-se um alerta sobre o lugar segregado (e, ao mesmo tempo, estratégico) que a sociedade pós-colonial permitiu a um negro ocupar. Mais negro-vítima, portanto, que o negro-vilão divisado a partir das palavras de protesto de Brown.

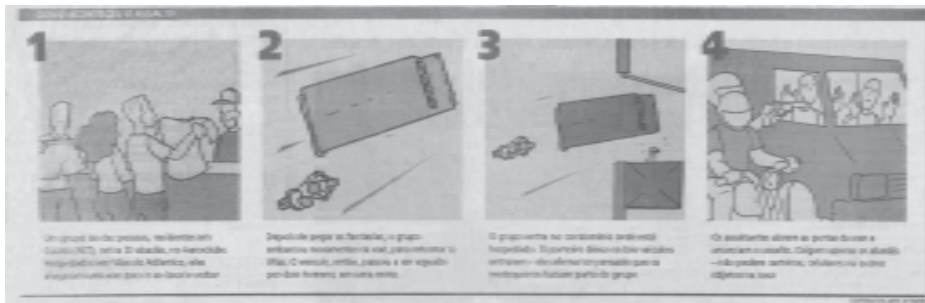
Um negro num mundo de brancos. Negro-dominado, mas não necessariamente domesticado. E com autonomia para, de um lugar sociocultural segregado, escancarar o "racismo biológico-social" de que fala o filósofo francês. Um racismo, como lembra Eneida Cunha (2007), divisado na "mo-

notonia perversa das vozes hegemônicas que dissociam cor e classe na realidade social baiana", e que busca desfocar a perspectiva enunciada por Foucault (2005a, p.72):

> O que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma à outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça.

Fica claro o afastamento de Foucault em relação tanto aos tratados biológicos racistas, que têm em Nina Rodrigues um representante, quanto em relação aos estudos que, buscando recusar as teorias que legitimam práticas racistas, acabam por negar as próprias práticas racistas, como ocorre com a obra de Gilberto Freyre. O filósofo alinha-se, assim, às correntes de pensamento que defendem a necessidade de se continuar a usar o conceito de racismo, ainda que, como define Stuart Hall (2003c, p.60), "sob rasura".

A estratégia permite manter viva a memória dos extermínios, e, ao mesmo tempo, combatê-los, ao facilitar o rastreamento dos vestígios de práticas racistas, que, como pontua Eneida Cunha, nem sempre se traduzem, na atualidade como na modernidade de Foucault, pelo desprezo ou pelo ódio à diferença étnica. Transmutados, metamorfoseados, mimetizados, buscam, sobretudo, alcançar, como analisa o filósofo (2005a, p.72), o ideal de "purificação permanente" dos "conservadorismos sociais", que o racismo de Estado opera.

Os sinais de continuísmo socioeconômico e cultural se multiplicam nas mídias locais, autenticando a configuração do sistema baiano de dominação na atualidade, feito de alternâncias entre as violências nos planos físico e simbólico que se permeiam e se nutrem mutuamente, e o *glamour* artístico, que as empalidece. E, assim como os assuntos "policiais", eventualmente, invadem as páginas "culturais" dos jornais, como visto na cena protagonizada por Brown, os assuntos "culturais" vão parar nas páginas "policiais", apontando para outro aspecto do problema.

O desenho ilustra a notícia principal da página de "Polícia" do jornal *A Tarde* de 24/02/2006, uma sexta-feira de carnaval. E resume o assalto a um grupo de dez turistas brasileiros. Hospedados em Vilas do Atlântico, um condomínio de luxo localizado no litoral norte do estado, a poucos quilômetros da capital baiana, os visitantes alugam um veículo de transporte de passageiros (uma *van*) para buscar 30 fantasias de blocos de carnaval previamente compradas para a festa, ao preço de R$ 15.000,00. Ao saírem do local de distribuição, são seguidos por uma motocicleta. Entram no condomínio — protegido por muros, cercas, alarmes, cães, "seguranças" e guaritas. A moto também. Ao estacionarem, são abordados pelos ocupantes da motocicleta, que abrem as portas da *van* e, sacando armas de fogo, exigem a entrega das indumentárias que identificariam e permitiriam o acesso dos foliões a um dos cercados móveis da festa "popular".

É mais uma cena, vinculada ao contexto artístico-cultural, representativa do cotidiano de Salvador, e que denota a fragilidade do anseio de impermeabilidade das *bolhas* — fixas ou móveis — nas quais vivem, estudam, se deslocam, se divertem os descendentes dos senhores coloniais. Em verdade, células em permanente estado de *osmose*, cujas membranas delimitam, mas não impedem as trocas de identidade(s). Trocas que o uso da força torna mais visíveis, mas que nem sempre são realizadas de forma violenta, ocorrendo, na maioria das vezes, por meio de negociação, como a flagrada — embora não concretizada — entre o cordeiro e a foliã "pipoca"[12] de Os Mascarados. Transações efetivadas, muitas vezes, à revelia

[12] Os foliões "pipoca" são aqueles que não dispõem de "passaportes" (fantasias compradas a preços como os praticados em relação aos citados turistas) que lhes permitam transitar no circuito da festa pelo lado de dentro dos cercados móveis (os blocos carnavalescos).

de macrodeterminações, em nível de micropoderes, como as descritas por Gilberto Freyre, na Bahia colonial e escravocrata.

Demonstra Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.81) que “na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade”. O inverso também é verdadeiro: na disputa por bens materiais, como as fantasias roubadas aos turistas, está envolvida uma disputa por espaço, direitos, reconhecimento — negados aos negros (pobres) no mundo dos brancos (ricos), numa violência exercida no plano simbólico e ignorada pelo noticiário especializado em violências que desembocam no plano físico.

Foto: Xando Pereira

O anúncio publicitário ao lado reproduzido[13] é mais um fragmento da cidade das *bolhas* e dos *vãos*. Vende a idéia de que, em uma redoma móvel de vidro blindado, seu ocupante estará a salvo das balas disparadas em meio ao conflito urbano que mata, diariamente, uma média de quatro pessoas em Salvador[14]. A grande maioria, porém, com o perfil exposto pelo entorno do *outdoor*, captado pela fotografia: pessoas negras e pobres. O perfil das "vítimas preferenciais" das violências, que coincide com o da maioria da população. E a associação deste dado com o preço médio de uma blindagem de automóvel[15] revela o perfil do público a que a peça publicitária se dirige: uma minoria composta por brancos, bem aquinhoados, descendentes dos moradores das casas-grandes e dos grandes sobrados — a que menos figura nas estatísticas sobre mortalidade por causas externas, isto é, "vítimas ocasionais" desta e de outras violências.

Não se pretende, aqui, discutir a ineficácia do modelo de segurança vendido a uma parcela da população, cujas incongruências e fragilidades a conjuntura se encarrega de expor.[16] Trata-se de desnudar relações de poder que apontam para a sobrevivência de elementos da estrutura senhorial e escravista na atualidade, como denuncia Caio Prado Júnior (1996). E de resgatar traços da forma hegemonicamente binária com que se organiza, ou luta, desde então, a sociedade brasileira.

Mas, como demonstrado pelos exemplos pinçados das mídias locais, tanto em "dinâmicas de consenso como em dinâmicas de conflito" (MOURA, 2005, p.80), as identidades estão em contínua interação. E tais ações de mistura, miscigenação, hibridismo, deslocamento, cruzamento — ou invasão — de fronteiras colocam "em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas" (SILVA, T. T., 2000, p.87).

Revela-se, desse modo, a existência de "terceiros espaços", "entrelugares", por onde circulam "figuras complexas de diferença e identidade" (BHABHA, 1998, p.19). Lugares e sujeitos que, contaminados, produzem efeitos que não se pode subestimar, pois que "transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais" (SILVA, T. T., 2000, p.88), talhando no

[13] *Slogan* da peça publicitária: "Paz, enquanto ela não vem, blinde seu carro". A logomarca da empresa de blindagem foi apagada da foto, pois o que importa, nesta análise, é a mensagem emitida.

[14] O dado corresponde ao período analisado.

[15] Numa empresa com tradição no setor, o preço médio de blindagem de automóvel variava, em 2005, entre R$ 54.000,00 e R$ 78.000,00.

[16] Dois exemplos contemporâneos, pinçados, a título de ilustração, dos meios de comunicação social de Salvador: a morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, e o seqüestro do publicitário Washington Olivetto. Ambos, no momento da abordagem, locomovendo-se dentro de carros blindados.

[17] Referência a título de um conto de Guimarães Rosa.

imaginário social seus próprios traços identitários, os quais geram implicações na vida cotidiana, que, por sua vez, retornam ao plano do imaginário, numa troca incessante, como realça Cunha (2007, p.12), ao analisar, retomando as ponderações do antropólogo Lívio Sansone, a construção da "africanidade baiana":

> São esses jovens negros e pobres que viajam para espaços centrais do mundo globalizado, para levar os sons e as cores da afro-baianidade reconstruídos pelos blocos-afro, completando um circuito cultural expressivo: o produto afro-baiano que se forma a partir da auscultação da negritude internacional, reelaborada pelo contato com a tradição da cultura afro-brasileira, transforma-se em expressão local, singular, para retornar à circulação com êxito e destaque nas vias globalizadas, com a marca negro-baiana.

Tal dinâmica, porém, é ignorada pelo senso comum, (re)produzido pelos meios de comunicação de massa sob análise. Como evidenciado pelos exemplos pinçados de períodos anteriores e posteriores ao *corpus* de textos selecionado, bem como pelos números das amostras dos três jornais impressos, na luta simbólica entre classes & raças, as *bolhas* são concebidas como puras, impermeabilizáveis, não-penetráveis. Os *vãos*, impuros, abertos, devassáveis. Em outras palavras, as "impurezas" não são concebidas enquanto "terceiros espaços", ou "terceiras margens",[17] frutos de trocas, autorizadas ou não, mas como os próprios *vãos*, fixados, desse modo, num lugar à margem do mundo central das *bolhas*, e, portanto, "marginal" — o que expõe, mais uma vez, a existência, na sociedade baiana da atualidade, de estruturas binárias em posições de conflito, como enunciado por Michel Foucault.

São, enfim, exemplos que evidenciam a produção de verdades, que conferem aos moradores das *bolhas* e dos *vãos* significados diferenciados em relação aos direitos humanos e individuais. Produção que naturaliza e, assim, legitima modelos — binários — de exclusão. O que é efetivado, quando menos, pela simples repetição dos discursos diferenciadores, como resume Tomaz Tadeu da Silva (2000, p.93):

> Uma sentença como "João é pouco inteligente", embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar [...] como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o "fato" que supostamente apenas deveria descrever [...]. Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um "fato" do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo.

Insurgindo-se contra o determinismo marxista, Sérgio Buarque de Holanda sustenta que as mentalidades podem avançar mais rapidamente que os processos materiais (1997). Mas, antes, ao analisar a conjuntura brasileira, havia demonstrado que o fim das bases materiais do patriarcalismo não eliminara suas expressões políticas e intelectuais (1993), o que dá a chave para a compreensão das relações de poder na capital da Bahia atual.

Os nós dramáticos desses encontros e desencontros
parecem se erguer das páginas de cinco séculos de história,
recolocando sempre em questão o próprio delineamento
dos contornos de nós mesmos.

Milton Moura

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [é preciso] construir uma história das mentalidades que relegue a um plano secundário o acontecido, para penetrar e espraiar-se na malha complexa dos discursos, das representações e do simbólico que se tornou autônomo.
>
> *Eneida Leal Cunha*

Diante de tantos e tão contundentes rastros expostos nesta análise, fica evidente a dificuldade de esboçar recomendações que possam servir de referência para a busca de soluções de problemáticas que gravitam em torno da desconstrução de uma mentalidade talhada durante mais de quinhentos anos de escravismo. Entretanto, o conjunto de questões levantado pela análise, não obstante as dimensões macrossociológicas em que se insere, é tecido, no dia-a-dia noticioso, num plano de microrrelações e posições, o que aponta para a necessidade de

> [...] desconstrução da memória, desvendando não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas sobretudo como a própria prática dos vencidos participou dessa construção (CHAUÍ, 1984 apud Coimbra, 2001, p.51).

Trabalho de tamanha envergadura não pode, obviamente, ser circunscrito ao âmbito dos micropoderes, tampouco ao campo da comunicação midiática. Contudo, pode e deve ser trançado, também, a partir deles, em

virtude do extraordinário papel que desempenham na legitimação e, portanto, no prolongamento de uma ordem social injusta, degradante, perversa. E a instituição universitária tem função de destaque no processo de desestruturação do imaginário escravista.

Como avaliam Prado Coelho (2004) e Edward Said (2000), a Universidade é um espaço de produção de conhecimento e de enunciação que garante relativa — mas imprescindível — independência para o exercício da função crítica subjacente à missão de contraposição de hegemonias. Um território miscigenado, por onde circulam personagens de variadas esferas de poderes, e de onde tal atividade pode ser exercida com maior eficácia do que se praticada de dentro de estruturas empresariais, por exemplo.

E uma tarefa que se coloca como prioritária é a conscientização sobre a dimensão política da prática jornalística e dos meios de comunicação de massa, "campos decisivos da luta ideológica na atualidade", como observa John Beverley (1997, p.11-42). O que requer uma prática acadêmica que destitua o mito da assepsia da palavra, enfatize a performatividade das mídias e repense os saberes do campo para além da caixa de ferramentas da profissão, refreando, como observam Armand Mattelart e Michèle Mattelart (2005, p.190),

> [o] utilitarismo estimulador da pesquisa de ferramentas epistemológicas que permitam a neutralização das tensões via soluções técnicas [...], cuja função explícita é legitimar estratégias e modelos de organização empresariais e institucionais.

Como evidenciado pela presente análise, por entre conhecimentos pretensamente técnicos do campo midiático circulam ideologias. Dessacralizar o lugar da teoria aplicada, ou da sociologia aplicada, à qual o campo da comunicação está circunscrito, é procedimento recomendável, como forma de expor, por exemplo, a supremacia de valores classistas e escravistas sobre outros critérios de noticiabilidade, na estruturação de narrativas midiáticas.

Do mesmo modo, para além dos debates sobre modelos e técnicas de redação de notícias, sistemas e subsistemas de comunicação e sua pretensa objetividade e neutralidade política, é imprescindível aos pensadores

posicionados no “entrelugar” da comunicação e da cultura perscrutar, nos mesmos, a existência dos “dispositivos de dominação” de que fala Foucault (2005a, p.51). Mecanismos naturalizados, automatizados e incorporados às atividades cotidianas dos dominados — no caso aqui analisado, a esfera primária de micropoderes formada por fontes e difusores de informação sobre violências que atingem o plano físico.

Mas, como pontua Bourdieu (2005, p.153), a interrupção do “círculo da reprodução simbólica” exige a instauração de alianças entre os diversos níveis e esferas de poderes. E isto inclui intelectuais, ativistas, pesquisadores, empresários, enfim, posições de agentes com diferentes práticas e conhecimentos, capazes de rastrear, identificar e destituir representações que fortaleçam ideologias racistas, evidenciando significados obscurecidos, como os que viabilizam a sedimentação do nome Nina Rodrigues no instituto médico-legal da capital mais negra do País, por exemplo.

Para que tais alianças sejam concretizáveis, é necessário compreender que na teia de agentes, conhecimentos e práticas que constituem as relações de poder no campo da comunicação midiática sobre violências não há anjos ou demônios. Há engrenagens automatizadas, naturalizadas e incorporadas às rotinas produtivas dos jornais, que, à revelia dos que as operam, emitem discursos estruturantes de um quadro social próximo à barbárie, pois que feito de “execuções” físicas e simbólicas contra uma determinada faixa da população.

Em outras palavras, é imprescindível perceber que categorias profissionais, esferas institucionais, grupos étnico-culturais, classes sociais, enfim, não são blocos homogêneos. Constituem, todos, campos de batalha — o que provoca o deslocamento de sentido da guerra de uma classe contra outra ou de um grupo étnico-cultural contra outro para um significado igualmente binário, mas de uma luta que coloca em campos opostos aqueles que se posicionam a favor ou contra uma única “raça”: a humana. Sem negligenciar, é claro, os demais antagonismos.

Edward Said (2000, p.28) diz que um dos papéis daqueles que se colocam na posição de intelectuais é o de “representar todas as pessoas e todos os assuntos que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo

do tapete”. Todavia, isso não se faz apenas de dentro da Universidade. É preciso que existam também agentes “imersos no mundo social”, como defende Augusto Silva (2004, p.62-63), no debate que trava sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade, apoiando-se em Walter Benjamin (1900 apud SILVA, A. S., 2004, p.63) e sua “espacialização” do sujeito “como deambulação pelo mundo”.

Somente por meio de uma teia multidimensional de relações é possível atingir “a profundidade da história do racismo e da discriminação” nos sistemas — educacionais, midiáticos, políticos — brasileiros, os quais, como sinaliza Doudou Diène, permitiram que os descendentes dos africanos fossem promovidos culturalmente,[1] mas bloquearam sua promoção política, obscurecendo o fato de que “a cidadania continua interditada aos negros e mestiços que constituem a majoritária população de baixa renda da cidade” (CUNHA, 2007).

É, enfim, um trabalho não-mensurável de desconstrução do imaginário colonial escravista. E, exatamente por este motivo, pode e deve ser realizado, também, a partir de suas microfísicas manifestações — estruturas e posições capilares, práticas ordinárias, representações aparentemente sem significância, expondo as engrenagens ideológicas embutidas em atos burocráticos, rotinas produtivas, *habitus* profissionais, pois que operacionalizam sistemas de dominação.

Em nível dos macropoderes econômicos do campo, a análise dos três jornais evidencia a necessidade de uma prática que supere a hierarquia de investimentos identificada nas amostras de textos. Prática que confina as editorias que produzem o noticiário sobre violências contra pessoas negras e pobres aos mais baixos patamares da produção noticiosa, favorecendo operações propulsoras de dominação, verificadas em nível de micropoderes, como a transcrição não assumida de boletins de ocorrência da Polícia.

A escassez de recursos humanos nas editorias especializadas em violências limita a ação dos sujeitos noticiosos, fazendo com que sucumbam ao modo de operação impresso nas posições ocupadas por outros sujeitos que atuaram, ou atuam, em condições análogas, no setor. Uma implicação que se

[1] Culturalmente, aqui, no sentido mais próximo às representações artísticas, às manifestações de caráter religioso, à culinária, enfim, aos usos e costumes de modo geral.

pode estender, por homologia, aos micropoderes representados pelos agentes que operam na base das corporações policiais.

Não significa dizer que as insuficiências flagradas nas amostras pesquisadas restrinjam o debate a questões quantitativas. Antes, constituem-se em portas de entrada para uma problemática que, como também evidenciado pela análise dos jornais, aponta para a necessidade de investimento na formação e capacitação dos agentes próximos às redes produtoras desse tipo de noticiário, a partir mesmo do ferramental lingüístico.

Pertinentes ao campo da comunicação midiática, tais ações não podem prescindir da articulação com outras esferas de caráter macro e microssociológico, sob risco de diluição de seus efeitos positivos. E, em nível microssociológico, uma das questões que se colocam como prioritárias está vinculada ao *modus operandi* da produção cotidiana desse tipo de noticiário: a rede de policiais e repórteres.

O noticiário sobre violências depende da troca entre comunicadores e policiais — estes, com o poder sobre as informações primárias relativas aos atentados contra a vida; aqueles, sobre a interpretação e difusão de tais informações. É uma relação, porém, que requer atenção, pelas implicações decorrentes, independentemente dos profissionais da hora. Implicações em dimensões e graus diversos, sobre as quais é difícil ter controle. E na impossibilidade de modelos perfeitos, puros, absolutos, um antídoto contra desvios é a transparência.

Em função do mimetismo de vozes flagrado nas amostras dos jornais aqui analisados, informações estruturadas por policiais são elevadas à condição de fatos. E fatos supostamente narrados por profissionais de diferentes veículos de comunicação, denotando, falsamente, uma independência dos agentes noticiosos em relação ao aparelho repressivo de Estado, e hipotecando, ficticiamente, uma confiabilidade que depoimentos oriundos de diferentes emissores conferem às histórias contadas.

Um simulacro de cobertura, propiciado pela transcrição invisível dos boletins de ocorrência, que precisa ser vigiado, evidenciado e problematizado, vez que traz implicações bem mais perversas que o encobrimento das insufi-

ciências infra-estruturais do setor e a decorrente baixa qualidade da informação sobre as violências praticadas, principalmente, contra pessoas negras e pobres.

Analogamente ao que ocorre entre a hierarquia social e a hierarquia noticiosa, o *modus operandi* de produtores e difusores de informações sobre violências constrói uma ponte entre ação (policial) e discurso (midiático), esboçando uma homologia entre uma política (não-oficial, não-anunciada) de extermínio de pessoas com características socioeconômicas e étnico-raciais bem definidas e o noticiário sobre ocorrências violentas. Noticiário este que acaba por legitimar tais políticas.

Enfim, a análise das amostras dos três jornais impressos de maior circulação de Salvador evidencia reflexos performativos de uma ordem que todos aqueles que se colocam em posição de defesa dos interesses da maioria da população devem aspirar combater — o que inclui os intelectuais, estejam eles dentro ou fora da Universidade; em cima de um palanque ou em um tablado; inseridos no mercado de trabalho ou entrincheirados em organizações comunitárias.

Aos que dispõem de capital simbólico para identificar, descrever e escancarar mecanismos de dominação são vetados tanto o conformismo cômodo quanto a postura dogmática. E sob qualquer indício de hierarquização da dor, o lado escolhido deve ser o dos desafortunados, dos vencidos, dos violentados. Ainda que tal tomada de posição os exponha a riscos, os carregue para a margem, os conduza ao isolamento, os relegue ao ostracismo, os condene à solidão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *Infância na mídia*: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira: relatório 2002-2003. Brasília, mar. 2003.

ALDÉ, Alessandra et al. Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva. *Alceu*, Rio de Janeiro, v.5, n.10. p.186-200, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n10_alde.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2007.

ALVES, Ariel de Castro. Redução da idade penal e criminalidade no Brasil. *Carta Maior*, Rio de Janeiro, fev. 2007. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13544&editoria_id=5>. Acesso em: 14 abr. 2007.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Grinsberg, São Paulo: Ática, 1989.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE - ALAP: banco de dados. Disponível em: <http://alap.poa.terra.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2007.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças*: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação.* São Paulo: Paulus, 2003.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre - Casa grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico, 1. 4.ed. São Paulo: Senac, 2004. p.217-234.

BAUDRILLARD, Jean. *Senhas.* Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.189-217.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa*

qualitativa com texto, imagem e *som*: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.39-63.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: ______ (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem* e *som*: um manual prático. Tradução de Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.470-490.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem* e *som*: um manual prático. Tradução de Tradução de Pedrinho A. Guareschi. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.17-36.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BEVERLEY, John. “Por Lacan”: da Literatura aos Estudos Culturais. *Travessia, Revista de Literatura*, Florianópolis, n.29/30, p.11-42, ago. 1994-jul. 1995 / 1997.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Réponses*. Paris: Ed. du Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. Tradução de Sergio Miceli (et alii). São Paulo: Edusp, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo, Jaime A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Guimarães, Marcus Antunes Penchel, Guilherme J. de Freitas Teixeira, Jairo Veloso Vargas. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.11-13.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANAVILHAS, João. O domínio da informação espetáculo na televisão. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior, 2007. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html>. Acesso em: 12 fev. 2007.

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 3.ed. In: ______. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. v.3. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.1-497.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CESAR, Chico. *Respeitem meus cabelos, brancos*. [S.l.]: MZA Music, 2002. 1 CD (40 min).

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio* - o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS, [Sem número], 1985, Rio de Janeiro. *Código de Ética dos Jornalistas*. Em vigor desde 1987. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/Leis/Codigo_de_Etica.htm>. Acesso em: 16 maio 2007.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Violência social e maioridade criminal*. Brasília, 2007. Disponível em: <www.conic.org.br>. Acesso em: 20 mar. 2007.

CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário*: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Eneida Leal. Dentro e fora da nova ordem mundial: a cor da paisagem da cidade. In: GOMES, R. (Org.) *Espécies de espaços.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. No prelo.

DALMASO, Silvana Copetti. Fontes da informação jornalística: natureza e implicações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. Disponível em: <http://209.85.165.104/search?q=cache:lNsHS6nOzZoJ: reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/19187/1/2002_COMUNICACOES_DALMASO.pdf+Traquina+crit%C3%A9rios+de+noticiabilidade+pag&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=9&gl=br>. Acesso em: 14 abr. 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira ; SOUZA, Edinilsa Ramos de. La construcción social del registro de morbilidad hospitalaria por violencia. *Cuadernos Médico Sociales*, Rosario, Argentina, v.80, p.107-118, 2001.

ECO, Umberto. *As formas do conteúdo.* Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva,1974.

ESPINHEIRA, Gey. Proximidade e intolerância. In: ______ (Org.). *Sociabilidade e violência*: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004. p.176-203.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLUL, Carlos A. M. Gouveia. *Análise crítica do discurso*: enquadramento histórico [...], 2007. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2007.

FOLHAPRESS. A Tarde, Salvador, 2005. Disponível em <http://www.estadodepaz.com.br/artigosereportagens/pagina.asp?ID=1467> Acesso em: 01 jun. 2007.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. *A segurança que queremos*. Salvador, ago. 2002a.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. *O rastro da violência em Salvador II*: mortes de residentes em Salvador, de 1998 a 2001. Salvador, 2002b.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA - OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA. Mortes violentas em Salvador: dados para pensar o problema. *Estado de Paz*, Salvador, 7 dez. 2005. Disponível em: <http://www.estadodepaz.com.br/observatoriodaviolencia/noticia.asp?id=1007> Acesso em: 14 abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977. Organização de C. Gondon. New York: Pantheon Books, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 21.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. 30.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005c.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12.ed. In: ______. *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. v.2, São Paulo: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. In: ______. *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* v.3, São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 50.ed. In: ______. *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. v.1. São Paulo: Global, 2005.

FREUD, Sigmund. Why war? In: RICKMAN, John (Org.). *Civilization, war and death*: selections from three works by Sigmund Freud. London: Hogarth, 1968. p.82-97.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*: o estado nacional e o nacionalismo do século XX. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.103-133.

HALL, Stuart. *Representation.* London: Sage Publications: The Open University Press, 2000b.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. Tradução de Adelaine la Guardia Resente, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Ana Carolina Escosteguy, Sayonara Amaral. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003a.
p.199-218.

HALL, Stuart. Que "negro" é esse na cultura negra? Tradução de Adelaine la Guardia Resente, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Ana Carolina Escosteguy, Sayonara Amaral. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais.
Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003b. p.233-349.

HALL, Stuart. A questão multicultural. Tradução de Adelaine la Guardia Resente, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, Ana Carolina Escosteguy, Sayonara Amaral. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003c. p.51-100.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. Tradução de Nelson Traquina. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo*: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1993. p.224- 248.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 25.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Nacional, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*, 1996. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa mensal de emprego,* mar. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2007.

JAMESON, Fredric. Sobre os estudos da cultura. Tradução de John Manuel Monteiro e Otacílio Nunes. *Novos Estudos CEBRAP*, n.39, p.11-48, jul. 1994.

KRONBERGER, Nicole; WAGNER, Wolfgang. Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.416-441.

LEACH, Joan. Análise retórica. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.293-318.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. *Quem vigia os vigias?*: um estudo sobre controle externo da Polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza. Padrões e limites para o uso da força. Trabalho apresentado ao Seminário A Segurança que Queremos, Salvador, 2001.

LIMA, Alceu A. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. *História das teorias da comunicação*. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MIELNICZUK, Luciana. A pirâmide invertida na época do webjornalismo: tema para debate. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. *Anais eletrônicos…* Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_mielniczuk_piramides_invertidas.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2007.

MILANI, Feizi. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão. Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/milani.pdf> Acesso em: 19 abr. 2007.

MOURA, Milton. Identidades. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Cultura e atualidade*. Salvador: Edufba, 2005. p.77-91.

MOVIMENTO REAJA, OU SERÁ MORTO. REAJA, OU SERÁ MORTA. Juventude denuncia negrocídio. *Marcha Zumbi + 10*. Disponível em: <http://marchazumbimais10.blogspot.com/2005/11/juventude-denuncia-negrocdio.html>. Acesso em: 24 abr. 2007.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Illusio: aquém e além de Bourdieu. *Scielo Brasil*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200008>. Acesso em: 14 jun. 2007.

OLIVEIRA, Priscila Almeida Santos de. *A rotina produtiva da página policial*: análise do jornal Tribuna da Bahia.. 55f. Monografia (Comunicação Social) - Faculdades Jorge Amado, Salvador, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de óbitos.* 9ª revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.* 10ª revisão. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PENA, Sérgio Danilo. Os múltiplos significados da palavra raça. *Folha de São Paulo,* São Paulo, dez. 2002. Disponível em: <http://publicacoes.gene.com.br/Imprensa_genealogiaOs%20m%C3%BAltiplos%20significados%20da%20palavra%20ra%C3%A7a@Folha%20de%20S%C3%A3o%20Paulo@21-12-2002_arquivos/fz2112200209.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007.

PRADO COELHO, Eduardo. Novas configurações da função intelectual. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.13-67.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRESS Bahia: banco de dados. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/pressbahia/atarde.htm>. Acesso em: 24 abr. 2007.

PRESS Bahia: banco de dados. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/pressbahia/correio.htm>. Acesso em: 24 abr. 2007.

PRESS Bahia: banco de dados. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/pressbahia/tribuna.htm>. Acesso em: 24 abr. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2390&lay=pde>. Acesso em: 12 jan. 2007.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Tradução de Jorge Sarabando. 2.ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

REIS, Vilma. *Atucaiados pelo Estado*: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações - 1991 a 2001. 2005. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Tradução de José Reis Leal, Inês Castro, Patrícia Palroz, Alcino Malalane, Ana Sofia Pereira, Ana Catarina Martins, Marta Mendonça, Ana Teresa Pinto, Ana João Trindade, Aiana Vieira e Susana Cordeiro. Lisboa: Colibri, 2000.

SANTOS, José Raimundo de. Subúrbio Ferroviário: um lugar marginal. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.). *Sociabilidade e violência*: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004. p.158-175.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por C. Bally e A. Sechehaye. Tradução é de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. 3.ed. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1971.

SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p.39-67.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: ______. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-101.

SIMON, Pedro. Carta aberta para Rosa Cristina. In: CONGRESSO NACIONAL. *Jornal de Debates no Congresso*, 13 fev. 2007. Disponível em: <http://www.jornaldedebates.ig.com.br/index.aspx?cnt_id=15&art_id=6213>. Acesso em: 25 abr. 2007.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado*: violência urbana, negrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violências no âmbito da saúde pública. In: MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F., *Caminhos do pensamento*: epidemiologia e método. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p.255-273.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Qualidade da informação sobre violência: um caminho para a construção da cidadania. *Informare*, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.104-112, jan./jun. 1996.

SOUZA, Robson Sávio Reis. O papel da imprensa na segurança pública. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 7 nov. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=354CID001>. Acesso em: 15 abr. 2007.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*: por que as notícias são como são. v.1, Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*: a tribo jornalística. v.2, Florianópolis: Insular, 2005b.

VARJÃO, Suzana; KALIL, Maria Eunice. Informação qualificada: um dos grandes desafios da segurança pública. *Bahia Análise & Dados, Direitos Humanos*. Salvador, v.14, n.1, p.233-242, jun. 2004.

VELOSO, Caetano. *Tropicália 2*. [S.l.]: Polygram, 1993. 1CD. 67min42s.

VIEIRA, Lorena Motta. *Cartão de aniversário*: análise da cobertura jornalística sobre Salvador no mês de seus 450 anos. 1999. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação com Habilitação para Jornalismo) - Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pex/lorena.doc>. Acesso em: 24 abr. 2007.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência III*: os jovens do Brasil. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/mapaviolenciaIII/mostra_documento>. Acesso em: 20 jan. 2007.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência IV*: os jovens do Brasil. Brasília, 2004.

APÊNDICE

Notícias principais e secundárias das oito edições-referência

Observações gerais sobre os dados:

1) Foram oito dias em que as edições tiveram notícias principais triplamente coincidentes. Assim, esta amostra final é composta por um total de 24 edições, o que equivale a 25 páginas, ou notícias principais, já que cada página tem sua notícia principal, e *A Tarde,* na edição do dia 07/11/2005, publicou duas páginas (8 edições/dias x 3 jornais = 24 edições + uma página extra de *A Tarde* = 25 páginas).

2) Nas notícias principais em que não ocorreram óbitos violentos (com vítimas do mesmo perfil), para efeito quantitativo, não foram considerados todos os dados das vítimas. Somente o tipo de vítima ("ocasional" ou "preferencial"), as condições socioeconômicas (mais e/ou menos favorecidas) e as características físicas (afro-descendentes e/ou outras etnias). Isto, para efeito do cruzamento entre o tipo de jornalismo e o tipo de vítima.

3) Nas notícias principais sem óbitos violentos envolvendo vítimas com perfis diferentes, para efeito quantitativo, foram computados os dois tipos de vítimas — um de cada. Assim, na edição sobre o assalto a um supermercado, por exemplo, foram consideradas uma "vítima preferencial" e uma "vítima ocasional" (mais favorecida e menos favorecida; afro-descendente e de outras etnias). O mesmo para efeito do cruzamento entre o tipo de jornalismo e o tipo de vítima.

[1] Entre as notícias secundárias, houve uma ocorrência com dois óbitos violentos. Daí a diferença entre o total de ocorrências, em que só foram computados os eventos com óbitos violentos, e o total de óbitos violentos.

[2] Nas edições-referência 2, 6 e 8, as vítimas de homicídio não foram identificadas em termos socioeconômicos. Daí a diferença entre o número de textos com uso do termo "execução" (31) e o total do cruzamento entre vítimas menos favorecidas e o termo "execução" (28).

[3] O número total de registros de vítimas com ou sem suspeição/ acusação (94) é maior que o número de textos sobre homicídios (92) porque na edição-referência 5, entre as notícias secundárias, houve duas vítimas numa única ocorrência É importante ressaltar, ainda, que o que está sendo levado em consideração, aqui, é o comportamento de cada jornal em relação a cada vítima.

Notícias / Ocorrências	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Ocorrências em geral (com e sem óbito)			
Total de ocorrências	8	49	57
Total de óbitos violentos[1]	6	50	56
Homicídios	4	42	46
Outros óbitos violentos	2	8	10
Armas de fogo	3	33	36
Outras armas	3	17	20
Bairro ou casa da vítima de homicídio	1	22	23
Bairro ou casa do homicida	1	2	3
Bairro ou casa do homicida e da vítima	1	0	1
Total de locais de ocorrência	8	49	57
Total de locais de homicídios	4	41	45

Quadro 1 – Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: ocorrências em geral (com e sem óbito)

Notícias / Textos	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Textos em geral (ocorrências com e sem óbito)			
Total geral de textos	25	91	116
Textos sem assinatura	2	70	72
Textos com assinatura	23	21	44
Textos sem foto	2	71	73
Textos com foto	23	20	43
Uso do termo "execução"[2]	3	28	31
Registro de vítimas com suspeição	1	28	29
Registro de vítimas sem suspeição	11	54	65
Citações do BO	3	2	5
Textos sobre homicídios[3]	12	80	92

Quadro 2 - Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: textos em geral (ocorrências com e sem óbito)

Vítimas / Notícias	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Vítimas de homicídio			
Total de vítimas de homicídio	4	42	46
Sexo masculino	4	41	45
Afro-descendentes	4	11	15
Outras etnias	0	0	0
Características físicas não-registradas	0	31	31
0 a 30 anos	2	33	35
Mais de 30 anos	2	7	9
Idade não informada	0	2	2
Condições socioeconômicas não-identificadas	0	13	13
Menos favorecidos	4	29	33
Mais favorecidos	0	0	0
Com suspeição	1	16	17
Sem suspeição	3	26	29
Outras vítimas (ocorrências com óbito)			
Total de vítimas de outros óbitos	2	8	10
Sexo masculino	2	7	9
Afro-descendentes	0	1	1
Outras etnias	0	0	0
Características físicas não-registradas	2	7	9
0 a 30 anos	2	3	5
Mais de 30 anos	0	2	2
Idade não informada	0	3	3
Condições socioeconômicas não-identificadas	0	6	6
Menos favorecidos	1	2	3
Mais favorecidos	1	0	1
Outras vítimas (ocorrências sem óbito)[4]			
Total de vítimas sem óbito	3	0	3
Sexo masculino	0	0	0
Afro-descendentes	1	0	1
Outras etnias	1	0	1
Características físicas não-registradas	1	0	1
0 a 30 anos	0	0	0
Mais de 30 anos	0	0	0
Idade não-informada	0	0	0
Condições socioeconômicas não-identificadas	0	0	0
Menos favorecidos	1	0	1
Mais favorecidos	2	0	2

Quadro 3 - Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: vítimas em geral (ocorrências com e sem óbito)

[4] Nas notícias secundárias, para efeito quantitativo, não foram consideradas as vítimas sem óbito — numericamente irrelevantes.

[5] O total de falas não corresponde ao total de fontes porque há oito fontes totalmente ocultas, ou seja, sem o registro de qualquer tipo de fala.

[6] Há seis narrativas de "jornalismo máximo" entre as notícias secundárias. Entretanto, quantitativamente, só foram consideradas as quatro narrativas com óbito.

Agressores em geral \ Notícias	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Ocorrências com e sem óbito			
Total de agressores	44	55	99
Agressores desconhecidos	32	39	71
Agressores identificados	12	16	28
Policiais agressores/suspeitos	11	3	14
Homicidas			
Total de homicidas	18	49	67
Homicidas identificados	11	12	23
Homicidas não-identificados	7	37	44

Quadro 4 - Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: agressores em geral (ocorrências com e sem óbito)

Categorias \ Notícias	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Fontes			
Total de fontes	91	147	238
Fontes ocultas	12	64	76
Fontes policiais	28	33	61
Fontes não-policiais	51	50	101
Falas			
Total de falas[5]	90	140	230
Falas presumidas (da polícia)	11	57	68
Falas identificadas	53	47	100
Falas não-identificadas	26	36	62
Jornalismo			
"Mínimo"	0	87	87
"Máximo" [6]	25	4	29
Vítimas em geral (ocorrências com e sem óbito)			
"Preferenciais"	6	31	37
"Ocasionais"	3	0	3
Não-identificadas	0	19	19

Quadro 5 - Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: categorias de análise

Notícias / Cruzamentos	Principais	Secundárias	Principais + secundárias
Termo "execução" & vítimas de homicídio			
Vítimas sem suspeição	2	14	16
Vítimas com suspeição	1	14	15
Vítimas mais favorecidas	0	0	0
Vítimas menos favorecidas	3	25	28
"Jornalismo mínimo" & vítimas[7] em geral (ocorrências com e sem óbito)			
"Vítimas preferenciais"	0	65	65
"Vítimas ocasionais"	0	0	0
Vítimas não-identificadas	0	24	24
"Jornalismo máximo" & vítimas[8] em geral (ocorrências com e sem óbito)			
"Vítimas preferenciais"	18	3	21
"Vítimas ocasionais"	8	0	8
Vítimas não-identificadas	0	1	1
Fontes ocultas & falas			
Sem fala presumida (da polícia)	1	7	8
Com fala presumida (da polícia)	11	57	68
Fontes policiais & falas			
Com fala identificada	19	20	39
Com fala não-identificada	9	13	22
Com fala nula	5	7	12
Com fala identificada nominalmente	8	2	10
Fontes não-policiais & falas			
Com fala identificada	34	27	61
Com fala não-identificada	17	23	40

Quadro 6 - Notícias principais e secundárias das oito edições-referência: cruzamentos de dados e categorias de análise

[7] Observe-se que, neste tipo de cruzamento, a referência não é o total de vítimas, mas de textos, ou tipos de jornalismo. Entretanto, o total do cruzamento entre vítimas e "jornalismo mínimo" do quadro 6 (89) não corresponde ao total de "jornalismo mínimo" do quadro 5 (87). A defasagem é provocada pela edição-referência 5, que registra, numa única ocorrência, duas vítimas (total de seis textos, todos de "jornalismo mínimo", três ocorrências e quatro vítimas, ou seja, dois "jornalismos mínimos" multiplicados por quatro vítimas, totalizando oito "jornalismos mínimos" contra as quatro vítimas — dois a mais em relação ao total de textos da referida edição, repassados para o total do cruzamento entre vítimas e "jornalismo mínimo" deste quadro).

[8] Do mesmo modo, o total do cruzamento entre vítimas e "jornalismo máximo" do quadro 6 (30) não corresponde ao total de "jornalismo máximo" do quadro 5 (29). Isto porque, em algumas notícias principais, há ocorrências sem vítimas ou com mais de uma vítima, provocando as seguintes defasagens em relação ao total de "jornalismo máximo" de cada edição: edição-referência 4, mais três "jornalismos máximos"; edição-referência 5, menos dois; edição referência 7, menos três; e edição-referência 8, mais três. As edições produzem, no total, um "jornalismo máximo" a mais em relação ao total de textos, o que é repassado para o total do cruzamento entre vítimas e "jornalismo máximo" deste quadro.

Este livro foi publicado no formato 190 x 230 mm
Miolo em papel 75 g/m²
Tiragem 1500 exemplares
Impressão do miolo, capa e acabamento:

Realização:

Apoio:

Colaboração: